



VALIDAÇÃO DE METODOLOGIA COM ENFOQUE TERRITORIAL

Relatório de Pesquisa

Valdir Roque Dallabrida
Edemar Rotta
(Organizadores)



VALDIR ROQUE DALLABRIDA
EDEMAR ROTA
(ORGANIZADORES)

VALIDAÇÃO DE METODOLOGIA COM ENFOQUE TERRITORIAL

RELATÓRIO DE PESQUISA





Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

CATALOGAÇÃO NA FONTE

V172 Validação de metodologia com enfoque territorial [recurso eletrônico] : relatório de pesquisa / organizadores: Valdir Roque Dallabrida, Edemar Rotta. – Santo Ângelo : Ilustração ; Santo Ângelo : EdiURI, 2025.
179 p. : il.

ISBN 978-65-6135-178-2

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2

1. Desenvolvimento territorial. I. Dallabrida, Valdir Roque (org.) II. Rotta, Edemar (org.).

CDU: 314.04

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial - Ilustração

Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edemar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Conselho Editorial - EdiURI

Dr. Antonio Carlos Wolkmer (UFSC – SC)
Dr. Augusto Jaeger Junior (UFRGS – RS)
Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto (PUC-SP)
Dr. José Russo (UFAM – AM)
Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior (UFRGS - RS)
Dr. Leopoldo José Bartolomé (ARG)
Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF-RS)
Dra. Marta Rosa Vigevano (ARG)
Dr. Raymundo Juliano Rego Feitosa (UFPE – PE)
Dr. Roberto Carlos Abinzano (UNaM – AR)
Dr. Vicente de Paulo Barreto (UERJ – RJ)

Esta obra foi avaliada e aprovada por pareceristas *ad hoc*.

Instituições de Ensino articuladoras:

UNIJUÍ – UFFS – UNITAU – UNIFESSPA –
UNESPAR - UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Valdir Roque Dallabrida	
Edemar Rotta	
PRIMEIRA PARTE: RESULTADO DA APLICAÇÃO PILOTO DO REFERENCIAL METODOLÓGICO IMAP, NAS SEIS DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL.....	19
Capítulo 1 - DIMENSÃO CULTURAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS.....	21
Ivann Carlos Lago	
Monica Franchi Carniello	
Rebeca Oliveira Assis	
Fagner Fernandes Stasiaki	
Marisete de Mattos Moraes	
Marjorie Bier Krinski Correia	
Capítulo 2 - DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS.....	41
Airton Adelar Mueller	
Reneo Prediger	
Rodrigo Prante Dill	

Capítulo 3 - DIMENSÃO INSTITUCIONAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS..... 55

Carlos Thomé

Livio Osvaldo Arenhart

Rafael Gonçalves Gumiero

Nelson José Thesing

Valdir Roque Dallabrida

Sandra Cristina Franchikoski

Capítulo 4 - DIMENSÃO NATURAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS..... 85

Evandro Pedro Schneider

Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho

Ney Fett Júnior

Anélia Franceli Steinbrenner

Juliana Felix Gomes Araujo Montenegro

Luiza Motta Klöckner

Marjorie Bier Krinski Corrêa

Odair Leandro Krinski Corrêa

Paula Ester Sebastiany

Tiago Velasque Nunes

Capítulo 5 - DIMENSÃO PRODUTIVA: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS 107

Pedro Luís Büttendbender

Marjana Eloiza Henzel

Capítulo 6 - DIMENSÃO SOCIAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS..... 135

Edemar Rotta

Marcelo Ordesto Rodrigues

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Rodrigo Job Magalhães

Bruna Olegário Mughiuti

Rodrigo Magnos Soder

Cléber Magalhães Tobias

Tárcio Ricardo Thomas

Douglas Schmidt

Victor Alexandre Auler

Eduardo Anschau

Vinicius Tiago Schmitt

Fagner Fernandes Stasiaki

SEGUNDA PARTE: SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DO IMAP	159
Capítulo 7 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO REFERENCIAL METODOLÓGICO	161
REFERÊNCIAS.....	169
SOBRE OS AUTORES	173

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório representa mais um passo importante em um trabalho coletivo de pesquisadores que vem sendo realizado desde o ano de 2020, no âmbito da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG). Ele está sendo publicado a partir de recursos provenientes do subprojeto de pesquisa *Patrimônio Territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social no município de Santo Cristo/RS* – PPGDPP/UFFS – 2023-2025, aprovado no âmbito do Edital nº 73/GR/UFFS/2023, Grupo 3 – Faixa A, de Fomento à Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação e Fomento à Pesquisa com ênfase na Pós-Graduação *Stricto Sensu da UFFS*. Subprojeto este que se desenvolveu a partir do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Mestrado e Doutorado, da UFFS, Campus Cerro Largo, que participou, desde o início, do trabalho coletivo no âmbito da REDETEG.

Os estudos preliminares, propostos pela REDETEG em 2020 incitaram o projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios e regiões* - ProPAT (2021-2023), coordenado pelo professor Dr. Valdir Roque Dallabrida no âmbito de sua Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq. O ProPAT reuniu 32 pesquisadores, oriundos de 19 Universidades do Brasil, Portugal, Espanha, Argentina e Inglaterra, com o objetivo de propor e validar um instrumental metodológico para a análise territorial que viabilizasse a construção de diagnósticos capazes de realizar a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo como referência o patrimônio territorial.

Na fase inicial dos trabalhos discutiu-se os pressupostos ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos necessários para fundamentar estudos sobre o desenvolvimento a partir do patrimônio territorial. Desses primeiros estudos, resultaram dois artigos: (i) Dallabrida, Rotta e Büttendörfer (2021), no qual são apresentados os pressupostos epistêmico-teóricos da pesquisa; (ii) Dallabrida et al. (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Na sequência, no

primeiro trimestre de 2022, a equipe de pesquisa do referido projeto publicou o *Dossiê Temático Patrimônio Territorial*, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (v. 18, n. 1), compreendendo um texto de apresentação e mais seis artigos que, no seu conjunto, propõem referenciais para a estruturação de um instrumental metodológico multidimensional que pudesse ser utilizado na análise e prospecção territorial.

Os estudos realizados tratam de um tema complexo, assumindo o desafio de preencher uma lacuna em relação aos estudos territoriais: a falta de um referencial metodológico estruturado que atenda as exigências da perspectiva territorial de análise. Ou seja, parte-se da compreensão de que, tanto uma base epistêmico-teórica, quanto um instrumental metodológico adequado à análise multidimensional de diferentes recortes territoriais, é um desafio não enfrentado de forma efetiva. Complementarmente, os estudos estiveram sustentados na hipótese de que a abordagem ou enfoque territorial do desenvolvimento atende a um propósito central, tal seja, ser uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centradas em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, se apresentando como uma condição indispensável para a realização de estudos que assumam a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, de forma integrada multidimensionalmente, reconhecendo sua complexidade.

Na sequência, de meados de 2022 até maio de 2023, a equipe de pesquisa do projeto ProPAT, dividida em seis grupos de trabalho, cada um deles no estudo de uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural), se ocupou, por meio de reuniões virtuais e seminários temáticos, em identificar os componentes básicos de cada dimensão. Foram definidas variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, com o fim de estruturar um referencial metodológico multidimensional, para ser utilizado na prospecção e projeção de alternativas de desenvolvimento de diferentes recortes territoriais (municípios, regiões, territórios).

A proposição do referencial metodológico, como referido, esteve sustentado em uma base epistêmico-teórica, a qual sugere uma série de princípios orientadores para fundamentar a análise e prospecção territorial, os quais podem ser consideradas balizas de um *corpus teórico convergente com o enfoque territorial*, tendo reflexos na perspectiva analítica

exigida em uma análise espacial, da mesma forma com implicações metodológicas. Dentre um conjunto extenso de princípios, destacam-se seis deles, considerados essenciais:

- i. **Sustentabilidade ambiental:** priorização de alternativas que possam ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação;
- ii. **Inclusão e Equanimidade:** priorização de alternativas que atendem a um maior número de beneficiários, com uma atenção especial aos povos tradicionais e populações expropriadas de seu modo de vida, na perspectiva da equanimidade pessoal e espacial;
- iii. **Inovação:** priorização de alternativas de solução dos desafios que atendam a perspectiva da inovação e criatividade;
- iv. **Totalidade:** priorização do respeito às especificidades territoriais, no entanto, analisar soluções e alternativas que considerem a realidade de forma integrada e contextualizada (regional, nacional, mundialmente);
- v. **Multidimensionalidade:** priorização de soluções e alternativas que atendam a perspectiva da multidimensionalidade, considerando suas possíveis articulações e conexões;
- vi. **Autonomia:** priorização de soluções e alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial, permitindo a expressão das suas especificidades (Dallabrida, 2022).

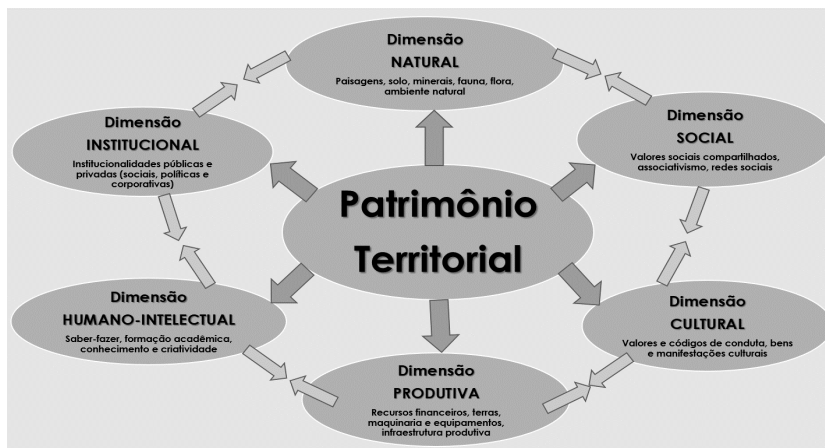
Na experiência de estudos e investigação mencionada, tais princípios foram considerados referenciais para estudos e análises convergentes com o enfoque territorial, ou abordagem territorial do desenvolvimento. Assim, o resultado da etapa inicial de investigação foi a reflexão epistêmico-teórica, e na sequência, a proposição de um referencial metodológico que atenda minimamente aos propósitos e implicações do enfoque territorial.

Tal proposta metodológica propôs um índice de mensuração do nível de ativação do patrimônio territorial, para ser utilizado em estudos territoriais, em especial, na formulação de um diagnóstico multidimensional de territórios ou regiões, com vistas à proposição de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial, chamado de Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP). No segundo semestre de 2023, o referencial

metodológico do IMAP foi publicado em uma Edição Especial da revista Desenvolvimento em Questão, além da publicação de um livro: Dallabrida et al. (2023a; 2023b).

Nesses estudos, foi utilizada a definição de patrimônio territorial explicitada em Dallabrida (2020): “[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental” (p. 12), cuja representação pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 - Patrimônio territorial e suas dimensões



Fonte: Dallabrida (2020).

Já, a expressão “ativação”, faz referência à necessidade de transformação dos fatores territoriais ainda na situação de recursos, não revelados ou não aproveitados adequadamente, em ativos territoriais, aptos a contribuir no desenvolvimento territorial. Por extensão, realizar, alcançar a “ativação do patrimônio territorial” significa revelar as

potencialidades, pô-las em atividade, em uso, na perspectiva de passarem a contribuir de forma mais significativa no desenvolvimento territorial, tanto no sentido socioproductivo, quanto no contributo à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no território.

Os estudos realizados nessa investigação representam um avanço no sentido de evidenciar referenciais epistêmico-teórico-metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento.

Este trabalho de reflexão em equipe gerou projetos de pesquisa derivados e articulados entre si, com captação de recursos junto à FAPERGS/RS, UFPR e UFFS, agregando novos pesquisadores ao grupo: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, no PPGDTS-UFPR; (ii) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-UNIJUÍ e apoiado pela FAPERGS; (iii) *Patrimônio Territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul – PPGDPP/UFFS – 2022 a 2024*¹; e (iv) *Patrimônio Territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social no município de Santo Cristo/RS – PPGDPP/UFFS – 2023-2025*².

Finalmente, durante o segundo semestre de 2024 até final de 2025, foi realizada a aplicação piloto da metodologia, para sua validação final. A aplicação piloto da metodologia, para sua validação, foi feita no município de Santo Cristo, situado na região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Na aplicação da metodologia constatou-se a necessidade de serem feitos alguns ajustes e correções, as quais serão realizadas em seminários da equipe de pesquisa envolvida, a partir do terceiro trimestre de 2025.

1 Aprovado no Edital nº 89/ GR/UFFS 2022, de Fomento à Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação e Fomento à Pesquisa com ênfase na Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

2 Aprovado no Edital nº 73/GR/UFFS/2023, Grupo 3 – Faixa A, de Fomento à Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação e Fomento à Pesquisa com ênfase na Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFFS. A partir dos recursos deste Edital é que se está publicando este Relatório.

Em paralelo à aplicação piloto, no segundo semestre de 2024, foi publicada outra Edição Especial no volume 22, número 61 da revista Desenvolvimento em Questão³, com foco no referencial epistêmico-teórico que deu base ao referencial metodológico do IMAP, objeto deste relatório, sob o título “*Abordagem territorial do desenvolvimento: gênese, base epistêmica e enfoques teórico-metodológicos convergentes*”. Esta edição foi composta por vinte e dois artigos, de autores nacionais e internacionais, tornando-se uma referência para estudos futuros sobre o tema. Em especial, um artigo, fez referência ao referencial metodológico do IMAP (Costamagna et al., 2024).

Nesta tradição de estudos, este relatório apresenta os resultados da aplicação piloto da metodologia do IMAP, o qual está estruturado, além desta introdução, em duas partes: (i) a primeira, dividida em seis seções, cada uma delas apresentando o relatório da aplicação de uma das seis dimensões do patrimônio territorial (cultural, social, humano-intelectual, institucional, natural e produtiva); (ii) a segunda, inclui um sumário executivo da avaliação feita por meio de uma pesquisa realizada com a equipe que esteve envolvida nas atividades de campo na aplicação piloto. Espera-se que este relatório sirva como insumo e referencial para a Administração Municipal e as lideranças de Santo Cristo elaborar seu planejamento estratégico, que oriente o processo de desenvolvimento territorial do município.

Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida

Prof. Dr. Edemar Rotta

Organizadores

3 Link de acesso à edição: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/issue/view/337>.

PRIMEIRA PARTE

**RESULTADO DA APLICAÇÃO PILOTO DO REFERENCIAL
METODOLÓGICO IMA, NAS SEIS DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO
TERRITORIAL**

Capítulo 1

DIMENSÃO CULTURAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

Ivann Carlos Lago
Monica Franchi Carniello
Rebeca Oliveira Assis
Fagner Fernandes Stasiaki
Marisete de Mattos Moraes
Marjorie Bier Krinski Correia
(Equipe envolvida na aplicação)

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2.21-39

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, é fundamental deixar claro o que se entende por dimensão cultural. A dimensão cultural do patrimônio territorial evidencia as formas pelas quais a cultura estrutura todas as relações sociais e compõe as dinâmicas territoriais nos processos de produção, circulação e comunicação, tanto de objetos quanto de ideias e formas de compreensão do mundo.

A cultura expressa o cotidiano da experiência humana no tempo e no espaço, constituindo-se como elemento central de identidade, memória e pertencimento. Nesse sentido, destaca-se também sua função estratégica na geração

e na distribuição de renda, configurando-se como instrumento de valorização territorial e de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

O relatório apresenta cada componente da dimensão cultural do patrimônio territorial com suas respectivas variáveis e escalas, com os dados coletados em campo e em bases de dados secundários no município de Santo Cristo, seguido de uma análise e discussão dos resultados.

2 RESULTADOS DA APLICAÇÃO PILOTO

2.1 COMPONENTE: MULTICULTURALIDADE (VALORES E CÓDIGOS DE CONDUTA)

Para este componente, adotaram-se como referência: (i) a promoção e o respeito às diversidades, biodiversidades e diferenças, a partir do fortalecimento da democracia cultural; (ii) a institucionalização de políticas locais voltadas à atenção de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, contemplando a comunicação social, a conectividade e a valorização da dimensão cultural do desenvolvimento, bem como a economia dos bens comuns e sustentáveis; e (iii) a promoção e o fomento de estratégias multiculturais e interculturais, voltadas à inserção social, à ampliação de oportunidades e à formação baseada no respeito às alteridades, com incentivo a práticas de associativismo, cooperação e coletivismo, enquanto formas de promoção da dignidade humana e do direito à diferença, à cultura, ao bem viver, à equidade e ao exercício pleno da cidadania. A partir desses referenciais, foi construída a matriz de variáveis e definidos os elementos orientadores para a coleta e a análise dos dados relativos ao território, neste componente.

Quadro 1 - Matriz metodológica do componente Multiculturalidade

Componentes	Variáveis	Técnicas e/ou Instrumentos de Coleta de Dados	Escala
Multiculturalidade (valores e códigos de conduta)	Diversidade de grupos culturais com relações intragrupos	Documental – Registro de grupos e coletivos de representação cultural. Legislação que favorece a equidade entre os grupos culturais. Entrevistas semiestruturadas com representantes de grupos culturais.	5- Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos 4- Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos 3- Baixa multiculturalidade 2- Dominação cultural 1- Dominação cultural com repressão a demais grupos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

a) Variável: Diversidade de grupos culturais com relações intragrupos

O Quadro 2 apresenta os grupos culturais presentes no município identificados com coleta documental.

Quadro 2 - Grupos Culturais do Município de Santo Cristo

Grupos	Fundação	Finalidade
Grupo de danças folclóricas Blumengarten	1974	Promover e divulgar a cultura alemã através da dança
Coral Santa Cecília	1915	Manter a a cultura alemã viva através da música
CTG Rancho da Amizade	1988	Promover os valores e a cultura gaúcha
Grupo ALMA – Associação Artística e Literária Mario Quintana	1994	Promover a arte e a literatura no município
Coral Som do Coração	1990	Promover a música entre os jovens

Fonte: Elaborado pelos autores dados da pesquisa (2025).

Foi realizado um grupo focal como estratégia metodológica para aprofundar a compreensão acerca da multiculturalidade no município estudado. O procedimento envolveu a participação de atores sociais representativos da realidade local, possibilitando captar percepções, memórias e narrativas que ultrapassam os limites dos dados documentais disponíveis. A aplicação foi realizada em 14/06/2025, com participação de 11 pessoas, no Centro Cultural de Santo Cristo, local onde também está sediada a Diretoria de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

A análise do grupo focal revelou um quadro de multiculturalidade marcado por baixa diversidade e forte presença de elementos tradicionais que referenciam às gerações de migrantes europeus que se fixaram no município, configurando um ambiente cultural relativamente homogêneo. Percebeu-se a baixa presença de população negra residente no município, evidenciada nos relatos e confirmada por dados oficiais do município, como aqueles fornecidos pelo IBGE. Observou-se e certa resistência em acolher novos migrantes no período contemporâneo. Do ponto de vista religioso, a predominância do catolicismo foi ressaltada.

Observa-se, portanto, a predominância de grupos culturais longevos e que se consolidam como tradicionais, que se firmam como elemento identitário dominante, com reduzida inserção de manifestações de caráter contemporâneo ou plural. Assim, a multiculturalidade do município manifesta-se mais como coexistência de práticas consolidadas do que como expressão de diversidade ampliada.

2.2 COMPONENTE: MANIFESTAÇÕES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Para este componente, foram adotadas como referências: (i) a valorização dos saberes e fazeres locais, mediados pela criatividade, pela interação horizontalizada e pela liberdade de expressão; (ii) a governança cultural participativa, sustentada por metodologias abertas e pela efetiva participação comunitária; (iii) a instituição de espaços formativos voltados à transmissão dos conhecimentos tradicionais, como estratégia de preservação, continuidade e atualização do patrimônio cultural; (iv) a criação de modalidades de aprendizagem que articulem criatividade e tecnologias locais,

frequentemente desconsideradas ou desperdiçadas pela lógica do mercado competitivo; (v) a identificação das inovações presentes na experiência local, abrangendo tradição, identidades, ofícios, patrimônio, trocas, estéticas e estilos de vida; (vi) a diversidade cultural reconhecida como princípio, com respeito às manifestações e com suporte de políticas públicas inclusivas; (vii) a análise da distribuição territorial dos equipamentos culturais, considerando desigualdades de acesso e capilaridade; (viii) a formulação de políticas públicas de acesso à cultura, de modo a assegurar condições equitativas de usufruto e participação cultural no território; e (ix) a destinação de recursos financeiros para a cultura, enquanto condição estruturante para a implementação de ações e políticas culturais sustentáveis.

Quadro 3 - Matriz metodológica do componente Manifestações e Equipamentos Culturais

Componentes	Variáveis	Técnicas e/ou Instrumentos de Coleta de Dados	Escala
Manifestações e equipamentos culturais	Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas	Documental – registros formais em instituições públicas; análise de legislação e documentos públicos; consulta ao portal da transparência. Consulta a fontes documentais como mapa da cultura. http://mapas.cultura.gov.br/	5- Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada 4- Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas 3- Manifestação culturais com pouca diversidade 2- Manifestações de grupos sociais dominantes 1- Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias
	Presença de equipamentos culturais distribuídos no território		5- Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no território 4- Equipamentos parcialmente descentralizados 3- Equipamentos apenas na região central 2- Equipamentos concentrados em alguns bairros 1- Equipamentos concentrado em regiões de alta renda
	Orçamento destinado à cultura em um território		5- Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária 4- Ações pontuais de cultura com recursos financeiros 3- Ações pontuais de cultura sem recursos 2- Ações esporádicas de cultura 1- Sem ações locais voltadas à cultura

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

a) Variável: Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas

Com base em pesquisa documental, foram identificados o uso dos seguintes instrumentos legais, como políticas públicas relacionadas à cultura: (i) Lei Paulo Gustavo; (ii) Lei Aldir Blanc II; (iii) Plano (Política Municipal de Cultura) Conselho Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura).

b) Variável: Presença de equipamentos culturais distribuídos no território

A pesquisa documental permitiu identificar os seguintes equipamentos culturais e eventos, conforme relacionados no Quadro 4.

Quadro 4 - Equipamentos Culturais e Eventos

Manifestações	Tipo
Museu Municipal Alcir Philippsen	Público
Centro Cultural José Paulino Stein	Público
Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Blumengarten	Público
Coral Santa Cecília	Misto
Coral Som do Coração	Misto
CTG Rancho da Amizade	Privado
Grupo Escoteiro Haway	Privado
Grupo ALMA – Associação Artística e Literária Mario Quintana	Público
Locais de lazer, turismo e restaurantes	Público
Gruta em Bom Princípio Baixo	Público

Residência de Ex-Prefeito Sandri	Público
Escultura de São José	Público
3ª edição da Feira do Livro de Santo Cristo - 2013	Público
XIII FEMEC - Festival Municipal Estudantil da Canção - 2013	Público
Festival de Coros - 2013	Público
Noite da família - 2015	Público
VI Seminário do PAIF - 2015	Público
Encontro de Corais - Lançamento do CD do Coral Santa Cecília - 2015	Público
Noite Cultural em comemoração ao centenários do Coral Santa Cecília - 2015	Público
OKTOBERFEST - Noite Cultural - 2015	Público
Evento cultural na Praça - 2015	Público
Cinema de Rua - 2015	Público
Cinema de Rua e teatro - 2015	Público
Apresentação Orquestra de Violão - 2015	Público
Apresentação especial marca centenário do Coral Santa Cecília - 2015	Público
OKTOBERFEST - Festival de Teatro - 2015	Público
Jornada Cívico-Cultural	Público

Fonte: Elaborado pelos autores – dados da pesquisa (2025).

b) Variável: Orçamento destinado à cultura em um território

No que se refere ao orçamento destinado à cultura, verifica-se a inexistência de previsão orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município. Não há rubrica própria ou dotação regular para o setor, mas apenas a destinação eventual de recursos voltados a ações pontuais ou a eventos de caráter oficial. Exemplos recorrentes incluem o custeio do transporte, alimentação e, eventualmente, hospedagem de grupos culturais locais — como o grupo de danças alemãs — em apresentações realizadas fora do município, bem como a mobilização da estrutura administrativa e logística da prefeitura para festividades ou comemorações alusivas ao aniversário municipal.

Ressalta-se, contudo, a ausência de mecanismos institucionais, tais como editais públicos ou programas permanentes de financiamento, que possam fomentar de forma estruturada e contínua a diversidade de atividades culturais, sobretudo aquelas que extrapolam o calendário oficial de eventos.

A Câmara Municipal registrou proposição para “instituir programa de apoio e financiamento à cultura para aplicação de recursos da Lei federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc)”. Por sua vez, a Prefeitura instituiu, por decreto de março de 2025, a abertura de crédito suplementar para a Secretaria Municipal de Ensino, Esporte e Cultura. Todavia, o documento não apresenta detalhamento de valores ou de destinação específica voltada ao campo cultural, o que dificulta a avaliação da efetividade da medida.

A análise sugere que as iniciativas culturais existentes são direcionadas prioritariamente ao público local, reforçando elementos de identidade regional, mas com menor incidência de estratégias voltadas à atratividade turística ou à inserção em circuitos culturais mais amplos. Nesse contexto, cabe destacar a presença de um acervo no Museu Municipal que, segundo registros, abrigaria materiais referentes à cultura indígena. Todavia, emergem questionamentos sobre a visibilidade, a valorização e a preservação desse patrimônio, suscitando reflexões acerca de possíveis processos de invisibilização cultural.

Como os recursos alocados ao setor não são delimitados por orçamento próprio nem editais específicos, sua eventual destinação depende de decisões políticas *ad hoc*, o que reforça sua vinculação com os grupos culturais já

existentes e consolidados, retroalimentando a predominância de grupos e atividades vinculadas à tradição cultural que remete à colonização do município e, em contrapartida, dificultando ao acesso aos recursos por grupos diversos.

Por fim, persiste a ausência de um orçamento claramente definido para a cultura, uma vez que não foram identificadas dotações específicas e permanentes na legislação orçamentária municipal. Essa lacuna compromete o planejamento, a execução e a continuidade de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade cultural e à ampliação do acesso da população a bens e serviços culturais.

2.3 COMPONENTE: ESTRUTURA DE MÍDIA

Para este componente, foram adotados como referências: (i) a presença de veículos de rede e sua capacidade de alcance no território; (ii) o acesso à internet como fator estruturante para a circulação da informação e para a ampliação do direito à comunicação; (iii) a existência de veículos públicos, educativos e comunitários, enquanto instrumentos de pluralização de vozes e de democratização do espaço comunicacional; e (iv) a produção de conteúdo de mídia local e regional, expressão da identidade territorial e do fortalecimento das dinâmicas culturais próprias. A partir desses referenciais, foi construída a matriz de variáveis que orientou a coleta e a análise dos dados do território.

Quadro 5 - Matriz metodológica do componente Estrutura de Mídia

Componentes	Variáveis	Técnicas e/ou Instrumentos de Coleta de Dados	Escala
Estrutura de mídia	Diversidade de mídia, em termos de propriedade e tipologia (pública, comunitária, privada de rede, privada local).	Documental – registros formais dos veículos de comunicação; análise de conteúdo.	5- Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas 4- Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas 3- Baixa diversidade de mídia 2- Concentração de mídia em grandes grupos comerciais 1- Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

a) Variável: Diversidade de mídia, em termos de propriedade e tipologia (pública, comunitária, privada de rede, privada local)

A pesquisa documental identificou os veículos presentes no território, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Veículos de Mídia no Município de Santo Cristo

Tipologia	Denominação	Finalidade
Impresso	Jornal Tribuna Livre	Informar
Portais/Perfis	Prefeitura Municipal de Santo Cristo	Transparência
	Câmara Municipal de Santo Cristo	Transparência
	Informações sobre a história e a emancipação do município: Município de Santo Cristo - RS	Informar
	Santo Cristo Prefeitura Municipal (Facebook)	Informar
	Página Oficial do Município de Santo Cristo (Instagram)	Informar
	Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Blumengartem	Cultura
	Comunicação Regional Fronteira Noroeste - Fabiano Lopes (Facebook)	Informar
Rádios	Radio Regional AM (1300 AM)	Comercial
	Rádio Mais FM (101,7 FM)	Comercial
	Rádio Acesa FM (104,9 FM)	Comercial

Fonte: Elaborado pelos autores – dados da pesquisa (2025).

O município de Santo Cristo encontra-se inserido na área de cobertura da RBS TV, emissora regional afiliada à Rede Globo, cuja sede está localizada em Santa Rosa (RS). A emissora opera por meio do transmissor instalado no canal 6 (34 UHF digital), abrangendo aproximadamente 70 municípios da região noroeste gaúcha, incluindo Santo Cristo. A programação contempla blocos de jornalismo regional. Conforme Atlas da Notícia, Santo Cristo não entra na categoria de deserto de notícias, por ter veículos de comunicação no município.

Além disso, em 23 de outubro de 2023, o Ministério das Comunicações (MCom) anunciou a liberação da faixa de 3,5 GHz para Santo Cristo e outras 55 cidades gaúchas, medida necessária à implementação da quinta geração

de redes móveis (5G). Tal iniciativa representa um avanço significativo no campo da conectividade, ampliando as possibilidades de acesso à informação e de inserção digital no território.

O cenário midiático de Santo Cristo reflete a macroestrutura da comunicação no Brasil, marcada pela forte centralização em grandes conglomerados empresariais e por um modelo predominantemente comercial. Nessa configuração, municípios de pequeno porte permanecem dependentes das áreas de cobertura vinculadas a centros urbanos maiores, o que restringe significativamente a produção e a circulação de conteúdos de caráter local. Entre os meios disponíveis localmente, o rádio destaca-se como o veículo mais viável, desempenhando papel estratégico na difusão de notícias e informações de proximidade.

A baixa presença de veículos de comunicação locais resulta diretamente da priorização das agendas dos grandes mercados e da lógica concentrada das mídias comerciais, que centralizam a produção de conteúdos nas capitais e nos maiores centros urbanos. Nesse vácuo informativo, portais e perfis digitais locais ou regionais têm buscado ocupar o espaço do jornalismo de proximidade.

2.4 COMPONENTE: ECONOMIA CRIATIVA

Para este componente, tomou-se como referência a geração de emprego e renda a partir da cultura, especialmente nos setores vinculados à economia criativa. A partir desse referencial, foi construída a matriz de variáveis e definidos os elementos orientadores para a coleta e a análise dos dados do território, de modo a identificar o potencial cultural como vetor de desenvolvimento socioeconômico.

Quadro 7 - Matriz metodológica do componente Economia Criativa

Componentes	Variáveis	Técnicas e/ou Instrumentos de Coleta de Dados	Escala
Economia criativa	Quanto mais geração de emprego e renda baseadas em atividades culturais, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento	Documental – bases de empregos formais. Registro de Microempreendedores individuais que atuam com economia criativa	5- Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município 4- Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar 3- Geram emprego informal como renda complementar 2- Gera emprego informal precarizado 1- Não gera emprego e renda

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir da consulta no site da Prefeitura constatou-se que os componentes da economia criativa no município é muito variada, conforme descrito no Quadro 8.

Quadro 8 - Componentes da Economia Criativa no município de Santo Cristo

Nome/Tipologia	Atividade fim	Informações sobre emprego
Blumengarten	Grupo de dança alemã	Empregos diretos/indiretos: Não há – atividade voluntária
Coral Santa Cecília	Canto Coral	Empregos diretos/indiretos: Nenhum – atuação voluntária
CTG Rancho da Amizade	Tradições gaúchas	Empregos diretos/indiretos: Nenhum – voluntários colaboram sem vínculo empregatício
Grupo Alma – Associação Literária Mário Quintana	Atividade literária	Empregos diretos/indiretos: Nenhum – atuação voluntária

Som do Coração	Música	Empregos diretos/indiretos: Nenhum – grupo de natureza microempresarial. Na prática, atua como coletivo voluntário
Grupo Escoteiro Haway	Tradição escoteira	Empregos diretos/indiretos: Nenhum – voluntários mantêm as atividades
Joal Artesanato (Alice Maria Backes Thume)	Ensino de Arte e Cultura	Empregados: Estimativa de 0 a 1 formal
Atelie Fina Arte (Alessandro Horn Muller)	Comércio Varejista de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos	Empregados: Estimativa de 0 a 1 formal
Mari Santos Artesanatos (Mariane Cristina dos Santos)	Fabricação de artefatos de madeira	Empregados: 0 a 1 formal
Marluci Ames (Produção Teatral)	Produção teatral	Empregados: 0 a 1 formal
Razão Social: Marisa Doroteia Wartha	Fotografia	Empregados: Microempresa – estimativa de 1 a 5 funcionários.
Mikael Holz	Fotografia	Empregados: 0 a 1 funcionário.
Juliano Luis Sowa – Somais Cultura Produções	Filmagem, fotografia, organização de eventos	Empregados: 0 a 1 funcionário.
Nova Fronteira Publicidade Ltda	Propaganda e Publicidade	Empregados: Estimativa de 2–10 (empresa típica de porte local)
SS Publicidade	Propaganda e Publicidade	Empregados: Estimativa de 0 a 1 (possivelmente MEI ou pequeno negócio)
IMEDIA	Propaganda e Publicidade	Empregados: Estimativa de 0 a 1 (provável MEI ou pequeno negócio)
Gráfica Santo Cristo	Impressão e serviços gráficos	Empregados: Estimativa de 1 a 5 formais
MW Artesanatos	Artesanato em madeira, restauração de objetos	Empregados: Estimativa de 1 a 5 formais

Twins Artesanato e Vestuário	Artesanato de bijuterias e confecções	Empregados: Estimativa de 1 a 5 formais
Ducatti Artesanatos	Fabricação de artigos de vidro, gesso, concreto, plástico	Empregados: Estimativa de 1 a 5 formais
Atelier de Costura Martini	Confecção sob medida, criação de peças de vestuário	Empregados: Estimativa de 1 a 2
Iva's Ateliê Ponto da Costura	Confecção sob medida, criação de peças de vestuário	Empregados: Estimativa de 1 a 2
Joana Madalena Backes	Fotografia	Empregados: Não consta
Claudio Roberto Muller	Fotografia	Empregados: Não consta
Lisi Brant Fotografia	Fotografia	Empregados: Não consta
Julia Paula Engel	Fotografia	Empregados: Não consta
Igor Freitag	Fotografia	Empregados: Não consta
Indústria Gráfica Nicodem	Impressão de material para uso publicitário	Empregados: 1 a 10
Gráfica Andariola	Serviços de pré-impressão	Empregados: Não consta
Ello Arquitetura e Negócios	Serviços arquitetura	Empregados: 1 a 10
Casa Arquitetura	Serviços de arquitetura	Empregados: 1 a 10

Fonte: Elaborado pelos autores – dados da pesquisa (2025).

2.4.1 ALGUMAS ANÁLISES SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA

No município, a geração de emprego e renda com base na cultura se desenha como reforço da identidade territorial, e não um eixo econômico claramente delimitado como vetor de desenvolvimento. Observa-se a ausência de dados sistematizados sobre a contribuição econômica do setor cultural, bem como a predominância de atividades voluntárias, sem estrutura produtiva ou indicadores consistentes que permitam mensurar seu impacto econômico. Nesse contexto, a cultura atua principalmente como elemento simbólico de coesão social e de valorização da identidade local, e ainda em fase inicial enquanto setor estruturado da economia criativa.

Tal condição evidencia uma atuação tímida, com baixa ativação econômica e pouca orientação para públicos externos, como turistas, mantendo-se voltada sobretudo para a própria comunidade. Embora o setor cultural não esteja consolidado como vetor econômico, reconhece-se o potencial de ativação e de indução a partir de políticas públicas e estratégias de fomento adequadas. Para que a cultura possa assumir um papel mais expressivo na geração de emprego e renda, torna-se necessário identificar, entre os segmentos da economia criativa, aqueles com maior aderência às características do território, para então planejar ações de desenvolvimento orientadas à gestão cultural e territorial.

3 PONTUAÇÃO E INDICADORES DA DIMENSÃO CULTURAL

O Quadro 9, sintetiza a pontuação atribuída na dimensão Cultural, nos quatro componentes e suas respectivas variáveis.

Quadro 9 - Dimensão Cultural, pontuação nos quatro componentes e suas respectivas variáveis

Componentes	Variáveis	Valor	Média/Componente
Multiculturalidade	Quantidade de grupos e inter-relação entre eles	2,0	2,0
Manifestações e equipamentos culturais	Políticas de fomento	2,0	3,0
	Equipamentos culturais e sua distribuição	3,0	
	Orçamento destinado à cultura	4,0	
Estrutura de mídia	Diversidade de equipamentos de mídia	3,0	3,0
Economia criativa	Geração de emprego e renda	4,0	4,0

Fonte: Elaborado pelos autores – dados da pesquisa (2025).

Para melhor visualização, apresenta-se o diagrama abaixo.

Assim sendo, o Índice da Ativação da Dimensão Cultural (IADC) do município de Santo Cristo é 3, caculado pela fórmula $IADC = \frac{M + C + E + R}{4}$.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Ativação de Dimensão Cultural (IADC) de Santo Cristo, estimado em 3,0 numa escala de ativação do patrimônio cultural de 1 a 5, indica um nível intermediário de ativação. Esse resultado demonstra que, embora existam práticas culturais enraizadas na identidade local, sua efetiva dinamização ainda é limitada, especialmente no que se refere à formalização institucional, à incorporação da cultura como fator importante no planejamento e no orçamento municipal, à diversidade de manifestações reconhecidas e à transformação da cultura em vetor de desenvolvimento socioeconômico.

Um IADC em patamar médio revela que a cultura está presente como elemento de identidade e coesão social, mas ainda não plenamente estruturada como setor estratégico, seja em termos de políticas públicas, seja como vetor da economia criativa. Assim, o índice aponta para um potencial de expansão, sugerindo a necessidade de políticas de fomento, de maior valorização das práticas locais e de sua articulação com processos de inovação, geração de renda e inclusão social, de modo a elevar a cultura a níveis mais elevados de ativação no território.

Essa metodologia pode ser implementada em várias escalas territoriais, de maneira a contribuir com a compreensão das dinâmicas territoriais, aspecto fundamental para a propositura de políticas públicas e intervenções em prol do desenvolvimento territorial.

Equipe de elaboração do referencial epistêmico-teórico-metodológico:

Dra. Monica Franchi Carniello

Dr. Moacir José dos Santos

Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Capítulo 2

DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

Airton Adelar Mueller

Reneo Prediger

Rodrigo Prante Dill

(Equipe envolvida na aplicação)

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2.41-54

1 APRESENTAÇÃO

Este texto apresenta os resultados da aplicação piloto do instrumental metodológico do IMAP, no município de Santa Cristo na Dimensão Humana e Intelectual. Trata-se de uma síntese dos resultados obtidos, pela consulta a documentos e dados estatístico, junto com entrevistas com lideranças e membros de instituições. Os resultados serão apresentados por componente.

Iniciamos pela apresentação da Matriz Metodológica da Dimensão Humana e Intelectual utilizada nas atividades de pesquisa no município de Santo Cristo (RS), conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Matriz Metodológica da Dimensão Humana e Intelectual

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise	Escala
Saberes formais	Média de escolaridade	-Cadastro e-MEC -Refer. p/ a análise: escolaridade média das pessoas com 11 anos ou mais, utilizando a média do Estado (RS), dividindo em 5 grupos	5. Quintil superior 4. Segundo quintil 3. Terceiro quintil 2. Segundo quintil 1. Último quintil
	Produção científica	-Plataforma Sucupira mais recente -Refer. p/ a análise: existência de programas de stricto sensu (Mestrado e/ou Doutorado) e as notas CAPES na última avaliação	5. Mais de 4 programas sendo ao menos 2 com nota 5, 6 ou 7 4. Mais de 4 programas sendo ao menos 1 com nota 5, 6 ou 7 3. Existência de mais de um programas com nota 3 ou 4 2. Existência de no mínimo 1 programa stricto, independente da nota 1. No território não há nenhum programa stricto
	Registros de Propriedade Intelectual no INPI	-Base de dados do INPI -Refer. p/ a análise: taxa de registros por 1000 habitantes residentes na área	5. Taxa igual ou superior a 0,1. 4. Taxa igual ou superior a 0,05 e inferior a 0,1. 3. Taxa é igual ou superior a 0,01 e inferior a 0,05. 2. Taxa é inferior a 0,01. 1. Não há registros na área pesquisada.

Saberes informais	Saberes transmitidos pela tradição oral	-Pesquisa na Secr. de Educação, ou Grupo Focal com informantes qualificados -Refer. p/ a análise: diversidade de saberes, considerando grupos humanos que os vivenciam e representados em conselho municipal de cultura	5. Há mais de 10 grupos, com total representação 4. Há mais de 10 grupos e parcial representação 3. Existem entre 1 e 10 grupos, sem representação 2. Não há grupos, mas há conselho de cultura 1. No local não há grupos nem conselho de cultura
	Domínio de línguas não oficiais	-Pesquisa na Secr. de Educação, ou Grupo Focal com informantes qualificados -Refer. p/ a análise: línguas e dialetos não oficiais falados pela população local, com reconhecimento do Estado (Secr. Educação)	5. Mais de 5 línguas, mais de 1 usada na escola 4. Entre 3 e 5 línguas e ao menos 1 usada na escola 3. Faladas mais de 5 línguas e nenhuma é usada 2. Faladas entre 1 a 5 línguas, nenhuma usada 1. São faladas línguas e há repressão estatal
Grupos Humanos Verticais	Níveis de escolaridade	-Uso do Índice IDHM ou similar -Refer. p/ a análise: O IDESE – Educação como referência	5. IDHM Educação é igual ou acima de 0,8 4. IDHM acima de 0,6 e abaixo de 0,8 3. IDHM acima de 0,4 e abaixo de 0,6 2. IDHM igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4 1. IDHM Educação abaixo de 0,2
	Níveis de renda	-Uso do Atlas do Desenvolvimento Humano - IDHM -Refer. p/ a análise: IDHM – Renda como referência	5. IDHM Renda é igual ou acima de 0,8 4. IDHM acima de 0,6 e abaixo de 0,8 3. IDHM acima de 0,4 e abaixo de 0,6 2. IDHM igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4 1. IDHM Educação abaixo de 0,2
	Grupos etários	-IBGE - Censo Demográfico -Refer. p/ a análise: relação entre a população dependente (jovens-idosos - 15+65) e população em idade ativa	5. Razão de dependência total abaixo de 40 4. Razão igual ou acima de 40 e abaixo de 50 3. Razão igual ou acima de 50 e abaixo de 60 2. Razão igual ou acima de 60 e abaixo de 70 1. Razão de dependência igual ou acima de 70

Grupos Humanos Horizontais	Grupos religiosos	-IBGE - Censo Demográfico e pesquisa com informantes, a exemplo de líderes religiosos <u>-Refer. p/ a análise:</u> religiões praticadas no território e avaliação de conflitos	5. Mais de 5 grupos de religiões com tolerância 4. Com predominância, com integração ecumênica 3. Predominância de um grupo, sem integração 2. Com situações esporádicas de intolerância 1. Conflitos frequentes entre grupos religiosos
	Grupos de gênero	-Pesquisa nas Câmaras de Vereadores <u>-Refer. p/ a análise:</u> % nas vagas de vereador(a), entre homens e mulheres na Câmaras Municipais	5. Vagas, sendo 50% homens e 50% mulheres 4. Vagas, sendo 60% homens e 40% mulheres 3. Vagas, sendo 70% homens e 30% mulheres 2. Vagas, sendo 80% homens e 20% mulheres 1. Mais de 80% homens e menos de 20% mulheres
	Grupos étnico-raciais	-IBGE - Censo Demográfico <u>-Refer. p/ a análise:</u> diversidade de étnico-racial, desigualdades entre brancos x pretos, pardos e indígenas quanto à renda	5. Com 5 grupos ou mais, ausência de desigualdade de renda 4. Com 5 grupos e renda dos brancos até 10% maior 3. Ao menos 4 grupos e renda entre 10% a 20% maior 2. Menos de 3 grupos e renda entre 20% a 30% maior 1. Menos de 3 grupos e renda acima de 30% maior

Fonte: Elaboração própria (2025).

Na sequência, no Quadro 2, antecipamos os resultados da aplicação piloto do referencial metodológico.

Quadro 2 - Resumo dos resultado da aplicação piloto da Dimensão Humana e Intelectual

Componentes	Variável analisada	Escala de valor
Saberes formais	Expedição de títulos e certificados acadêmicos	2
	Produção científica	NA
	Registro de patentes	2
Saberes informais	Saberes transmitidos pela tradição oral	NA
	Domínio de línguas não oficiais	2
Grupos Humanos Verticais	Níveis de escolaridade	4
	Níveis de renda	4
	Grupos etários	4
Grupos Humanos Horizontais	Grupos religiosos	4
	Grupos de gênero	1
	Grupos étnico-raciais	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) – (NA – não se aplica).

2 EXPLICITAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na sequência do texto, são descritos os resultados e análises, distribuídos em cada componente da dimensão.

2.1 COMPONENTE: SABERES FORMAIS

a) Variável: Expedição de títulos e certificados acadêmicos

Trata-se de diplomas de Graduação e Pós-Graduação emitidos por instituições sediadas no território. Tal medida constitui-se, simultaneamente, a representação da infraestrutura do território quanto à formação em nível superior de sua população, bem como, da contribuição do território para a formação de pessoas de outros territórios, uma vez que é comum que estudantes busquem sua formação em outras regiões que não a de nascimento. Assim sendo, a informação sobre a emissão de títulos acadêmicos é mais relevante do que a simples presença de um maior, ou menor, número de instituições.

O objetivo é calcular uma taxa de expedição de títulos por mil habitantes do território, em um determinado período de tempo. Ou seja, divide-se o número de títulos expedidos por mil habitantes. Se, por exemplo, em um território no qual vivam 1000 pessoas, foram expedidos 50 títulos no período escolhido, tem-se uma taxa de 0,05. Se neste mesmo território forem expedidos 20 títulos, tem-se uma taxa de 0,02, e assim por diante.

No caso de Santo Cristo chegou-se aos estes resultados, com base nos dados do Censo da Educação Superior do ano de 2023, constatou-se a presença no município de apenas uma Instituição de Ensino Superior, uma unidade da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, apresentando a seguinte situação em termos de cursos e concluintes nesse ano: (i) Administração: 2; (ii) Coaching e Desenvolvimento Humano: 1; (iii) Desenvolvimento de TI: 1; (iv) Empreendedorismo: 1; (v) Gestão de Cooperativas: 1; (vi) Gestão de Recursos Humanos: 2; (vii) Investigação e Perícia Criminal: 1; (viii) Pedagogia 3; (iv) Gestão Financeira: 1. Total, 13 concluintes em 2023.

Assim, o valor atribuído a esta variável é o índice 2, portanto, relativamente baixo.

b) Variável: Produção Científica

Trata-se, para fins de viabilidade operacional, de averiguar se o território possui produção científica nacional e internacional de alto impacto, em várias áreas do conhecimento, segundo definições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma forma aproximada, porém bastante viável de se auferir tal produção, é por meio da existência de programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e as respectivas notas atribuídas pela Capes na mais recente avaliação. Neste caso, sugere-se trabalhar com a existência dos programas, acrescido de um critério qualitativo, ao invés de promover o levantamento de toda a produção acadêmica realizada em um território.

Parte-se do pressuposto de que um maior número de programas, associado a maiores notas, possam indicar de maneira bastante satisfatória a produção científica de um território. Ressalta-se que a Capes trabalha com notas que variam de 3 até 7, para manter em funcionamento os cursos de Pós-Graduação, sendo a nota 7 considerada de excelência. São 49 as áreas do conhecimento, consideradas pela Capes para fins de avaliação dos programas.

Em Santo Cristo não existem programas de pós-graduação. Por conta disso, optou-se por não incluir tal variável no cálculo.

b) Variável: Registro de Patentes

Trata-se do pedido de patentes ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), realizado por particulares, instituições e empresas sediadas no recorte territorial analisado. O objetivo é calcular uma taxa de patentes por mil habitantes residentes no território. Divide-se o número de pedidos de patentes pelo tamanho da população e multiplica-se o resultado por mil. Se, por exemplo, em um território onde vivam 1.000.000 de pessoas foram

registradas 100 patentes no período escolhido, tem-se uma taxa de 0,1. Se neste território vivessem 2.000.000 de pessoas, a taxa seria de 0,05 e assim sucessivamente.

Tomou-se como ano de referência 2020, em que ocorreram 3 pedidos de registro de patentes, além de mais uma sem data especificada. Portanto são 4 registros, o que resulta na atribuição do valor 2 como índice esta variável, portanto, baixo.

2.2 COMPONENTE: SABERES INFORMAIS

a) Variável: Saberes transmitidos pela tradição oral

Trata-se de averiguar conhecimentos, por exemplo, sobre ervas medicinais associados à vegetação própria do território, conhecimentos sobre plantas e sementes crioulas, produção de artesanatos com valor identitário e/ou potencial turístico e conhecimento culinário regional (pratos típicos). Os critérios subjacentes são a diversidade de saberes e o reconhecimento deles pelas autoridades locais. Quanto mais diverso é o território, melhor é a situação em termos de patrimônio territorial. Da mesma forma, é um fator positivo que tais saberes sejam reconhecidos formalmente e tenham protagonismo na vida de seu entorno. Uma forma viável de se verificar tal reconhecimento é por meio de sua representatividade em conselhos municipais de cultura.

No caso de Santo Cristo, não foram levantados dados sobre tal variável.

b) Variável: Domínio de línguas não oficiais

Trata-se de línguas e dialetos falados pela população local, que não sejam usados pelo aparato estatal em suas atividades. O critério subjacente aqui também é a diversidade e o reconhecimento por parte do poder público local e da sociedade. Quanto mais diverso é o território em termos de línguas faladas, melhor é a situação em termos de

patrimônio territorial. O fomento, a negligência ou a repressão por parte do Estado e da própria sociedade local, todavia, podem fazer toda a diferença em termos de vitalidade de tal patrimônio, no sentido negativo.

Não foram levantados dados sobre tal variável.

2.3 COMPONENTE: GRUPOS HUMANOS VERTICAIS

a) Variável: Níveis de escolaridade

Originalmente, esta variável propunha adotar os dados já disponíveis por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – Educação. Em casos de um território abranger mais de um município, é preciso trabalhar com as médias obtidas a partir dos vários municípios que se estiver estudando. Todavia, no caso de Santo Cristo, por conta de sua maior atualidade de dados disponíveis no momento de realização da presente pesquisa, optou-se em adotar o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul.

Considerou-se que, num caso do IDESE-Educação, ser igual ou acima de 0,8, esta variável terá resultado 5. Se for igual ou acima de 0,6 e abaixo de 0,8, será 4. Se for acima de 0,4 e abaixo de 0,6, será 3. Se for igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4, será 2. E, se for abaixo de 0,2, será 1.

Santo Cristo, no ano de 2021, apresentou um IDESE-Educação de 0,78, portanto, sendo atribuído o valor 4, como índice nesta variável.

b) Variável: Níveis de renda

Originalmente, esta variável propunha adotar os dados já disponíveis por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – Renda. Em casos de um território abranger mais de um município, é preciso trabalhar

com as médias obtidas a partir dos vários municípios que se estiver estudando. Todavia, no caso de Santo Cristo, por conta de sua maior atualidade de dados disponíveis no momento de realização da presente pesquisa, optou-se em adotar o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul.

Como critério, no caso do IDESE-Renda ser igual ou acima de 0,8, esta variável terá resultado 5. Se for igual ou acima de 0,6 e abaixo de 0,8, será 4. Se for acima de 0,4 e abaixo de 0,6, será 3. Se for igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4, será 2. E, se for abaixo de 0,2, será 1.

Santo Cristo, no ano de 2021, apresentou um IDESE-Renda de 0,74, portanto, sendo atribuído o valor 4, como índice nesta variável.

c) Variável: Grupos etários

Os grupos etários aqui considerados dizem respeito a grupos populacionais agregados segundo população em idade ativa – PIA (entre 15 e 64 anos) e demais grupos. Ou seja, jovens (com menos de 15 anos) e idosos (com mais de 65 anos) compõem o grupo que constitui a assim chamada população dependente. Com base nos dados populacionais de um território assim agrupados, calcula-se a Razão de Dependência. Quanto menor for este indicador, mais apto está o território a produzir e dinamizar as atividades econômicas, gerar poupança e crescimento econômico. Existem três tipos de razão de dependência: a Idosa – RDI, a Jovem – RDJ, e a Total – RDT. Como os próprios nomes evidenciam, a RDI leva em consideração apenas a relação entre PIA e a população idosa, a RDJ considera apenas a relação entre PIA e os jovens. A Razão de Dependência Total, por sua vez, considera simultaneamente ambos os grupos dependentes. O cálculo evidencia quantos dependentes existem para cada 100 pessoas em idade ativa em um certo território. Para operacionalizar o cálculo, soma-se os dependentes, divide-se pela PIA e multiplica-se o resultado por 100. Aqui optou-se por trabalhar com a RDT por sua maior representatividade da população em um território.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 tem-se, no caso de Santo Cristo, a seguinte situação: (i) população entre 0 – 14 – 2.391; (ii) população ente 15 – 64 – 1.0353; (iii) população de 65 anos ou mais – 2576. Considerando estes dados, a Relação População Dependente/População Economicamente Ativa $(2.391+2.576/10353) = 0,47976432 \times 100 = 47,97$).

Assim, considerando o resultado ser igual ou acima de 40 e abaixo de 50, nesta variável, atribui-se o valor 4 como índice.

2.4 COMPONENTE: GRUPOS HUMANOS HORIZONTAIS

a) Variável: Grupos religiosos

Grupos religiosos são aqui entendidos em sentido amplo, incluindo as mais diversas religiões e suas variantes. Trata-se, por exemplo, de cristãos, muçulmanos, religiões de matrizes africanas, além de quaisquer outras práticas religiosas que se encontrem organizadas em grupos e que estejam sendo praticadas no território. A diversidade e o convívio respeitoso e, portanto, pacífico, entre grupos religiosos são os critérios que balizam positivamente esta variável.

Sobre grupos religiosos, em Santo Cristo encontrou-se a seguinte situação: (i) Católica Apostólica Romana – 12.201 pessoas; (ii) Evangélica – 1.075; (iii) Espírita – 42; (iv) Outras religiosidades – 247; (v) que se declaram sem religião – 166.

Avaliando os dados e a situação da sociedade de Santo Cristo, verifica-se uma situação de predominância, com integração ecumênica. Assim, nesta variável, atribui-se o valor 4 como índice.

b) Variável: Grupos de gênero

As relações de gênero, certamente, são um aspecto fundamental em qualquer discussão sobre o padrão de desenvolvimento de uma sociedade. Em linhas gerais, a ideia de gênero diz respeito à forma como a sociedade constrói as expectativas sobre o que é ser homem ou mulher. Transcende, todavia, a noção de binarismo de sexo, masculino e feminino, abrangendo diversas outras identidades de gênero, como os bissexuais e os transexuais. Casos de violência, diferenças salariais e discriminações em geral, motivadas por diferenças de gênero, são indicativos do quão iguais, ou desiguais, são as relações de gênero em uma sociedade.

Neste sentido o critério balizador desta variável é a igualdade/desigualdade de gêneros em um território, com a igualdade constituindo o ideal a ser almejado. Entre as diferentes evidências empíricas possíveis, prioriza-se aquelas que possam ser representativas de maneira geral, mas que, sobretudo, possam ser de fácil obtenção em termos de dados no âmbito dos diversos territórios. Assim sendo, optou-se por focar a averiguação desta variável na representatividade feminina na Câmara Municipal de Vereadores, imaginando que onde tal representatividade seja mais igualitária, as relações de gênero, em geral, também estejam mais próximas da igualdade. Por isso, o indicador buscou averiguar o percentual de homens e mulheres nas Câmaras Municipais. Essa é uma das possibilidades, no entanto, poderá haver outro critério a ser legível.

No caso de Santo Cristo, encontra-se nesta legislatura a seguinte situação: 8 vereadores e uma vereadora, ou seja, mais de 80% dos legisladores são do sexo masculino e menos de 20% do feminino. Assim, nesta variável, atribui-se o valor 1 como índice, representando uma concentração em termos de grupos de gênero.

c) Variável: Grupos étnico-raciais

A diversidade étnico-racial é considerada aspecto positivo em termos de patrimônio territorial. Da mesma forma, a igualdade entre grupos é outro critério positivo. Assim sendo, situações de racismo, de xenofobia, intolerância e desigualdades diversas entre grupos, são consideradas nocivas à ativação do patrimônio territorial.

Para fins operacionais trabalha-se com a distinção entre brancos e não brancos, sendo os não brancos aqueles grupos com os quais o IBGE trabalha, seguindo o critério da autodeclaração, exceto os amarelos. Ou seja, busca-se identificar as desigualdades entre brancos x pretos, pardos e indígenas, uma vez que são estes últimos os grupos historicamente em maior vulnerabilidade socioeconômica, segundo o que demonstram os dados do IBGE. Tais diferenças verificam-se de diversas maneiras, sobretudo no que diz respeito ao acesso a diferentes bens e serviços essenciais ao bem-estar, como acesso à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho e à renda e assim por diante. A exclusão dos amarelos se dá em virtude de que em termos de indicadores de acesso aos mencionados bens e serviços, tal grupo se assemelha mais aos brancos do que aos demais grupos não brancos.

Para fins de representação da igualdade/desigualdade entre grupos se tomou por referência o documento “Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul”, do ano de 2021, elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul. De maneira geral, o estudo mostra diversas desigualdades em termos de acesso à saúde, à educação, trabalho e representatividade política, contribuindo para um baixo índice neste quesito. Subentende-se que a situação de Santo Cristo não seja um caso de exceção à regra geral estadual.

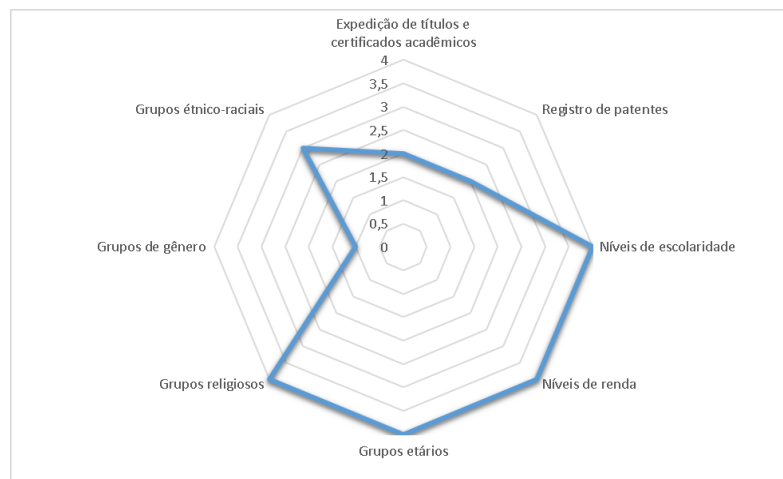
No caso em estudo, do total de população considerada para cálculo (13.731-Censo/2022), é a seguinte a situação em relação aos grupos étnico-raciais: (i) brancas – 12.390 pessoas; (ii) pardas – 1.115; (iii) pretas – 224 pessoas. Ou seja, há uma predominância em menos de 4 grupos étnico-raciais.

Assim, nesta variável, atribui-se o valor 2 como índice, representando uma concentração em termos de grupos de gênero, aumentando as possibilidades em termos de situações de desigualdade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, e com o propósito de melhor visualizar a situação em termos de índice da Dimensão Humana e Intelectual, apresenta-se a Figura 1, que caracteriza a situação de cada uma das variáveis analisada nesta dimensão.

Figura 1 - Quadro-síntese dos resultados para o município de Santo Cristo na Dimensão Humana e Intelectual



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Estes foram os resultados aferidos na aplicação da dimensão Humana e Intelectual.

Equipe de elaboração do referencial epistêmico-teórico-metodológico:

Airton Adelar Mueller
Cláudio Machado Maia
Marcio Gazolla
Sidinei Pithan da Silva
Anderson Vinícios Branco Lutzer

Capítulo 3

DIMENSÃO INSTITUCIONAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

Carlos Thomé
Livio Osvaldo Arenhart
Rafael Gonçalves Gumiero
Nelson José Thesing
Valdir Roque Dallabrida
Sandra Cristina Franchikoski
(Equipe envolvida na aplicação)

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2.55-84

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O presente relatório fundamenta-se nos resultados do Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões (ProPAT)*, que desde 2021 vem estruturando um referencial metodológico orientado à análise territorial sob a perspectiva do patrimônio. O objetivo central foi propor e validar um instrumento capaz de subsidiar diagnósticos territoriais inovadores e sustentáveis de desenvolvimento.

A Dimensão Institucional emergiu de uma perspectiva vinculada à ideia de que as instituições atuam como intermediadoras na mediação entre diferentes escalas de poder e de ação social, configurando arenas de concertação em que são negociadas prioridades e estratégias para o desenvolvimento. Esse processo não se limita à formulação de planos e programas, mas envolve a capacidade administrativa local (estrutura, planejamento, transparência e inovação), o engajamento das políticas públicas em prol do desenvolvimento e a ação coordenada dos atores em fóruns e canais de participação.

O processo de conversação entre o poder público e os atores sociais nos territórios constitui o eixo central da Dimensão Institucional analisada no âmbito do ProPAT. Trata-se de compreender como o Estado, em suas três instâncias (Federal, Estadual e Municipal), interage com a sociedade civil organizada, o setor privado e demais instituições para construir políticas públicas que reflitam as demandas e potencialidades territoriais e locais.

O processo de conversação entre Estado e sociedade constitui espaço estratégico de mediação para a definição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Mais que um rito formal, ele possibilita a construção da governança territorial, fundamentada no diálogo, na negociação e na pactuação de interesses. Contudo, enfrenta obstáculos significativos, como a assimetria de poder entre atores, a persistência de práticas patrimonialistas e a dificuldade de consolidar coalizões amplas e inclusivas. Apesar desses desafios, essa interação é essencial para articular dimensões econômicas, sociais e ambientais sob uma lógica de governança compartilhada, capaz de superar práticas centralizadoras. Nessa perspectiva, a efetividade das políticas territoriais depende diretamente da capacidade institucional de dialogar com atores diversos, desde organizações comunitárias até setores produtivos e instâncias governamentais, o que reforça a necessidade de mensurar e qualificar a qualidade dessas interlocuções.

A metodologia adotada neste relatório, assim como as técnicas de análise, teve como referência Gumiero et al. (2023). Neste viés, a metodologia construída para mensurar o que convencionou-se chamar de Dimensão Institucional organiza-se em três componentes: (i) a capacidade administrativa da estatalidade no território, que abrange a estrutura administrativa, os instrumentos de planejamento e as práticas de transparência e inovação; (ii) as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, analisadas a partir de planos, programas e ações que articulam diferentes escalas e setores;

e (iii) os atores, instituições e arenas de concertação, compreendidos como espaços de diálogo, coalizão e pactuação social. Cada um desses eixos desdobra-se em variáveis específicas, mensuráveis por indicadores, permitindo a construção do Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), posteriormente integrado ao Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP).

Metodologicamente, o relatório fundamenta-se no Projeto ProPAT, cujo objetivo é analisar o patrimônio territorial como referência para o desenvolvimento, considerando a Dimensão Institucional como eixo estruturante da governança territorial. Baseou-se em análise documental, entrevistas estruturadas e aplicação de métricas valorativas de 1 a 5, permitindo calcular o Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI).

Resumidamente, o primeiro componente, capacidade administrativa da estatalidade no território, evidenciou estrutura administrativa consolidada (valor 4), recursos humanos de qualificação média (3), instrumentos de planejamento bem formulados e efetivos (5) e mecanismos de transparência relativamente robustos (4). O segundo componente, políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, mostrou coerência orçamentária (5), elevada autonomia financeira municipal (5), mas baixa atuação no apoio a setores produtivo, sociocultural e ambiental (1), com forte concentração de recursos em áreas administrativas e baixa priorização da agenda ambiental.

O terceiro componente, atores, instituições e arenas de concertação, apresentou alta efetividade da participação cidadã e cooperação público-privada (4), bem como a existência de canais de diálogo ativos (4). Contudo, persistem fragilidades na efetividade dos conselhos, na inclusão da juventude e na conversão das demandas sociais em políticas concretas.

Por fim, constatou-se que Santo Cristo possui institucionalidade em amadurecimento, com bases sólidas de organização administrativa e vitalidade social, mas ainda coexistem fragilidades ambientais, dificuldades de diversificação financeira e limites na efetividade participativa. O IADI foi calculado em 3,7 (escala 1–5), classificando o município em nível médio-alto de ativação institucional. As principais limitações do estudo referem-se à ênfase excessiva em métricas quantitativas, ao formalismo na análise documental e à necessidade de indicadores qualitativos mais robustos para captar efetividade, inclusão e impacto real das políticas.

No decorrer do trabalho, foram propostos ajustes e incorporadas novas abordagens metodológicas, as quais estão devidamente explicitadas ao longo do texto. Assim, este relatório busca sistematizar os aprendizados teóricos e metodológicos acumulados, aplicando-os na análise da Dimensão Institucional enquanto elemento estruturante do desenvolvimento territorial. O IADI foi construído para transformar em métrica analítica a Dimensão Institucional, permitindo sua aplicação prática no município de Santo Cristo – RS e orientar a elaboração de políticas públicas mais democráticas, inclusivas e inovadoras frente aos desafios contemporâneos.

2 MATRIZ METODOLÓGICA UTILIZADA NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Inicia-se esta seção, descrevendo a matriz metodológica que serviu de base para aplicação piloto na Dimensão Institucional.

Quadro 1 - Matriz Metodológica utilizada na Dimensão Institucional

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise	Escala
Capacidade administrativa da estatalidade no território	Estrutura administrativa:	- Documentos sobre a estrutura administrativa - <u>Refer. p/a análise</u> : órgãos e secretarias de prestação de serviços que atendam aos setores com expressão local	5. Atendem entre 81 a 100% deles 4. Atendem de 61 a 80% deles 3. Atendem de 41 a 60% deles 2. Atendem de 21 a 40% deles 1. Atendem menos de 20% deles
	a- órgãos de prestação de serviços b- recursos humanos envolvidos	- Documentação sobre formação dos recursos humanos (arquivo oficial) - <u>Refer. p/a análise</u> : capacitação e/ou formação técnica ou universitária dos recursos humanos nas áreas do setor de atuação	5. De 81 a 100% possuem 4. De 61 a 80% possuem 3. De 41 a 60% possuem 2. De 21 a 40% possuem 1: Menos de 20% possuem

Capacidade administrativa da estatalidade no território	Instrumentos de programação e planejamento: a- existência e formulação dos instrumentos b- efetividade dos instrumentos	-Documentos: Plano Diretor, Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual LOA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros instrumentos de programação e planejamento -Refer. p/a análise: avaliação da capacidade de formulação/atualização dos documentos e atendimento às áreas essenciais: produtiva, sociocultural e ambiental	5. Formulação própria dos planos e leis 4. Formulação por consultorias 3. Existência de documentos desatualizados 2. Ausência de um destes documentos 1: Inexistência do PPA
			5. Existência de projetos nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental 4. Ausência de ações na área produtiva 3. A inexistência de ações nas áreas sociocultural ou ambiental 2. Ausência de ações em duas áreas ou mais 1. Inexistência de ações e projetos nas áreas
	Estruturas de comunicação, transparência e inovação	-Consulta no portal e/ou site do(s) município(s) -Aplicação de um <i>Checklist</i> avaliando a existência mínima (sim ou não) de estruturas de comunicação, transparência e inovação (anexo). -Refer. p/a análise: avaliação da efetividade das estruturas de comunicação e ações de transparência e inovação	5. Respostas positivas entre 81 a 100% 4. Respostas positivas entre 61 a 80% 3. Respostas positivas entre 41 a 60% 2. Respostas positivas entre 21 a 40% 1. Respostas positivas entre 0 a 20%

Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento	Quanto aos planos, programas e ações públicas:	-Consulta nos canais de transparência municipal -Refer. p/ a análise: ações no PPA e a proporção em percentual delas oriundas da LOA no ano corrente	5. De 81 a 100% das ações 4. De 61 a 80% ds ações 3. De 41 a 60% das ações 2. De 21 a 40% das ações 1. Menos de 20% das ações
	a- orçamento e aplicação		
	b- autonomia financeira	-Consulta na LOA e LDO -Refer. p/ a análise: capacidade do município em gerar orçamento financeiro independente da União	5. De 81 a 100% do total do orçamento 4. De 61 a 80% do total do orçamento 3. De 41 a 60% do total do orçamento 2. De 21 a 40% do total do orçamento 1. Menos de 20% do total do orçamento
	Ações públicas de apoio ao desenvolvimento no setor produtivo, sociocultural e ambiental	-Consulta nos canais de transparência municipal -Refer. p/ a análise: planos do governo federal integrados em programas regionais de desenvolvimento, com participação social	5. 81 a 100% confluem na relação Fed.xLoc. 4. 61 a 80% confluem na relação Fed. x Loc. 3. 41 a 60% confluem na relação Fed. x Loc. 2. 21 a 40% confluem na relação Fed. x Loc. 1. Menos de 20 confluem na relação Fed. x Local
Atores, instituições e arenas de concertação	Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial	-Consulta em atas de reuniões, acompanhamento de reuniões e negociações e Grupo Focal -Refer. p/ a análise: % dos consultados que dizem participar em no mínimo uma organização	5. De 81 a 100% 4. De 61 a 80% 3. De 41 a 60% 2. De 21 a 40% 1. Menos de 20%
	Estruturas de conversação e concertação social	--Consulta em atas de reuniões, acompanhamento de reuniões e negociações e Grupo Focal -Refer. p/ a análise: existência e efetividade de canais e fóruns de conversação e nível de propensão local de efetivar coalizões plurais/restritas x inclusivas/extrativas	5. De 81 a 100% das respostas positivas 4. De 61 a 80% das respostas positivas 3. De 41 a 60% das respostas positivas 2. De 21 a 40% das respostas positivas 1. Menos de 20% das respostas positivas

Fonte: Elaboração própria, com base em Gumiero et al. (2023).

Na sequência, faz-se uma descrição dos resultados de aplicação da matriz metodológica aqui referida, com as análises.

3 RESULTADOS DA APLICAÇÃO PILOTO NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

O Projeto ProPAT, dedicado à elaboração de um instrumental metodológico para diagnósticos territoriais, teve o patrimônio territorial de Santo Cristo (RS) como referência.

A métrica utilizada na metodologia organiza-se a partir de uma escala valorativa de 1 a 5, aplicada às variáveis que compõem os três componentes da dimensão institucional: capacidade administrativa, políticas públicas e arenas de concertação. Cada nível da escala corresponde a uma gradação da realidade observada, indo de situações ótimas (5) até péssimas (1), considerando indicadores como estrutura administrativa, qualificação de recursos humanos, existência e efetividade de instrumentos de planejamento, autonomia financeira, ações de apoio ao desenvolvimento e participação cidadã. A fórmula final resulta no Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), o qual formará, junto com as demais dimensões, o Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), permitindo mensurar, de forma comparativa, o grau de ativação do patrimônio institucional dos territórios.

Na sequência serão apresentados os resultados referentes a cada componente e suas variáveis, detalhando-se a forma de obtenção dos dados e a técnica de análise empregada. Quando pertinente, também será exposta uma nova proposta de análise, a fim de complementar ou aprimorar a compreensão dos elementos avaliados, fortalecendo a consistência metodológica e a aplicabilidade dos resultados obtidos.

3.1 COMPONENTE: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Gumiero et al. (2023), ao se referir à estrutura administrativa e ao papel do Estado na dinâmica territorial do desenvolvimento, destaca que a configuração político-administrativa molda as políticas territoriais, gerando novas territorialidades e arranjos de governança. Argumenta, também, que o papel do Estado deve ser repensado não apenas como regulador ou intervencionista, mas inovador, integrador e promotor do desenvolvimento, articulando sociedade e mercado. Nesse sentido, cabe-lhe estruturar redes e sistemas de governança territorial, apoiar empresas locais, articular

atores sociais e promover processos participativos. A meta é construir um “Estado forte”, capaz de coordenar políticas em múltiplas escalas, superar fragmentações regionais e dinamizar processos de inovação coletiva.

a) Variável: Órgãos de prestação de serviços

A variável órgãos e prestação de serviços avalia a estrutura administrativa municipal, considerando a existência e abrangência das secretarias responsáveis pelo planejamento e oferta de serviços públicos essenciais. Aqui se observa uma inconsistência terminológica e metodológica. A redação menciona “órgãos”, mas a operacionalização metodológica apresentada por Gumiero et al. (2023) está baseada na existência e funcionalidade de secretarias municipais que ofertam serviços à população. Esse deslocamento semântico pode gerar confusão, já que “órgãos” é um termo amplo que inclui autarquias, fundações, departamentos, diretorias e até conselhos, mas a métrica construída (ótimo a péssimo, de 5 a 1) está claramente referida à estrutura de secretarias municipais.

O valor atribuído à essa variável foi 4 – Alto.

O organograma de Santo Cristo evidencia uma estrutura administrativa relativamente completa, cobrindo as principais áreas de gestão pública (saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico e rural), atendendo bem ao critério quantitativo da variável. Contudo, identifica-se fragilidades no desenho, como a ausência de uma secretaria ou diretoria de planejamento estratégico integrada, e a falta de análise da efetividade das secretarias revelam a limitação do método original, que foca apenas na formalidade. Identifica-se no organograma diretorias de projetos e convênios, mas não necessariamente um setor estruturado de planejamento intersetorial. Um modelo revisado poderia incorporar indicadores de efetividade, articulação e continuidade institucional, garantindo uma leitura mais realista da capacidade administrativa municipal.

Propõe-se um ajuste: alinhar a variável, substituindo “órgãos” por “secretarias ou estruturas administrativas equivalentes”, garantindo coerência entre a métrica e a prática. Além disso, como sugestões metodológicas, sugere-se:

- i. avaliar não apenas o número de secretarias, mas sua capacidade funcional (orçamento próprio, equipe técnica mínima, projetos executados);
- ii. incluir indicadores sobre mecanismos de coordenação entre secretarias (ex.: existência de conselhos intersetoriais, comitês de planejamento, integração com instâncias estaduais e federais);
- iii. monitorar a estabilidade ou instabilidade da estrutura administrativa ao longo do tempo, evitando análises baseadas apenas em momentos pontuais;
- iv. avaliar a existência da incorporação de uma estrutura mínima, como a existência de Controle Interno, Procuradoria, Conselhos Municipais, Ouvidoria, dentre outros.

b) Variável: Recursos humanos envolvidos

A mensuração da variável recursos humanos envolvidos, avalia a capacitação técnica e acadêmica dos gestores e técnicos municipais, com base em percentuais de profissionais que possuem graduação, especializações e cursos de curta duração, como indicador da qualificação institucional para planejamento e oferta de serviços públicos.

Embora este elemento tenha sido colocado como descritor, na prática ele funciona como um subdescritor, já que segundo o organograma ele é uma diretoria dentro de uma secretaria. Alternativamente, poderia ser uma variável autônoma, pois mensura outro aspecto que não a estrutura organizacional em si, mas a qualidade do corpo técnico que a compõe.

O levantamento realizado na Diretoria de Recursos Humanos indicou que 53% dos servidores possuem formação em nível superior. Por este e outros critérios, o valor atribuído à variável é 3 – Médio.

Propõe-se um ajuste: a metodologia deveria explicitar que esta é uma dimensão complementar (ou subnível) dentro da variável estrutura administrativa, para evitar sobreposição de camadas. Alternativamente, poderia ser redesenhada como uma variável independente (“Capacitação e qualificação técnica”), dentro do mesmo componente.

Em termos metodológicos, questiona-se o fato da variável se restringir a análise na formação acadêmica e cursos de capacitação, e, com isso, deixa de fora outros elementos fundamentais da capacidade institucional, como experiência profissional, tempo de atuação e habilidades práticas adquiridas em serviço. Além disso, deveria apurar o percentual de servidores com formação além do exigido na Lei Orgânica Municipal para assumir o cargo, assim como criar indicadores que acompanhem a evolução da qualificação ao longo do tempo, para verificar se há melhora, estagnação ou retrocesso na capacidade técnica. Como sugestão complementar, esta verificação poderia levar em consideração um período temporal, como por exemplo, a capacitação/qualificação dos servidores nos últimos 5 (cinco) anos.

c) Variável: Existência e formulação dos instrumentos

A variável avalia a existência, atualização e efetividade de instrumentos como Plano Diretor, PPA, LDO e LOA, essenciais para orientar a ação governamental. Seu objetivo é verificar não apenas a formalidade dos documentos, mas também sua coerência, abrangência temática e capacidade de sustentar políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Considera tanto a presença formal desses documentos quanto sua origem, distinguindo formulação interna pela prefeitura de elaboração terceirizada por consultorias, refletindo a capacidade institucional de planejamento governamental. Dessa forma, a variável busca aferir a capacidade institucional de planejamento governamental, tanto em termos de cobertura documental quanto de autonomia técnica do município.

O valor atribuído à variável é 5 – Muito alto.

Para futuras aplicações, faz-se uma proposição de ajuste: a principal crítica que pode ser apresentada sobre esta variável é que a avaliação se reduz a verificação formal da existência dos documentos, sem considerar qualidade, coerência ou implementação efetiva. Contudo, o descritor seguinte desta variável auxiliará em melhor compreender a dinâmica metodológica e apresentar uma alternativa.

d) Variável: Efetividade dos instrumentos

A variável busca avaliar se os principais documentos de planejamento municipal - Plano Diretor, PPA, LDO e LOA -, apresentam ações concretas que contemplem as dimensões produtiva, sociocultural e ambiental do desenvolvimento territorial de Santo Cristo – RS. A metodologia adotada baseia-se na análise documental, com consulta direta aos instrumentos disponíveis no portal eletrônico da prefeitura. A técnica de análise consiste na verificação de conteúdos explícitos nos documentos, a fim de identificar a abrangência temática e a inclusão de projetos que ultrapassem a esfera legal.

A proposta residiu em analisar a existência de programas e ações nas três dimensões. Esta constatação, em conformidade a metodologia de mensuração, assegurou o valor máximo atribuído. Assim, o valor atribuído à variável é 5 – Muito alto.

Faz-se uma crítica à métrica: a escala apresenta avanços, como a tentativa de relacionar a efetividade dos instrumentos à abrangência temática das ações, reconhecendo a importância de contemplar simultaneamente os três eixos do desenvolvimento. No entanto, a métrica possui fragilidades por apenas verificar se há projetos listados nos documentos.

A escala valoriza igualmente as três dimensões, mas a formulação sugere um peso maior à área produtiva, já que sua ausência é considerada menos grave (nível 4) do que a ausência de sociocultural ou ambiental (nível 3). Essa assimetria não se justifica conceitualmente, visto que o desenvolvimento territorial exige equilíbrio entre os três eixos.

Assim, faz-se uma sugestão metodológica para essa variável, a ser utilizada em futuras aplicações, alterando a escala para:

- 5 (Ótimo) - Existência de ações estruturadas e intersetoriais nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental, com previsão orçamentária, mecanismos de monitoramento e indicadores de impacto;
- 4 (Bom) – Existência de ações em todas as áreas, mas com fragilidades na execução ou ausência de indicadores de impacto, ainda que haja previsão orçamentária;

- 3 (Regular) – Existência de ações em pelo menos duas áreas, com orçamento parcial e baixa articulação intersetorial; execução limitada ou pontual;
- 2 (Ruim) – Existência de ações em apenas uma área, sem previsão orçamentária consistente ou sem mecanismos de acompanhamento; forte desarticulação com as demais áreas;
- 1 (Péssimo) – Inexistência de ações ou projetos nos instrumentos de planejamento, ou presença meramente formal sem qualquer previsão de execução.

O uso da variável efetividade dos instrumentos como teste no território de Santo Cristo, mostra seu potencial, mas também suas limitações quando restrito apenas ao Plano Diretor, PPA, LDO e LOA. Se a intenção é ampliar sua aplicação para abarcar todos os programas e ações de um órgão, seria necessário expandir a lógica da métrica para novas direções, como considerar todos os programas, projetos e ações executados pela instituição. A avaliação poderia ser feita sobre todas as áreas estratégicas de atuação da instituição, definidas conforme sua missão e competências; e a efetividade real dos programas/ações.

e) Variável: Estruturas de comunicação, transparência e inovação

A variável avalia a disponibilidade de informações institucionais em portais eletrônicos, incluindo dados orçamentários, administrativos e de serviços. A metodologia baseia-se em análise documental, utilizando um *checklist* de verificação. A técnica de análise consiste em atribuir conceitos conforme a presença ou ausência das informações exigidas, mensurando a transparência municipal. Cada item é pontuado binariamente (sim/não) e, ao final, calcula-se o percentual de respostas positivas. A mensuração é realizada em uma escala de 1 a 5, de acordo com a faixa percentual atingida: de 0 a 20% (péssimo) até 81 a 100% (ótimo).

Assim, o valor atribuído à variável é 4 – Alto.

A técnica de *checklist* (Quadro 2), associada à métrica percentual, foi útil como instrumento inicial de diagnóstico, e de fácil mensuração (70% dos itens do checklist foram localizados). Por outro lado, há um caráter

restritivo e formalista, correndo o risco de superestimar a efetividade da comunicação pública. Para maior robustez, seria necessário incorporar critérios de qualidade, atualização, relevância e usabilidade das informações, além de considerar a dimensão participativa do controle social.

Ainda em relação a variável em análise, e por tratar-se de transparência e inovação, o município poderia dispor de informações atualizadas periodicamente ou de forma integrada (on-line), a exemplo de:

- Critério quantitativo: % de metas do PPA/LOA acompanhadas em *dashboards*.
- Critério qualitativo: grau de transparência dos *dashboards* (uso interno apenas, publicação restrita ou ampla).
- Critério participativo: existência de mecanismos que permitam à sociedade acessar, interpretar e interagir com os dados.

Quadro 2 - Variáveis de observação e critérios de análise observados no município de Santo Cristo

Variável de observação	Ordem	Critério de análise	Sim	Não
Divulgação do município	1	Avaliar a existência de links que sejam significativos para a divulgação do município, avaliando a qualidade e adequação	x	
Estrutura Organizacional	2	Avaliar a existência de link de informação sobre a estrutura organizacional, secretarias, conselhos e outros órgãos de governo	x	
Missão e Visão	3	Avaliar a existência de informação sobre a Missão e Visão do Município		x
Planejamento	4	Avaliar a existência de informações sobre planejamento estratégico do município e/ou plano diretor		x

Formas de implementação da transparência	5	Avaliar a existência de link de informações sobre licitações ou concursos públicos	x	
	6	Avaliar a existência de link de informações sobre prestação de contas à população	x	
	7	Avaliar a existência de canal de acesso da população, tal como ouvidoria, aqui neste espaço ou em outro link visível no site	x	
Quantidade de serviços	8	Avaliar quanto à quantidade de serviços disponibilizados no item carta de serviços	x	
Acesso ao Município	9	Avaliar a existência de informações sobre como chegar ao município que seja acessível e compreensível ao turista		x
Forma de comunicação web	10	Avaliar a existência de link pelo qual o visitante possa se comunicar com o município via web (e-mail de contato e/ou espaço de comunicação escrita)	x	
Atualização de dados	11	Avaliar a atualização das informações disponibilizadas na internet, a exemplo do PPA, LDO, LOA, atas de reuniões ou outros instrumentos pertinentes a administração e gestão nas secretarias municipais.	x	
Percentual medido			72,73%	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Gumiero et al. (2023).

3.2 COMPONENTE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

O componente políticas públicas de apoio ao desenvolvimento destaca o papel do Estado na formulação e territorialização de políticas públicas, ressaltando que elas devem superar práticas arcaicas de patrimonialismo e clientelismo, para desencadear um processo inovador de desenvolvimento. A inovação é entendida como capacidade de indivíduos e organizações identificarem e implementarem ideias novas ou renovadas que resultem em maior

eficiência, eficácia e valor social, vinculando-se ao conceito de cidades e territórios inteligentes. Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial exige integração entre áreas rurais e urbanas, reconhecimento dos potenciais tangíveis e intangíveis do território e construção de ambientes criativos e cooperativos.

A metodologia aplicada fundamenta-se em análise documental das políticas e programas presentes nos territórios, observando sua coerência com a proposta de inovação e desenvolvimento integrado. A técnica de análise consiste no uso de métricas que verificam a existência e a qualidade das políticas públicas voltadas ao fomento de ações inovadoras, apoiando-se em escalas valorativas derivadas de percentuais de presença dessas iniciativas, conforme checklists de verificação.

a) Variável: planos, programas e ações públicas – orçamento e aplicação financeira

A variável refere-se à capacidade técnica e gerencial de governos federal, estadual e municipal para formular arranjos institucionais de planejamento voltados às especificidades territoriais. Sua mensuração utiliza dados do orçamento financeiro e de sua aplicação, permitindo constatar a implementação de políticas públicas por meio de projetos e ações no município de Santo Cristo. Avalia a convergência entre o PPA e a LOA. A técnica de análise consiste em examinar dados orçamentários oficiais para verificar se há correspondência entre o planejamento plurianual e a execução anual, mensurando a efetiva implementação das políticas.

Nesta variável parece haver uma inconsistência semântica. Ao passo que o orçamento é um plano detalhado que estima receitas e despesas, o financeiro abrange a gestão dos recursos financeiros do órgão. Na prática, o que se analisou foi a previsão do orçamento e a previsão do destino dos recursos, e não a sua gestão ou aplicação.

Assim, faz-se uma proposição de ajuste: a variável poderia ser definida como “Plano Orçamentário”, uma vez que desta forma haveria a verificação da previsão orçamentária e a proposta de aplicação. Alternativamente, ele poderia ser separado em duas variáveis, uma, conforme apresentado, e outra, com foco na execução financeira, de modo

que poderia ser analisada a efetividade do planejamento orçamentário. Essa divisão enriqueceria a análise, porque diferenciaria claramente o que é planejamento (previsão) do que é execução (aplicação).

O valor atribuído à variável é 5 – Muito alto.

Nesta variável, verificou-se que as ações previstas no PPA se encontram contempladas na LDO, documento utilizado como referência para a análise. Contudo, observou-se a existência de alterações entre as ações e a previsão orçamentária da LDO em relação à LOA.

Assim, faz-se sugestões metodológicas para a variável. A proposta alternativa para a variável considera uma análise combinada entre orçamento e finanças. Com a utilização de recursos da Tecnologia da Informação, a criação de *dashboards* seria uma alternativa para analisar a consonância entre o planejado e o executado. Complementarmente, esta metodologia traria mais transparência ao município, contribuindo com o controle fiscal e social.

Neste sentido, apresenta-se uma proposta de mudanças, para aferir essa variável, utilizando-se as seguintes escalas:

- 5 (Ótimo) – *Dashboard* ativo, atualizado em tempo real, integrando planejamento (PPA, LDO, LOA) e execução financeira, com dados acessíveis, comparativos e interativos;
- 4 (Bom) – *Dashboard* implementado, com atualização periódica (mensal ou trimestral), contemplando planejamento e execução, parcialmente interativo e acessível ao público, mas com limitações em integração de dados ou uso efetivo pela sociedade;
- 3 (Regular) – *Dashboard* em funcionamento inicial ou limitado, apresentando informações fragmentadas sobre execução orçamentária, sem plena integração com instrumentos de planejamento, atualização irregular e baixo uso pela sociedade;
- 2 (Ruim) – Existência de iniciativas pontuais de disponibilização de dados (planilhas, relatórios estáticos) sem integração, atualização precária e com acesso restrito;

- 1 (Péssimo) – Ausência de *Dashboard* ou mecanismos digitais de acompanhamento; informações orçamentárias disponibilizadas de forma dispersa ou inexistente, sem condições mínimas de monitoramento ou controle social.

b) Variável: Planos, programas e ações públicas - autonomia financeira municipal

A autonomia financeira municipal que mede a capacidade de arrecadação do município em relação ao orçamento total. A técnica de análise consiste em calcular a proporção da receita própria frente às receitas totais, utilizando dados oficiais de finanças públicas, mensurados em escala valorativa de cinco níveis.

O valor atribuído a variável é 5 – Muito alta.

A análise da autonomia financeira do município de Santo Cristo, realizada a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, considerou a origem das receitas, classificadas em próprias, federais e estaduais. Os resultados indicam que 80% dos recursos são provenientes de arrecadação própria, 18% de transferências federais e 1% de transferências estaduais, salvo melhor juízo.

Considerando os aspectos observados na aplicação, faz-se sugestões metodológicas para a variável. Se o objetivo da variável é aferir a autonomia do município frente às receitas federais, estaduais e outras, precisamos de uma escala que vá além da arrecadação própria ou repasses obrigatórios (como na saúde e educação, por exemplo) e incorpore a capacidade de captar recursos adicionais (voluntários, convênios, fundos, parcerias). Assim, a métrica deveria refletir não só a independência tributária, mas também a habilidade estratégica de diversificação de receitas, como apresentada a seguir. Por isso, sugere-se alterar as escalas para:

- 5 (Ótimo) – Receitas próprias acima de 70%; convênios federais, estaduais ou de ONGs correspondendo a mais de 10% do orçamento; diversidade em pelo menos três áreas temáticas;
- 4 (Bom) – Receitas próprias entre 50% e 70%; convênios representando de 5% a 10% do orçamento; diversidade em duas áreas temáticas;

- 3 (Regular) – Receitas próprias entre 30% e 50%; convênios representando menos de 5% do orçamento; diversidade em uma área temática;
- 2 (Ruim) – Receitas próprias inferiores a 30%; dependência majoritária de transferências constitucionais obrigatórias; inexistência de diversidade temática;
- 1 (Péssimo) – Receitas próprias inferiores a 20%; inexistência de convênios voluntários; ausência de diversidade de fontes de financiamento.

A proposta desta métrica permite avaliar a autonomia financeira em sentido mais estratégico e realista, contemplando tanto a independência tributária quanto a capacidade de ampliar receitas via articulações externas.

c) Variável: Ações públicas de apoio ao desenvolvimento no setor produtivo, sociocultural e ambiental

Essa variável busca mensurar a presença e a efetividade das ações públicas municipais voltadas ao fortalecimento do setor produtivo, ao incentivo de iniciativas socioculturais e à promoção de políticas ambientais. A proposta é identificar se o município dispõe de programas estruturados que, articulados entre si, favoreçam um processo de desenvolvimento territorial sustentável. A análise foi realizada por meio da verificação documental e orçamentária de programas, projetos e ações executados em cada uma das três áreas (produtiva, sociocultural e ambiental). A técnica consiste em classificar o município em uma escala de 5 (ótimo) a 1 (péssimo), conforme a quantidade e a diversidade de ações presentes, alinhados com ações extra- locais.

Foi atribuído à esta variável o nível 1 – Muito baixo.

Dentre os aspectos observados, que levou a essa baixa avaliação, tem-se que, menos de 20% das ações públicas municipais nos setores produtivo, sociocultural e ambiental estão alinhadas ou integradas a programas extra-locais. O nível 1 mostra que, no campo das ações de apoio ao desenvolvimento, o município atua de forma isolada e pouco articulada em relação a outras agendas institucionais. Essa fragilidade compromete a capacidade de ampliar o alcance, captar recursos adicionais e garantir maior coerência e alinhamento com políticas públicas federais ou estaduais.

A principal crítica à metodologia de análise dessa variável é que a métrica considera apenas a proporção de ações que se alinham com programas federais, sem avaliar qualidade, relevância ou impacto dessas ações. Assim, uma ação de pequeno alcance pode valer tanto quanto uma política estruturante. Focar apenas em elementos quantitativos não é apropriado. Foi analisada a relação de ações por programas relacionados aos setores produtivo, sociocultural e ambiental com o uso de duas metodologias distintas. A primeira analisou o número de programas previstos na LDO para o ano de 2025. Como resultado, 30 ações (17,34%) estão relacionadas a dimensão produtiva, sociocultural e ambiental. Em termos orçamentários, a previsão é que cerca R\$4 milhões (3,47%) do orçamento alcance estas ações.

A análise pelo viés orçamentário de Santo Cristo revela forte concentração de recursos em programas específicos. Por exemplo, o Programa Apoio Administrativo – Poder Legislativo e Executivo, responde por 64 ações (36,99%) e absorve cerca de R\$ 54 milhões, equivalente a 45,52% do orçamento. Já o Programa Desenvolvimento Econômico e Produção Agrícola contempla 10 ações (5,78%), mas com previsão de apenas R\$ 1 milhão (1,00%). Por sua vez, o Programa Operações Especiais apresenta nove ações (5,20%) e R\$ 22 milhões (18,69%) do recurso previsto.

Esses exemplos ilustram como a utilização exclusiva de indicadores quantitativos, seja pelo número de ações previstas, seja pelo montante orçamentário alocado, apresenta limitações. Tal abordagem pode distorcer a análise da efetividade das políticas, uma vez que não capta a relevância, o alcance e o impacto real das ações, sinalizando a necessidade de métricas qualitativas mais robustas para avaliar os programas.

3.3 COMPONENTE: ATORES, INSTITUIÇÕES E ARENAS DE CONCERTAÇÃO

Esse componente busca avaliar a capacidade de articulação entre Estado e sociedade civil, mensurando a presença e a qualidade das arenas de participação, o papel dos atores sociais e institucionais, e o grau de concertação em torno das políticas públicas. O objetivo é captar como se organiza a governança territorial a partir das interações entre diferentes sujeitos coletivos.

A mensuração deste componente da Dimensão Institucional foi estruturada a partir de duas abordagens complementares. Para a primeira variável, a proposta foi a realização de um levantamento empírico por meio de questionário semiestruturado. Ela consistia na aplicação de um questionário referente a participação dos atores sociais em diferentes níveis de organização (associações comunitárias, ONGs, sindicatos, conselhos, partidos). Contudo, a técnica, conforme descrita por Gumiero et al. (2023) é confusa, uma vez que sugere a coleta de dados em documentos.

A proposta metodológica para a segunda variável prevê a aplicação de pesquisa do tipo *survey* junto a representantes de associações comunitárias, ONGs, sindicatos, conselhos e partidos, com respostas mensuradas em escala de 1 (péssimo) a 5 (ótimo). Complementarmente, o anexo indica a utilização de entrevistas semiestruturadas com técnicos, gestores e lideranças sociais, bem como, quando pertinente, grupos focais. Contudo, observa-se a ausência de um questionário padronizado, o que demandou de adequações ao grupo técnico.

Toda a metodologia originalmente proposta para esse componente da Dimensão Institucional foi integralmente revista pela equipe técnica, considerando as limitações identificadas na aplicação prática e a ausência de instrumentos padronizados de coleta. Após este processo, o grupo técnico concluiu pela necessidade de criar uma nova metodologia e métrica, mais adequada ao contexto analisado e capaz de assegurar maior objetividade, comparabilidade e consistência dos resultados.

Foi proposto um questionário com 28 perguntas, desenvolvido pelos integrantes da equipe técnica, de forma a contemplar as duas variáveis em análise, com respostas mensuradas em escala de 1 (péssimo) a 5 (ótimo). O instrumento de coleta foi aplicado no município de Santo Cristo – RS, no período de 27 de maio a 07 de junho de 2025, envolvendo 33 participantes representativos de diferentes instituições, entre elas sindicatos, conselhos municipais e entidades religiosas. A diversidade de respondentes buscou assegurar maior abrangência de perspectivas sociais, conferindo legitimidade ao processo.

O questionário elaborado integra este relatório e encontra-se disponibilizado no Apêndice B, onde é possível consultar os blocos de perguntas correspondentes a cada variável analisada. As primeiras 12 variáveis correspondem à primeira delas, e as 16 subsequentes à segunda. Cada pergunta podia ser respondida pelos participantes conforme sua

percepção, em uma escala que variou de 1 (péssimo) a 5 (ótimo). As duas subseções seguintes apresentam a análise detalhada desses indicadores.

A técnica de análise adotada para cada descritor consistiu no cálculo da média modal. Para a variável em seu conjunto, considerou-se a moda da escala resultante de cada descritor. Essa escolha mostrou-se a mais adequada por se tratar de um instrumento baseado em escala ordinal, cujo objetivo foi captar a percepção dos participantes. O uso da moda permite identificar a tendência predominante nas respostas, assegurando maior fidedignidade à interpretação dos dados coletados, evitando distorções decorrentes do emprego de médias aritméticas em escalas perceptivas.

a) Variável: Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial

De acordo com Gumiero et al. (2023), a variável tem como objetivo avaliar o grau de ativação e de efetividade da participação dos diferentes atores sociais, políticos, institucionais e econômicos na construção de processos coletivos voltados ao desenvolvimento territorial. Ela busca verificar se esses atores - conselhos, sindicatos, associações, cooperativas, partidos, instituições religiosas, empresariais e outras organizações -, conseguem atuar de forma representativa, cooperativa e inclusiva, contribuindo para a formação de redes de interação e para a concertação social.

O valor atribuído a esta variável é 4 – Alto.

São necessárias algumas considerações: (i) uma delas predomínio de avaliações positivas: a maioria das variáveis situa-se nos níveis 4 (bom) e 5 (ótimo), revelando um ambiente institucional ativo, com reconhecido protagonismo dos conselhos, da Câmara de Vereadores, da mídia local e das organizações produtivas e sociais; (ii) destaques positivos (Moda = 5) - representatividade da Câmara, papel da mídia, engajamento das empresas locais e benefícios da cooperação institucional; esses elementos constituem pontos fortes da governança territorial; (iii) desafios moderados (Moda = 4) - reconhecimento dos conselhos, representatividade das organizações, atuação dos partidos e eficácia das audiências públicas. Todos positivos, mas ainda carecem de maior inclusão, transparência e efetividade; (iv) fragilidade central

(Moda = 3) - baixa correspondência entre projetos legislativos e demandas sociais, evidenciando déficit na tradução da representação política em ação concreta.

Os resultados apontam que o município apresenta nível elevado de ativação institucional, com forte participação de diferentes atores e instâncias sociais. O desafio central reside em tornar mais efetiva a conexão entre representação política e formulação de políticas públicas, garantindo que a diversidade representada se traduza em decisões legislativas e executivas mais próximas das demandas da população.

b) Variável: Estruturas de conversação e concertação social

De acordo com Gumiero *et al.* (2023), a variável tem como objetivo avaliar a existência, a qualidade e a efetividade das instâncias e mecanismos que permitem o diálogo entre Estado e sociedade civil, verificando em que medida tais espaços possibilitam a mediação de interesses, a construção de consensos e a pactuação de políticas voltadas ao desenvolvimento territorial. Ela busca captar não apenas a presença formal de conselhos, fóruns, audiências públicas e demais arenas participativas, mas também a sua capacidade real de influenciar decisões, integrar atores sociais diversos e fortalecer a governança territorial. Foi aferida por meio da aplicação de um questionário estruturado com 28 descritores, com atores locais (Ver questionário anexo).

O valor atribuído a esta variável é 4 – Alto.

A análise dos resultados nessa variável mostra: (i) pontos fortes (Moda = 5) - sindicatos, associações/cooperativas e sinergia institucional; esses elementos demonstram a vitalidade da sociedade civil e a cooperação entre organizações locais; (ii) áreas de bom desempenho (Moda = 4) - serviços públicos (saúde, educação, assistência social, segurança, judiciário), apoio a mulheres e idosos e programas de compras públicas; são avaliados positivamente, mas não chegam ao nível ótimo; (iii) desafios críticos (Moda = 3) - efetividade dos conselhos, atenção ao meio ambiente, inserção dos jovens, atendimento das demandas cidadãs e construção de coalizões inclusivas; esses são os principais gargalos institucionais.

Esta variável revela um contraste: enquanto a sociedade civil organizada e a cooperação institucional apresentam resultados muito positivos, há fragilidades na efetividade dos conselhos, na participação juvenil, na inclusão política e na dimensão ambiental. O conjunto sugere que o município possui instituições fortes, mas ainda carece de maior efetividade na transformação de participação social em políticas públicas concretas, além de avanços em inclusão e sustentabilidade.

4 QUADRO RESUMO DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Nesta seção é apresentado o resultado de cada componente (capacidade administrativa da estatalidade no território, políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e arenas de concertação entre atores sociais e institucionais). Ele foi construído a partir da agregação dessas variáveis em escalas valorativas de 1 a 5, permitindo avaliar em que medida os territórios avançam na constituição de práticas democráticas, inclusivas e sustentáveis de governança.

Quadro 1 - Componentes, variáveis, descritores, valores atribuídos e o Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI) do município de Santo Cristo – RS.

Componente	Variável	Descritor	Valor Atribuído	IADI
Capacidade administrativa da estatalidade no território (C)	Estrutura administrativa	Órgãos de prestação de serviços;	4 - Alto	4,2
		Recursos humanos envolvidos	3 - Médio	
	Instrumentos de programação e planejamento	Existência e formulação dos instrumentos;	5 – Muito alto	
		Efetividade dos instrumentos	5 – Muito alto	
	Estruturas de comunicação, transparência e inovação	Estruturas de comunicação	4 - Alto	

Políticas públicas de apoio ao desenvolvimento (P)	Planos, programas e ações públicas	Orçamento financeiro e sua aplicação	1 - Muito baixo	3
		Autonomia financeira	5 - Muito alto	
	Ações públicas de apoio ao desenvolvimento no setor produtivo, sociocultural e ambiental	Apoio e/ou subsídios ao setor produtivo, sociocultural e ambiental	3 - Médio	
Atores, instituições e arenas de concertação (A)	Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial	Existência e efetividade de canais e fóruns de conversação; propensão local à formação de coalizões	4 - Alto	4

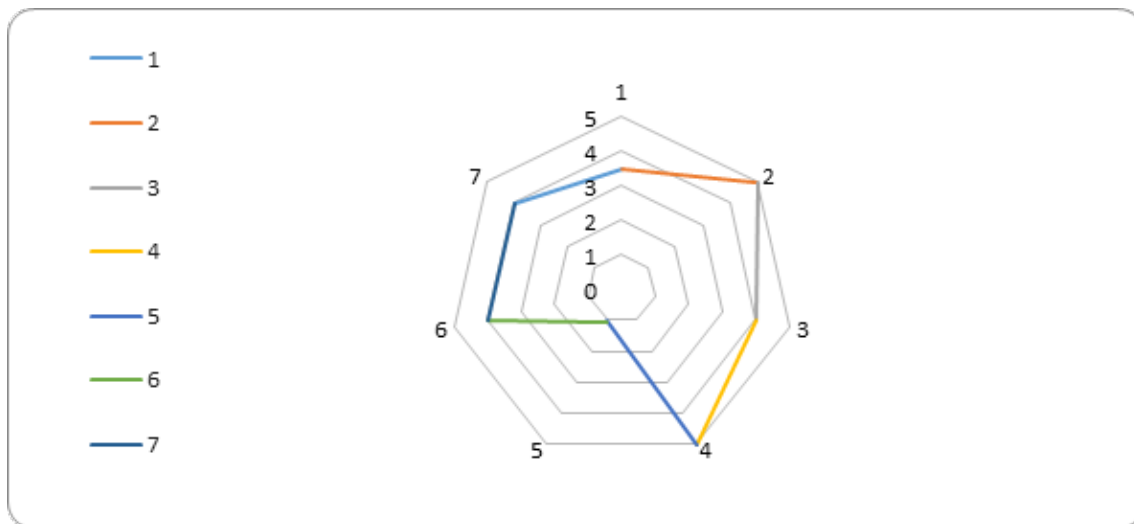
Fonte: Elaborado pelos autores com base em Gumiero et al. (2023).

$$IDI = \frac{C+P+A}{3} = \frac{4,2+3+4}{3} = 3,7.$$

Na sequência, é apresentado o Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), consolidando a mensuração global da dimensão e permitindo uma visão integrada do Desempenho Institucional do município.

A consolidação das variáveis da Dimensão Institucional é apresentada no Gráfico 1, permitindo observar de forma comparativa o desempenho alcançado em cada uma delas no contexto municipal.

Gráfico 1 - Variáveis de análise da Dimensão Institucional do município de Santo Cristo

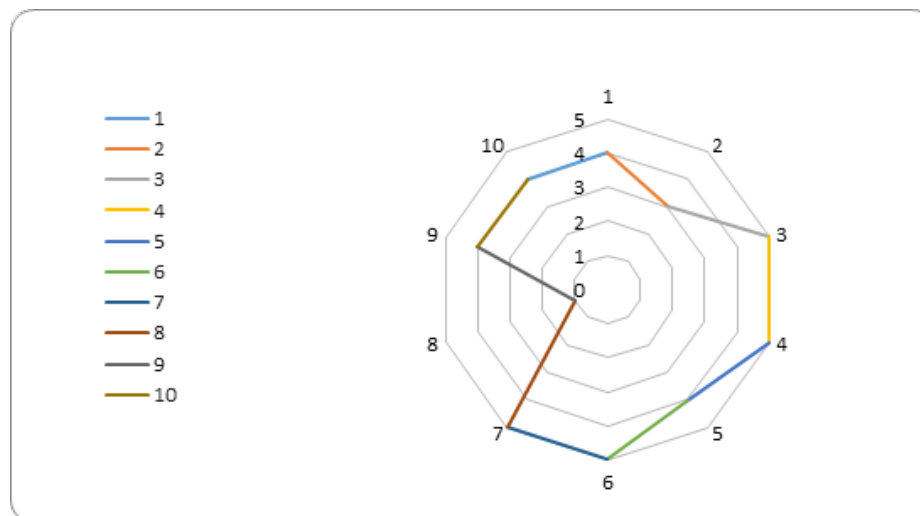


Legenda: 1 - Estrutura administrativa; 2 - Instrumentos de Programação e Planejamento; 3 - Comunicação, transparência e inovação; 4 - Planos, programas e ações públicas; 5 - Ações de Apoio ao Desenvolvimento; 6 - Ações dos atores e instituições no processo de articulação territorial; 7 - Estruturas de conversação e concertação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A consolidação dos descritores que compõem a Dimensão Institucional é apresentada no Gráfico 2, possibilitando a análise detalhada do desempenho de cada indicador específico. Essa representação amplia a compreensão dos resultados ao evidenciar nuances internas de cada variável, permitindo identificar tanto os aspectos mais fortalecidos quanto aqueles que ainda demandam aprimoramento institucional.

Gráfico 2 - Descritores das variáveis de cada componente avaliado no município de Santo Cristo

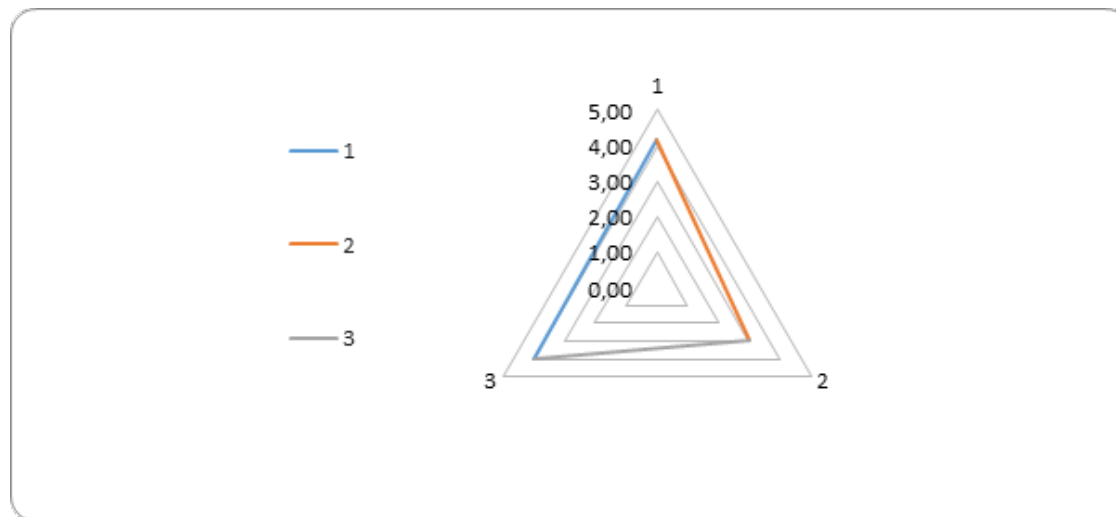


Legenda: 1 – Órgãos de prestação de serviços; 2 – Recursos humanos; 3 – Existência e formulação dos instrumentos; 4 – Efetividade dos instrumentos; 5 – Estruturas de comunicação; 6 – Orçamento financeiro e sua aplicação; 7 – Autonomia financeira; 8 - Apoio e/ou subsídios ao setor produtivo, sociocultural e ambiental; 9 - Efetividade da participação cidadã; e ação e interação público-privada e entre instâncias sociais e institucionais; 10 - Existência e efetividade de canais e fóruns de conversação; propensão local à formação de coalizões.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A consolidação final dos resultados da Dimensão Institucional é expressa pelo Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), que sintetiza em um único indicador o desempenho do município, e é apresentado no Gráfico 3. Esse índice permite avaliar, de forma integrada, a capacidade institucional local, oferecendo uma visão abrangente dos avanços alcançados e dos desafios ainda presentes.

Gráfico 3 - Índice de Avaliação do Desenvolvimento Institucional do município de Santo Cristo



Legenda: 1 – Capacidade administrativa; 2 – Políticas Públicas de apoio ao Desenvolvimento; 3 – Atores, instituições e arenas de concertação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A aplicação da metodologia do ProPAT no município de Santo Cristo – RS resultou no Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), calculado pela fórmula . O valor obtido, 3,7 (em escala de 1 a 5), indica nível médio-alto de ativação institucional.

O município apresenta avanços na estrutura administrativa, planejamento formalizado e autonomia financeira, além da vitalidade da sociedade civil. Contudo, persistem fragilidades na diversificação de receitas, na dimensão

ambiental e na efetividade dos conselhos. O IADI, integrado ao IMAP, subsidia o fortalecimento da governança territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório teve como objetivo avaliar a dimensão institucional do município de Santo Cristo, a partir da metodologia proposta no anexo “Capacidade Institucional” e da aplicação do Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI). A análise buscou compreender como os atores públicos e sociais, por meio das variáveis, contribuem para a governança territorial e o desenvolvimento local sustentável.

Em relação ao componente Capacidade Administrativa da Estatalidade no Território, foram analisadas variáveis como estrutura administrativa, instrumentos de planejamento e estruturas de comunicação, transparência e inovação. A análise da estrutura administrativa do município evidencia a existência de uma organização institucional consolidada, com secretarias, departamentos e órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas. Tal arranjo confere ao município condições adequadas de coordenação e implementação de ações governamentais, garantindo suporte à prestação de serviços e à articulação das políticas setoriais. Observou-se que, de forma geral, a estrutura é funcional e atende às demandas de gestão, configurando-se como elemento de sustentação da capacidade administrativa local.

A análise dos instrumentos de programação e planejamento demonstra que o município dispõe de marcos formais como PPA, LDO e LOA, assegurando a base normativa para a definição de prioridades e alocação de recursos. Constatou-se que tais instrumentos estão institucionalizados e orientam a gestão pública de forma sistemática, ainda que com limitações quanto à efetividade na execução e à integração entre áreas setoriais. Em síntese, a presença desses instrumentos revela a capacidade de estruturar o planejamento governamental, conferindo previsibilidade às ações municipais.

A análise desta variável indica que o município dispõe de mecanismos de comunicação e transparência já consolidados, como divulgação em meios oficiais e utilização de instrumentos de controle social. Verificou-se,

entretanto, que tais estruturas permanecem concentradas em canais tradicionais, com baixo aproveitamento de recursos digitais e tecnológicos que poderiam ampliar o alcance das informações e a interação com a sociedade. Assim, embora a transparência formal esteja assegurada, a inovação nos processos comunicacionais ainda é limitada, revelando espaço para avanços no fortalecimento da governança democrática.

Dando continuidade com o segundo componente Políticas Públicas de apoio ao Desenvolvimento, a análise evidenciou a presença de planos e programas governamentais articulados ao orçamento municipal, como instrumentos de referência para a gestão. No entanto, observou-se forte concentração de recursos em programas administrativos, enquanto áreas estratégicas, como desenvolvimento econômico e agrícola, recebem menor atenção. O componente revela a institucionalização do planejamento formal, mas também expõe desequilíbrios na priorização de políticas setoriais. Os resultados apontaram elevada proporção de receitas próprias na composição orçamentária, o que denota significativa independência financeira frente a transferências obrigatórias. Contudo, essa autonomia permanece restrita à base tributária local, com baixa capacidade de captação de recursos adicionais junto a programas federais, estaduais ou de organizações externas. Assim, embora o município apresente solidez fiscal, sua diversificação de fontes de financiamento é limitada.

Verificou-se a existência de iniciativas nos três campos analisados, com destaque para a vitalidade das ações produtivas e socioculturais. Entretanto, a dimensão ambiental revelou-se frágil, não configurando prioridade institucional. A variável evidencia, portanto, um cenário em que políticas de fomento econômico e social estão presentes e reconhecidas, mas a sustentabilidade ambiental ainda carece de maior atenção e investimento.

No terceiro componente da Dimensão Institucional, Atores, Instituições e Arenas de Concertação, os resultados apontaram significativa ativação institucional, com destaque para o papel dos sindicatos, associações, cooperativas e da mídia local como atores representativos e influentes. A participação cidadã foi considerada expressiva, ainda que a efetividade dos conselhos municipais e a capacidade legislativa de traduzir demandas sociais em políticas concretas apresentem limitações. A variável revela vitalidade da sociedade civil organizada, mas também desafios na conversão dessa representatividade em resultados efetivos.

Por fim, constatou-se a existência de instâncias de participação e cooperação que favorecem o diálogo entre Estado e sociedade, como conselhos e fóruns, bem como práticas de cooperação institucional. Entretanto, persistem fragilidades na inclusão de determinados grupos sociais, especialmente jovens, e na formação de coalizões políticas plurais e inclusivas. Além disso, a dimensão ambiental mostra-se pouco integrada às agendas de concertação. Dessa forma, embora as estruturas participativas estejam ativas, sua efetividade ainda é parcial e desigual.

A análise integrada da dimensão institucional de Santo Cristo evidencia um arranjo caracterizado por capacidade administrativa consolidada, marcada pela presença de estruturas organizacionais e instrumentos formais de planejamento; por políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, que demonstram solidez fiscal e vitalidade nas áreas produtiva e sociocultural, mas revelam fragilidade na dimensão ambiental e baixa diversificação de fontes de financiamento; e por atores e arenas de concertação ativos, que conferem representatividade e cooperação às instituições locais, embora enfrentem limites na efetividade dos conselhos, na inclusão da juventude e na construção de coalizões políticas mais amplas. Em conjunto, os três componentes revelam uma institucionalidade em processo de amadurecimento: já existem bases sólidas de organização administrativa, participação social e articulação política, mas ainda há desafios significativos na conversão dessas potencialidades em políticas públicas mais inclusivas, efetivas e ambientalmente sustentáveis.

Equipe de elaboração do referencial epistêmico-teórico-metodológico:

Rafael Gonçalves Gumiero

Lucas Labigalini Fuini

Ángel Raúl Ruiz Pulpon

Nelson José Thesing

Capítulo 4

DIMENSÃO NATURAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

Evandro Pedro Schneider

Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho

Ney Fett Júnior

Anélia Franceli Steinbrenner

Juliana Felix Gomes Araujo Montenegro

Luiza Motta Klöckner

Marjorie Bier Krinski Corrêa

Odair Leandro Krinski Corrêa

Paula Ester Sebastiany

Tiago Velasque Nunes

(Equipe envolvida na aplicação)

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2.85-105

1 APRESENTAÇÃO

Este texto apresenta uma síntese dos resultados da aplicação piloto do instrumental metodológico do IMAP no município de Santo Cristo, estado do Rio Grande do Sul. Os dados foram obtidos por meio da realização de visitas, entrevistas com lideranças e membros de instituições, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Rio Grande do Sul (EMATER), além da consulta em documentos e mapas. Os resultados serão apresentados em componentes, descrevendo o que pode ser observado e consultado.

Primeiramente, apresenta-se a matriz metodológica utilizada nas atividades de pesquisa e trabalhos de campo. É importante salientar que, neste quadro, é feita uma síntese das escalas, que apresentam complementações textuais, na forma de parâmetros em cada variável, atendendo a preceitos que constam na literatura especializada sobre o tema.

Quadro 1 - Matriz metodológica utilizada na aplicação piloto

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise	Escala
(Bio)Geodiversidade e os geossítios X paisagens naturais	Atributos geológicos: caracterização	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> , mapeamentos e entrevistas - <u>Refer. p/ a análise</u> : avaliação, respectivamente, quanto a feições singulares, assimilação, diversidade geológica X risco de degradação	5. Muito alta X muito baixo 4. Alta X baixo 3. Médio X médio 2. Baixa X alto 1. Muito baixa X muito alto
	Infraestrutura e entorno	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> , mapeamentos e entrevistas - <u>Refer. p/ a análise</u> : avaliação, respectivamente, quanto à acessibilidade, segurança, densidade populacional e associação ecológico-cultural	5. Muito alta 4. Alta 3. Média 2. Baixa 1. Muito baixa

Recursos hídricos	Caracterização qualiquanti-tativa	- Levantamento bibliográfico: plano de bacia, relatório anual de recursos hídricos (SEMA), mapas (geológico, hidrológico, hidrogeológico, uso e cobertura do solo, etc. – fontes: CPRM, ANA, MapBiomias), visitas <i>in loco</i>; - <u>Refer. p/ a análise</u>: usos múltiplos dos recursos hídricos superficiais e do subsolo	5. Muito alta 4. Alta 3. Médio 2. Baixa 1. Muito baixa
	Disponibilidade – demanda	- Levantamento bibliográfico: plano de bacia, relatório anual de recursos hídricos (SEMA), mapas (hidrogeológico, etc.) e questionário (visitas <i>in loco</i>); - <u>Refer. p/ a análise</u>: características físicas X sociais	5. Muito alta 4. Alta 3. Médio 2. Baixa 1. Muito baixa
	Planejamento e gestão	- Levantamento bibliográfico: plano de bacia, relatório anual de recursos hídricos (SEMA), mapeamentos, visitas <i>in loco</i>; - <u>Refer. p/ a análise</u>: políticas e conflitos	5. Muito alta 4. Alta 3. Médio 2. Baixa 1. Muito baixa

Agroecossis-temas (sustentabi-lidade rural)	Diversidade produtiva	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> e entrevistas - <u>Refer. p/ a análise</u>: nº de espécies no agroecossistema e subsistemas, com Sistemas Agroflorestais (SAF) e silvopastoris (SIP), ou mosaicos florestais	5. Mais de 40 espécies e SAF/SIP 4. Entre 10 e 39 espécies + SAF ou mosaicos 3. Entre 5 e 9 espécies e mosaicos 2. Entre 2 e 4 espécies e mosaicos 1. Predomínio de monoculturas
	Produtividade (produção agroecológica X área)	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> e entrevistas - <u>Refer. p/ a análise</u>: considerar a diversificação produtiva, avaliando a produtividade (como resultado de um solo mais sadio) usando como referência a média regional (peso/hectare) em relação a cada espécie de cultivo	5. 51 a 100% acima da média regional/ha 4. 11 a 50% acima da média regional/ha 3. 10% acima da média regional/ha 2. Na média regional/ha 1. Abaixo da média regional/ha
	Sanidade vegetal e animal	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> - <u>Refer. p/ a análise</u>: níveis de incidência de (i) pragas e doenças (PD), (ii) inimigos naturais (IN) e (iii) vigor nutricional (NUT)	5. Muito baixa PD, alta IN e NUT 4. Baixa PD, alta IN e NUT 3. Média PD, baixa IN e média NUT 2. Alta PD, ausência IN e baixa NUT 1. Alta PD, ausência IN muito baixa NUT
	Nível de transição agroecológica	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> - <u>Refer. p/ a análise</u>: níveis de diversidade produtiva (DP), uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos (AFS), com selo de produção orgânica (SPO) e reserva legal (RL)	5. Alta DP, sem AFS, com SPO e RL 4. Alta DP, sem AFS, SPO em trâmite, com RL 3. DP em consórcio, AFS parcial, sem SPO e RL 2. Monocultivos, com AFS, sem SPO e RL 1. Monocultivos, com AFS, sem SPO altos níveis de degradação ambiental

Vulnerabilidade ambiental urbana e rural	Vulnerabilidade habitacional e de infraestrutura urbana	- Levantamento bibliográfico e dados secundários - <u>Refer. p/ a análise</u> : % de população com acesso à água encanada, luz elétrica, rede de esgoto e que não reside em área de risco social (falta de equipamentos de saúde e condições de segurança)	5. Entre 91 e 100% da população da área 4. Entre 81 e 90% da população da área 3. Entre 71 e 80% da população da área 2. Entre 21 e 70% da população da área 1. Menos de 20% da população da área
	Pressão sobre o ambiente natural	- Levantamento bibliográfico e dados secundários - <u>Refer. p/ a análise</u> : nível de exposição aos riscos ambientais (enchentes, desmoronamento, poluição química ou biológica) e pressão sobre o meio natural (área de ocupação inadequada)	5. Até 2% da população da área 4. Entre 3 e 5% da população da área 3. Entre 6 e 8% da população da área 2. Entre 9 e 10% da população da área 1. Mais de 10% da população da área
	Equidade na distribuição de benefícios ambientais	- Levantamento bibliográfico, visitas <i>in loco</i> - <u>Refer. p/ a análise</u> : avaliar a equitatividade na distribuição dos benefícios ambientais	5. Muito alto 4. Alto 3. Intermediário 2. Baixo 1. Muito baixo
	Insegurança alimentar e nutricional	- Levantamento bibliográfico e dados secundários - <u>Refer. p/ a análise</u> : % da população da área, com níveis significativos de insegurança alimentar nutricional	5. Até 2% da população da área 4. Entre 3 e 5% da população da área 3. Entre 6 e 8% da população da área 2. Entre 9 e 10% da população da área 1. Mais de 10% da população da área

Política de Estado para a sustentabilidade	Legislação ambiental local (Lei 6.938/81)	- Documentos do Ministério do Meio Ambiente, legislação ambiental nacional e municipal, além de dados do IBGE - <u>Refer. p/ a análise</u>: situação quanto à legislação ambiental local (Secretaria Municipal exclusiva (SMe), Conselho Municipal e Fundo Municipal do Meio Ambiente (CFMA), Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (PGIR) e Legislação específica na área ambiental em plena atividade (LAa)	5. Possui SMe, CFMA, PGIR e LAa 4. Possui SMe, CFMA e PGIR e LAa parcial 3. Possui SMe e LAa parcial 2. Não possui SMe e LAa e demandas atendidas por outros órgãos 1. Não possui SMe e LAa, com atendimentos pontuais por outros órgãos
	Sistema de monitoramento e fiscalização ambiental local (Lei 6.938/81)	- Documentos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, legislação ambiental nacional e municipal, além de dados do IBGE - <u>Refer. p/ a análise</u>: dinamismo dos órgãos seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA, considerando necessidades de pessoal e equipamentos e operacionalidade (ações de fiscalização e preservação)	5. Funcionamento e operacionalidade dos órgãos seccionais, conforme previsto no SISNAMA 4. Funcionamento dos órgãos seccionais, com média operacionalidade 3. Funcionamento dos órgãos seccionais, com baixos níveis de operacionalidade 2. Presença mínima dos órgãos seccionais, baixo nível de operacionalidade e aumento dos eventos e riscos 1. Operacionalidade insuficiente e aumento dos eventos e riscos
	Gerenciamento de resíduos sólidos (urbano e rural)	- Visitas <i>in loco</i> e consulta a documentos - <u>Refer. p/ a análise</u>: averiguar o padrão de gerenciamento de resíduos e sua relação com a sustentabilidade ambiental	5. Muito alto 4. Alto 3. Intermediário 2. Baixo 1. Muito baixo

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No Quadro 2, faz-se uma síntese dos resultados obtidos por meio da aplicação da matriz metodológica, distribuindo os dados por componente, com o respectivo valor atribuído a cada uma das variáveis.

Quadro 2 - Quadro resumo dos resultados obtidos na aplicação da matriz metodológica

Componente	Variável Avaliada	Valor Atribuído
(Bio)Geodiversidade	Atributos geológicos	2 – Baixo
	Infraestrutura e entorno	2 – Baixo
Recursos hídricos	Caracterização quali-quantitativa	4 – Alto
	Disponibilidade versus demanda	3 – Médio
	Planejamento e gestão	3 – Médio
Agroecossistemas	Diversidade produtiva	4 – Alto
	Produtividade agroecológica	3 – Médio
	Sanidade vegetal e animal	4 – Alto
	Nível de transição agroecológica	2 – Baixo
Vulnerabilidade ambiental urbana e rural	Insegurança alimentar e nutricional	2 – Baixo
	Pressão sobre o ambiente natural	3 – Médio
	Infraestrutura habitacional e básica	4 – Alto
	Equidade no acesso aos benefícios ambientais	3 – Médio
Política de Estado para a sustentabilidade	Legislação ambiental	3 – Médio
	Monitoramento e fiscalização ambiental	3 – Médio
	Gerenciamento de resíduos sólidos	2 – Baixo

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A seguir, é feito o detalhamento de cada componente e variável, acrescentando-se as análises relacionadas aos dados e informações obtidas nas atividades de campo da pesquisa.

2 RESULTADOS

Os resultados e análises serão apresentados em cada componente da Dimensão Natural, com suas respectivas variáveis.

2.1 COMPONENTE: (BIO)GEODIVERSIDADE

2.1.1 VARIÁVEL: ATRIBUTOS GEOLÓGICOS – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A caracterização geológica do município de Santo Cristo revela predominância de litologias basálticas e areníticas, típicas da Bacia do Paraná, com presença de afloramentos, ravinas, nascentes e relevo suave. Apesar de sua ampla ocorrência na região noroeste do estado, algumas formações naturais locais apresentam valores interpretativo e simbólico que extrapolam a dimensão estritamente científica.

Em termos geológicos e paisagísticos, foram identificados pontos importantes, como a Cascata do Rio Santo Cristo, o Poço Assombrado, a Gruta Indígena, a Trilha da Pedra Furada, entre outros, que têm potencial geoturístico e cultural, embora sem reconhecimento formal como geossítios. A ausência de inventário técnico e de estudos sistematizados limita a atribuição de relevância geocientífica mais ampla, mas não impede que sejam reconhecidos como elementos do patrimônio territorial local. Há ainda formações sem expressão geológica significativa, como o Lago Azul, balneários e parques urbanos, cuja importância reside mais no lazer ou no uso recreativo do que no valor científico.

Os riscos de degradação são variados: desde o uso intensivo do solo para agricultura mecanizada, desmatamento em áreas de nascentes e acesso desordenado e informal, até a falta de proteção legal e desconhecimento do valor patrimonial desses locais. Muitos pontos são invisíveis para a maior parte da população local, sem qualquer processo de valorização educativa, cultural ou simbólica organizada.

O valor atribuído foi 2 (baixo), considerando: (i) baixa diversidade geológica reconhecida formalmente; (ii) potencial interpretativo e simbólico local subutilizado; (iii) risco crescente de descaracterização ambiental e paisagística; (iv) ausência de proteção e invisibilidade institucional.

2.1.2 VARIÁVEL: INFRAESTRUTURA E ENTORNO - ACESSIBILIDADE E ARTICULAÇÃO ECOCULTURAL

A seguir, apresenta-se a avaliação individualizada dos principais pontos com potencial geológico e paisagístico, com base nas visitas de campo e documentos municipais, organizada a partir de quatro critérios: (i) acesso; (ii) equipamentos; (iii) pressões; e (iv) articulação.

- a. Cascata do Rio Santo Cristo: acesso por trilha informal, sem sinalização ou estrutura de apoio, dificultado em dias de chuva; equipamentos inexistentes, caracterizando-se pela ausência de mirantes, placas ou qualquer forma de orientação ao visitante; pressões decorrentes do risco de degradação por pisoteio e erosão de trilhas, agravado pela ausência de controle sobre a visitação; quanto à articulação, não há ação educativa ou cultural associada – local pouco conhecido pela população urbana, apesar de sua relevância paisagística.
- b. Lago Azul e Marco Zero: acesso direto para veículos por estrada de chão em boas condições; equipamentos referentes a estrutura de lazer desenvolvida, com restaurante, mirantes, trilhas e espaços de convivência; pressões associadas ao uso recreativo intenso e à falta de gestão interpretativa, limitando a valorização do patrimônio natural; em relação à articulação, não está integrado a roteiros educativos ou ambientais – voltado apenas ao lazer.
- c. Poço Assombrado (Linha Saturno): acesso precário, feito por trilha estreita, sem sinalização ou manutenção; não há equipamentos, como cercas, passarelas ou medidas de segurança (risco de acidentes leves); as pressões se referem ao potencial erosivo e fragilidade ecológica; apesar da forte presença na memória local, com lendas e simbolismos, não há articulação institucional e inserção em roteiros culturais.

- d. d) Gruta Indígena (Bom Princípio Baixo): acesso realizado por vias rurais e trilhas não oficiais, dependendo de conhecimento prévio da região; não há infraestrutura de visitação ou conservação; pressões relacionadas ao risco de depredação e entrada de animais, além da ausência de controle; quanto à articulação, tem potencial relevante como patrimônio cultural e arqueológico, mas ainda não valorizado por políticas públicas ou ações educativas.
- e. Trilha da Pedra Furada: acesso informal e não sinalizado, utilizado por praticantes de caminhada (*trekking*); não há equipamentos (ex.: placas), nem estrutura de apoio ou segurança; pressões causadas pela presença regular de visitantes sem orientação, que pode agravar a erosão e descaracterizar o local; em relação à articulação, a formação possui interesse geológico e visual, com potencial para roteiros interpretativos pouco explorado.
- f. Balneários Angst, Taipa e Sítio Belinha: acesso por estrada de chão; equipamentos consistem de banheiros simples, áreas de banho e churrasqueiras, mas não há sinalização ambiental; a principal pressão é o risco de poluição pontual por resíduos deixados por frequentadores; apesar de bastante utilizados em finais de semana, o uso é voltado exclusivamente ao lazer, sem articulação com valores da geodiversidade.
- g. Hotel-Fazenda Três Cascatas: acesso por estrada privada em boas condições, podendo ser regular; os equipamentos incluem hospedagem, restaurante e paisagismo básico, mas sem trilhas interpretativas; as pressões têm baixo potencial de impacto; ainda que esteja inserido no turismo rural, não apresenta articulação com ações voltadas à geoconservação – potencial educativo subutilizado.
- h. Parque e Memorial Descanso (Vila Salto): acesso excelente, situado em área urbana com calçadas e transporte fácil; equipamentos relacionados à infraestrutura urbana consolidada, com bancos, canteiros e arborização; pressões vinculadas ao uso urbano controlado, sem impactos visíveis relevantes; articulado ao espaço comunitário, com possibilidade de inclusão de trilhas educativas e ações de valorização ambiental.

O valor atribuído foi 2 (baixo), considerando: (i) a precariedade generalizada de acessos e ausência de sinalização interpretativa; (ii) falta de articulação com programas educativos, turísticos ou ambientais; (iii) subaproveitamento

de espaços com valor simbólico, paisagístico ou histórico; (iv) baixa densidade institucional no entorno dos locais analisados.

2.2 COMPONENTE: RECURSOS HÍDRICOS

Este componente contempla a caracterização dos cursos d'água, fontes, nascentes e formas de uso e gestão da água no município. A análise integra dados secundários e entrevistas.

2.2.1 VARIÁVEL: CARACTERIZAÇÃO QUALIQUANTITATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

O município de Santo Cristo está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, destacando-se as sub-bacias do Rio Buricá, Lajeado Jacarezinho e Rio Monjolo. A rede hídrica é relativamente densa, com boa distribuição de cursos d'água perenes, nascentes e vertentes, além de rede de açudes e poços artesianos utilizados para abastecimento humano e produção rural.

Há aproximadamente 55 poços artesianos em funcionamento e 45 fontes de abastecimento provenientes de vertentes, que abastecem a população, as criações animais e a irrigação agrícola. O município não tem estação de tratamento centralizada; a água distribuída é captada diretamente dessas fontes. Em áreas urbanas, como no caso do Rio Monjolo, há registro de contaminação por resíduos urbanos e esgoto doméstico, sobretudo por receber águas da rede pluvial. Embora esteja em processo de melhoria, esse rio representa um ponto de atenção, principalmente nos períodos de transbordamento, que causam danos recorrentes às famílias da área central.

Quanto à qualidade da água, não há sistema de monitoramento contínuo. Em zonas agrícolas, os riscos de contaminação por agrotóxicos, sedimentos e dejetos são relevantes, agravados pelo uso de áreas próximas a cursos d'água para abastecimento de pulverizadores ou como pontos de dessedentação animal. Apesar disso, a situação hídrica

geral é considerada estável, e os recursos disponíveis tendem a atender à demanda atual de consumo humano e produtivo.

O valor atribuído a esta variável é 4 (alto), com base em: (i) presença de rede hídrica diversificada e funcional; (ii) abastecimento garantido por fontes naturais e poços artesanais; (iii) riscos localizados de contaminação, mas sem colapso hídrico; (iv) ausência de tratamento centralizado e de monitoramento sistemático.

2.2.2 VARIÁVEL: DISPONIBILIDADE VERSUS DEMANDA DE USO

O uso da água no município é voltado principalmente para o abastecimento rural, dessedentação animal e usos pontuais na agricultura e agroindústria (especialmente suinocultura e bovinocultura leiteira). A irrigação tem impacto pouco significativo sobre os rios, sendo majoritariamente realizada com água de poços artesanais ou açudes. Em períodos de chuvas intensas, há risco de escoamento de dejetos aplicados nas lavouras, principalmente nas áreas com alta concentração de criações (suínos e bovinos), o que pode comprometer temporariamente a qualidade da água dos canais fluviais.

Em termos quantitativos, não há indícios de escassez hídrica generalizada. Os principais problemas residem no uso inadequado, na coleta de água com equipamentos de pulverização, na pressão localizada sobre nascentes e sangas – que, em muitos casos, são utilizadas para dessedentação animal sem isolamento ou proteção adequada – além da eutrofização dos rios em função do uso das áreas de produção ainda sem o manejo correto do solo (ex.: falta de terraceamento, plantio direto com palhada insuficiente para prevenir erosão, ausência de cordões vegetais de proteção) e da proteção incompleta das áreas de preservação permanente.

O sistema atual consegue atender às demandas existentes, mas há sinais de vulnerabilidade crescente, especialmente com a intensificação de sistemas produtivos convencionais (especialmente a concentração da produção animal) e os efeitos das mudanças climáticas. O uso intensivo de água pela suinocultura e bovinocultura leiteira – sobretudo em grandes propriedades – pressiona nascentes e sangas, sendo agravado pela dessedentação animal direta

em cursos d'água. Apesar da ausência de conflitos registrados, a falta de monitoramento do uso por tipo de propriedade (família X latifúndio) pode mascarar desigualdades na alocação do recurso.

O valor atribuído a esta variável é 3 (médio), considerando: (i) situação estável de oferta X demanda no presente; (ii) usos múltiplos, mas sem coordenação institucional entre os setores; (iii) riscos de contaminação e de sobrecarga localizada em períodos críticos; (iv) baixo índice de conflitos atuais, mas risco de aumento no futuro.

2.2.3 VARIÁVEL: PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Do ponto de vista da governança, Santo Cristo conta com algumas estruturas institucionais parciais, como a legislação ambiental municipal, o Plano de Resíduos Sólidos, a Secretaria do Meio Ambiente (vinculada à de Agricultura) e o CONDEMA (Conselho Municipal do Meio Ambiente), que atua na deliberação de projetos locais.

No entanto, a gestão da água carece de plano próprio. Não há sistema de monitoramento georreferenciado, nem protocolos de gestão integrada que articulem os usos rurais, urbanos, domésticos e produtivos. A fiscalização é esporádica e geralmente reativa, sem ações sistemáticas de monitoramento de cursos d'água, nascentes ou reservatórios. O município participa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo, mas sem protagonismo.

A articulação com outros setores, como saúde, educação e agricultura, ainda é limitada, o que enfraquece a capacidade de formular uma política pública integrada para a água.

O valor atribuído a esta variável é 3 (médio), fundamentado em: (i) existência de conselhos e legislação parcial; (ii) participação institucional em instâncias regionais sem autonomia plena; (iii) ausência de plano municipal de gestão hídrica e monitoramento contínuo; (iv) fragilidade na articulação intersetorial e na prevenção de riscos hídricos.

2.3 COMPONENTE: AGROECOSSISTEMAS

A análise dos agroecossistemas no município de Santo Cristo envolve a avaliação da diversidade produtiva, da produtividade com base em princípios agroecológicos, da sanidade dos sistemas e do estágio de transição em que se encontram as propriedades rurais. A estrutura fundiária do município apresenta desafios críticos, como a ausência de regularização em locais de interesse, geossítios em propriedades privada e conflitos de uso em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Há tendência de concentração de terras para produção de *commodities* (soja, milho), por compra ou arrendamento, limitando o acesso equitativo a recursos hídricos e infraestrutura, especialmente para agricultores familiares. As informações foram construídas com base em entrevistas com técnicos locais e relatórios municipais.

2.3.1 VARIÁVEL: DIVERSIDADE PRODUTIVA

A matriz produtiva de Santo Cristo é marcada por duas dinâmicas paralelas: de um lado, a forte presença de culturas voltadas ao mercado de *commodities*, como soja e milho, sendo o município reconhecido como destaque nacional na produção de suínos e leite; de outro, a manutenção significativa de culturas de subsistência e produção diversificada para o autoconsumo e renda familiar.

A produção de leite é uma das principais fontes de renda em várias propriedades, ao lado da criação de suínos e bovinos de corte. Há também famílias que trabalham com hortas e culturas em escala comercial, mantendo simultaneamente o cultivo de alimentos para autoconsumo — como abóbora, abobrinha, hortaliças, frutas e mandioca. A mandioca, em especial, é cultivada tanto para alimentação familiar e animal, quanto para comercialização, com registro de unidades comerciais estruturadas para a venda do produto. Ainda que a produção de grãos convencionais ocupe grande parte das áreas, observa-se presença importante de práticas que mantêm certa autonomia alimentar nas propriedades. Segundo relato, “não se conhece família que passe fome”, mesmo entre aquelas em situação de vulnerabilidade.

Outras formas de geração de renda envolvem a agroindustrialização familiar, como a produção de licores e conservas, que representam alternativas relevantes para agregar valor e diversificar as fontes de renda no meio rural – ainda que sejam realizadas por poucas famílias. Essas iniciativas têm potencial de expansão, especialmente quando associadas ao turismo rural e à venda direta.

A piscicultura também se destaca como atividade com potencial produtivo crescente. Estima-se que o município produza cerca de 80 toneladas de peixes por ano, concentradas em dois grandes produtores, que atuam de forma cooperativa com outras famílias, arrendando açudes e gerenciando o abate e comercialização. Essa atividade ocupou papel central na feira municipal, com forte atratividade de público, e é avaliada como eixo estratégico para a dinamização econômica e alimentar do território.

O valor atribuído a esta variável é 4 (alto), com base em: (i) manutenção de sistemas mistos (renda e subsistência); (ii) diversificação entre produção animal, hortaliças, frutíferas e grãos; (iii) integração de alimentos para autoconsumo em praticamente todas as propriedades.

2.3.2 VARIÁVEL: PRODUTIVIDADE AGROECOLÓGICA

Existe número considerável de agricultores que busca produzir parte de seus alimentos de forma ecológica, principalmente os voltados à subsistência, inclusive com experiências de produção de soja orgânica no município – no entanto, não se identifica transição em larga escala. As práticas incluem o uso de insumos naturais, como biofertilizantes, preparados caseiros e compostagem, especialmente em hortas e cultivos alimentares familiares. No cultivo comercial, nota-se a introdução de processos de multiplicação de bioinsumos *on farm* para uso em complemento à produção convencional.

Os produtos voltados à comercialização, em geral, ainda utilizam insumos convencionais, embora haja esforço crescente por parte de algumas famílias para incorporar bioinsumos também nessas áreas. Foram mencionadas iniciativas de multiplicação própria de bioinsumos nas propriedades. Essa distinção entre o manejo para autoconsumo

(mais ecológico) e o manejo comercial (mais convencional) indica movimento em direção à agroecologia e preocupação com a alimentação saudável – ainda que limitado. O incentivo ao uso de insumos alternativos, mesmo que parcial, demonstra abertura a mudanças progressivas.

O valor atribuído a esta variável é 3 (médio), considerando: (i) esforço real de manejo ecológico nos alimentos de subsistência; (ii) manutenção do modelo convencional e intensivo nos produtos de renda; (iii) adoção pontual de práticas sustentáveis, como compostagem e biofertilizantes.

2.3.3 VARIÁVEL: SANIDADE VEGETAL E ANIMAL

A sanidade dos sistemas produtivos é considerada satisfatória, especialmente em função da intensidade dos sistemas de produção de suínos e bovinos. Segundo relatos locais, não há registros de doenças endêmicas relevantes, tanto na pecuária, quanto nas lavouras. As criações de suínos e bovinos mantêm bons indicadores sanitários, principalmente nas pequenas propriedades.

A proximidade com a fronteira ainda se mostra como um fator de risco para entrada de zoonoses, em função da presença de contrabando e descaminho de animais. Todavia, a comunidade local não tem percepção da gravidade e das perdas econômicas que pode gerar para o setor.

A introdução do manejo com bioinsumos e homeopatia, tanto para hortaliças (controle de ácaros, doenças e insetos), quanto para animais (tratamento de mastite e outras enfermidades), está em fase inicial. Essas práticas vêm sendo difundidas com apoio técnico e ganham espaço como alternativas sustentáveis de controle. Assim, apesar da presença predominante de insumos convencionais, os exemplos de controle alternativo indicam iniciativas relevantes de sanidade ecológica – ainda que parciais.

O valor atribuído a esta variável é 4 (alto), com base em: (i) ausência de registros de doenças recorrentes ou perdas sanitárias significativas; (ii) adoção de homeopatia e bioinsumos tanto na produção vegetal quanto animal; (iii) boa resposta das criações aos manejos adotados.

2.3.4 VARIÁVEL: NÍVEL DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A transição agroecológica em Santo Cristo é incipiente, mas existe de forma concreta em diversos estabelecimentos. Muitas famílias estão em estágio intermediário, tentando produzir de forma mais ecológica aquilo que consomem e, gradualmente, aplicando esses princípios nas áreas comerciais. Não há experiências consolidadas de certificação orgânica ou comercialização baseada em selos agroecológicos. Ainda assim, o uso de práticas conservacionistas, a produção de bioinsumos caseiros e a compostagem estão presentes em número crescente de famílias.

A compostagem vem sendo adotada em diferentes contextos, especialmente no reaproveitamento de camas de aviários e dejetos da bovinocultura leiteira. Algumas propriedades iniciaram o manejo de segunda cama e compostagem como estratégia de melhoria sanitária e de fertilidade do solo, representando avanço relevante no processo de transição ecológica. Ainda em curso, o processo não é homogêneo, nem sistematizado, e carece de maior apoio técnico, políticas públicas específicas e articulação entre famílias.

O valor atribuído é 2 (baixo), com base em: (i) existência de práticas de transição em várias propriedades; (ii) ausência de sistemas orgânicos consolidados; (iii) forte presença de modelos híbridos com práticas ecológicas apenas parciais.

2.4 COMPONENTE: VULNERABILIDADE AMBIENTAL - URBANA E RURAL

2.4.1 VARIÁVEL: INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Embora o município disponha de políticas públicas que promovem o acesso à alimentação (compras públicas, merenda escolar com produção local, hortas), ainda se observa uma parcela da população rural em situação de vulnerabilidade alimentar leve. Ainda que diversificada, a produção agrícola local é fortemente concentrada em *commodities* (suínos, leite, milho para alimentação animal e soja para exportação), com baixa articulação entre produção

e consumo interno. A horticultura de autoconsumo existe, mas a diversificação alimentar é limitada em algumas áreas, e o acesso a alimentos orgânicos ou nutritivos pode ser considerado incipiente. A educação nutricional também não é sistemática.

O valor atribuído é 2 (baixo), considerando: (i) a vulnerabilidade concentrada em grupos específicos; (ii) dependência de modelos produtivos voltados ao mercado externo; (iii) falta de integração entre produção local e necessidades nutricionais da população¹.

2.4.2 VARIÁVEL: INFRAESTRUTURA HABITACIONAL E BÁSICA

O município de Santo Cristo apresenta boa cobertura de infraestrutura básica, especialmente em relação ao acesso à água potável, energia elétrica e transporte escolar rural. A maioria das comunidades do interior dispõe de redes de abastecimento de água, ainda que, em alguns períodos de estiagem, ocorram intermitências no fornecimento. A infraestrutura de saúde e educação também está presente em diferentes partes do território, com atendimento básico garantido.

A atuação de políticas sociais tem papel relevante nesse contexto. Segundo dados atualizados pela Secretaria de Assistência Social, 317 famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família, beneficiando diretamente 953 pessoas. A média de repasse mensal é de R\$ 631,38 por família, somando investimento mensal de R\$ 200.147,00 no município. Esses dados evidenciam a importância das transferências de renda na sustentação das famílias em situação de vulnerabilidade e no acesso a bens e serviços básicos.

Todavia, existem situações críticas de infraestrutura em determinados pontos do território. Na zona urbana, especialmente na Vila Glêmia, há registros frequentes de alagamentos provocados pelo transbordamento de rios e

1 As análises em relação às variáveis *Pressão sobre o Ambiente Natural e Equidade no Acesso aos Benefícios Ambientais* estão diluídas nas demais variáveis do componente *Vulnerabilidade Ambiental - Urbana e Rural* e, em parte, também no componente *Política de Estado para a Sustentabilidade* e sua variáveis. O resultado, em termos de valoração, consta no Quadro 2.

sangas durante períodos de chuvas intensas. Nessas ocasiões, residências são invadidas pela água e há perda de bens materiais, como móveis e eletrodomésticos. No interior, esse tipo de ocorrência é menos frequente, mas também registrado em áreas mais baixas e próximas a cursos d'água. Como resposta, o poder público tem desenvolvido políticas de realocação habitacional, com a criação de novos loteamentos destinados às famílias atingidas pelas inundações. Essas ações visam reduzir a exposição a riscos socioambientais e ampliar a segurança habitacional.

De forma geral, o acesso aos serviços essenciais é amplo e estruturado, mas persistem desigualdades territoriais que afetam mais intensamente as populações de baixa renda e as áreas sujeitas a eventos extremos.

O valor atribuído a esta variável é 4 (Alto), com base em: (i) alta cobertura de água, energia, transporte e serviços sociais; (ii) existência de programas de transferência de renda e políticas públicas ativas; (iii) vulnerabilidades pontuais, especialmente em áreas urbanas sujeitas a alagamentos; (iv) ações em curso para mitigação de riscos habitacionais.

2.5 COMPONENTE: POLÍTICA DE ESTADO PARA A SUSTENTABILIDADE

2.5.1 VARIÁVEL: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL LOCAL

Santo Cristo tem legislação ambiental própria e um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA) atuante. A Secretaria de Meio Ambiente está vinculada à de Agricultura, embora funcione com gestão separada – destacando a fragilidade institucional. O município também conta com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovado. Essa base normativa define diretrizes sobre licenciamento ambiental, proteção de APPs, educação ambiental e uso do solo.

Apesar da existência dessas estruturas, a limitação técnica e orçamentária da secretaria, além da vinculação institucional com outra pasta, compromete a autonomia da política ambiental. Ainda assim, há regulamentações em vigor e iniciativas pontuais sendo implementadas com apoio técnico e político parcial.

O valor atribuído equivale a 3 (médio), considerando: (i) a existência de legislação e conselhos ambientais operantes; (ii) a autonomia técnica comprometida por vinculação administrativa; (ii) a capacidade institucional restrita à implementação total das normativas; (iv) a contaminação de mananciais, necessidade de recuperação de APPs e terraceamento.

2.5.2 VARIÁVEL: MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

O município conta com equipe de fiscalização ambiental, que atua por demanda, com autuações e vistorias pontuais. No entanto, não existe sistema estruturado de monitoramento contínuo da qualidade da água, do ar, da cobertura do solo ou dos impactos ambientais de maior escala. As licenças ambientais de menor impacto são emitidas localmente, com apoio da FEPAM para casos mais complexos. Também não há base de dados georreferenciados consolidados, nem indicadores regulares de avaliação ambiental. A integração entre secretarias, como saúde, educação e agricultura, é limitada, o que dificulta uma abordagem transversal e preventiva.

O valor atribuído a esta variável é 3 (médio), com base em: (i) existência de fiscalização técnica reativa, mas sem monitoramento sistemático; (ii) ausência de indicadores públicos e banco de dados ambientais estruturados; (iii) atuação institucional pontual e não articulada intersetorialmente.

2.5.3 VARIÁVEL: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A coleta de resíduos sólidos ocorre regularmente: três vezes por semana na cidade e uma vez por mês na zona rural. Não há sistema municipal de tratamento ou triagem dos resíduos e o lixo coletado é tratado fora do município. A coleta seletiva não é sistemática e não há estrutura de compostagem ou de aterro controlado local. A zona rural não conta com coleta regular, resultando em descarte inadequado na natureza.

A educação ambiental nas escolas ocorre de maneira pontual e não está articulada com o plano de resíduos. O município conta com plano estruturado, mas a capacidade operacional e de articulação entre setores é limitada.

O valor atribuído a esta variável é 2 (baixo), fundamentado em: (i) existência de plano formal de gerenciamento, mas com execução parcial; (ii) coleta rural esporádica e falta de estrutura de triagem e compostagem; (iii) baixa frequência de coleta de resíduos e separação (meio rural), com desigualdade urbano-rural (iv) ações educativas não sistemáticas e ausência de autossuficiência na gestão de resíduos. Esses foram os resultados auferidos quando da aplicação piloto da metodologia na dimensão Natural.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é o resultado da aplicação piloto do referencial metodológico do IMAP, na Dimensão Natural. Espera-se possa servir de referência para novas aplicações. No entanto, recomenda-se que sejam feitos ajustes em alguns aspectos apontados neste relatório.

Equipe de elaboração do referencial epistêmico-teórico-metodológico:

Ademir Antônio Cazella
Christiane Luci Bezerra Alves
Ney Fett Junior
Paulo Rogério Lopes
Valdir Frigo Denardin

Capítulo 5

DIMENSÃO PRODUTIVA: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

Pedro Luís Büttенbender
Marjana Eloiza Henzel
(Equipe envolvida na aplicação)

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2.107-134

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Avanços na pesquisa sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, referenciado nos conceitos e fundamentos do patrimônio territorial e que resultam na validação metodológica do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio (IMAP), estão em desenvolvimento para cada uma das seis dimensões do patrimônio territorial: produtiva, natural, cultural, institucional, humano-intelectual e social.

Os processos de pesquisa e de validação metodológica na dimensão produtiva abrangem sucessivas iniciativas, concomitantes e após a elaboração dos referenciais epistêmico, teórico-metodológicos do constructo do patrimônio territorial referenciado nas seis dimensões (Dallabrida, Büttенbender e Rotta, 2021; Büttенbender et al., 2023; Dallabrida et al., 2023a).

No que se refere a Dimensão Produtiva do Patrimônio Territorial, considerando aportes teóricos e empíricos, destaca-se a pesquisa doutoral (Henzel, 2024), com a realização de ampla pesquisa de campo, com abordagem

descritivo-exploratório, produziu referência substancial para a validação metodológica do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio (IMAP) no que se refere a dimensão produtiva.

São considerados contribuições sobre o enfoque territorial do desenvolvimento, com abordagens e referências adicionais sobre patrimônio territorial, cooperativismo e inovação territorial, publicados em Büttgenbender, Henzel e Anes (2025), ao explorar temas como estratégias para o desenvolvimento de territórios, a transversalidade e a multidimensionalidade do enfoque territorial, entre outros aspectos.

Complementar aos fundamentos constantes na Tese Doutoral, em concomitância ao movimento das seis dimensões para a validação metodológica do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio (IMAP) no município de Santo Cristo/RS, foram tomadas as referências geradas pela pesquisa de Tese Doutoral, complementadas com algumas inferências de campo, necessárias e que careciam de validação específica. Diferente dos processos de validação empreendidos nas demais dimensões. A dimensão social agregou importantes acúmulos gerados por pesquisa de campo realizados no período de 2023 e 2024, orientados por projeto de pesquisa específico. As demais dimensões realizaram seus processos germinais de pesquisa e verificação de campo, com vistas a validação metodológica.

Este processo de validação considera os resultados da Pesquisa da tese Doutoral (Henzel, 2024), complementado pelas verificações de campo realizadas no período de abril a junho de 2025 com vista a complementação e validação de alguns complementos específicos da metodologia, relacionados a dimensão produtiva. Os resultados obtidos para fins de apoio e referência à validação metodológica, os componentes, a matriz de variáveis, os instrumentos de coleta de dados e recomendações para a sistematização e análise de dados e informações, junto com a avaliação dos resultados, demonstram a sua efetividade e representação adequada e suficiente para a mensuração e delimitação da escala de avaliação do o Índice da Dimensão Produtiva (IDP), como parte integrante do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio (IMAP).

2 A DIMENSÃO PRODUTIVA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

A seguir apresenta-se a matriz metodológica utilizada para aferir o Índice da Dimensão Produtiva (IDP), conforme consta da proposta de Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), revisada a partir de Henzel (2024), conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Matriz Metodológica da Dimensão Produtiva

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise	Escala
Sistemas Produtivos Territoriais	Estrutura produtiva	-Dados RAIS e CAGED e Índice de concentração setorial/ industrial Entrevistas, visitas em lócus e questionários Levantamento bibliográfico e dados secundários <u>-Refer. p/ a análise:</u> estrutura e coordenação produtiva	5. Sistemas produtivos locais (concentração em PMEs), instituições de apoio e P&D, inovação tecnológica e organizacional, existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações 4. Ambiente inovador com alta interação entre organizações 3. Existência de Clusters – concentração de MPEs em torno de uma grande empresa 2. Existência de concentração produtiva (Gini) 1. Existência de empresas esparsas;

Sistemas Produtivos Territoriais	Mudança técnica e processo de aprendizado	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários - <u>Refer. p/ a análise</u> : nível de empreendedorismo (IEM), crédito disponível (DC) e P&D	5. Muito alto nível de IEM, DC e P&D 4. Alto nível de IEM, DC e P&D 3. Médio nível de IEM, DC e P&D 2. Baixo nível de IEM, DC e P&D 1. Inexistência de IEM, DC e P&D
	Governança e organização interinstitucional	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários - <u>Refer. p/ a análise</u> : nível de existência de integração empresarial (IE), instituições de apoio (IA), redes e parcerias (RP)	5. Muito alto nível de IE, IA e RP 4. Alto nível de IE, IA e RP 3. Médio nível de IE, IA e RP 2. Baixo nível de IE, IA e RP 1. Inexistência de IE, IA e RP
Sistemas Agroalimentares Localizados e/ou agrossilvipastoris	Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários Registros documentais e bibliográficos - <u>Refer. p/ a análise</u> : estrutura das propriedades e produtores	5. Existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.) 4. Existência de pequenos produtores e certo grau de inovação 3. Existência de produtores menores em torno de um grande produtor 2. Existência de concentração de produtores do mesmo segmento 1. Existência de produtores sem qualquer tipo de articulação

Sistemas Agroalimentares Localizados e/ou agrossilvipastoris	Mudança técnica e processo de aprendizado	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: nível de empreendedorismo (IEM), crédito disponível (DC) e P&D	5. Muito alto nível de IEM, DC e P&D 4. Alto nível de IEM, DC e P&D 3. Médio nível de IEM, DC e P&D 2. Baixo nível de IEM, DC e P&D 1. Inexistência de IEM, DC e P&D
	Governança e organização interinstitucional	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: nível de existência de integração empresarial (IE), instituições de apoio (IA), redes e parcerias (RP)	5. Muito alto nível de IE, IA e RP 4. Alto nível de IE, IA e RP 3. Médio nível de IE, IA e RP 2. Baixo nível de IE, IA e RP 1. Inexistência de IE, IA e RP
Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas	Multifuncionali-dade, recursos e ativos com especificidade territoriais	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: nível de multifuncionalidade agrícola (MA) e recursos e ativos com especificidade territorial (RAET)	5. Muito alto nível de MA, RAET 4. Alto nível de MA, RAET 3. Médio nível de MA, RAET 2. Baixo nível de MA, RAET 1. Inexistência de multifuncionalidade agrícola e de recursos e ativos com especificidade territorial

Empreendimentos sociais e cooperativos	Autonomia e autogestão	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: diversidade de organizações de economia popular e solidária (EPS) e iniciativas de tomada de decisão descentralizada e autônoma (DDA)	5. Muito alta EPS e DDA 4. Alta EPS e DDA 3. Média EPS e DDA 2. Baixa EPS e DDA 1. Inexpressiva presença de organizações que possuem caráter de economia social e solidária
	Solidariedade e Cooperação	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: padrão de solidariedade e articulação entre as organizações (AEPS) e cooperação intra e interinstitucional (CII)	5. Muito alta AEPS e CII 4. Alta AEPS e CII 3. Média AEPS e CII 2. Baixa AEPS e CII 1. Inexistência de solidariedade e articulação entre as organizações de EPS e de cooperação intra e interinstitucional
	Inserção no mercado	-Entrevistas, visitas em lócus e questionários, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: padrão de articulação das organizações de economia popular e solidária (AEPSM) às estruturas do mercado formal e informal	5. Muito alta AEPSM forma e informal 4. Alta AEPSM forma e informal 3. Média AEPSM forma e informal 2. Baixa AEPSM forma e informal 1. Inexistência de articulação das organizações de EPS às estruturas do mercado formal e informal.

Trajetória socioeconômica do território	Processo de colonização, formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos	-Entrevistas, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: articulação local na formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos	5. Muito alta 4. Alta 3. Média 2. Baixa 1. Inexpressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos
	Geração de trabalho e renda	-Dados RAIS e CAGED, documentos e bibliografias -Refer. p/ a análise: padrão quanto à iniciativas empreendedoras (IE) e de geração de trabalho e renda (GTR)	5. Muito alta IE e GTR 4. Alta IE e GTR 3. Média IE e GTR 2. Baixa IE e GTR 1. Inexistência de iniciativas de geração de trabalho e renda
	Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunístico)	-Entrevistas, levantamento bibliográfico e dados secundários -Refer. p/ a análise: análise da relação dos empreendimentos produtivos com aspectos socioecológicos	5. Integração entre empreendimentos, projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos 4. Alto nível de integração 3. Médio nível de integração 2. Baixo nível de integração 1. Inexistência de atenção em relação ao uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Henzel (2024)

A aplicação do Índice IDP no município foi realizada com base na matriz metodológica aqui explicitada, a partir da análise interpretativa dos mapas temáticos e da observação participante, buscando por significados que pudessem representar o conjunto de variáveis para a mensuração do índice. Cada um dos componentes e suas respectivas variáveis

foram identificadas pelo mapeamento qualitativo das ações coletivas realizadas no município, referenciadas em Henzel (2024) e confirmadas pelas verificações de campo realizadas em 2025, em interlocuções com atores sociais.

2.1 O COMPONENTE SISTEMAS PRODUTIVOS TERRITORIAIS (C1)

A descrição do primeiro componente “Sistemas Produtivos Territoriais” representa as potencialidades do município, os elementos produtivos e as entidades públicas, privadas e associativas do município, que concernem com a análise qualitativa das três variáveis do componente: estrutura produtiva; mudança técnica e processo de aprendizagem; governança e organização interinstitucional.

No que se refere à variável “estrutura produtiva”, o município apresenta sistemas produtivos locais fortalecidos pela pecuária de leite e a suinocultura, os quais são destaque em nível estadual. Nessa atividade as entidades públicas, as associações de produtores e as cooperativas desempenham papel de apoio em pesquisa e desenvolvimento, fortalecendo os elos de relacionamento entre os agentes das cadeias produtivas e da estrutura produtiva. Para tanto, estas ações são ativadas por um conjunto de entidades onde se destacam a Emater, as Cooperativas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) que juntos promovem atividades para o fortalecimento e o engajamento das mulheres nas atividades rurais (Ex: Clubes de Mães, palestras para mulheres, dentre outros), estímulos à formação de jovens no campo e a renovação de atividades produtivas no meio rural, como, por exemplo, o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo (Henzel, 2024).

Na interação com os atores sociais tem-se presente que o desenvolvimento do município foi impulsionado por diversos fatores, como agricultura, comércio, indústria e empresas, sendo que a agricultura familiar é vista como um sistema de vida que preserva o meio ambiente e promove o convívio social, com destaque para a participação das mulheres em atividades sociais. A Emater é vista como uma entidade significativa para o fortalecimento e apoio às práticas de produtividade das atividades rurais do município. O sistema cooperativo promove o desenvolvimento

do município, com destaque para as cooperativas de crédito, que através dos recursos permitem que os agricultores adquiram bens para a melhoria das atividades produtivas e de suas propriedades.

Destaca-se que a pecuária de leite é representativa no município, com a participação de cooperativas e empresas de laticínios, assim como a cadeia da suinocultura, que é fortalecida pela presença de empresas como a Alibem, em prol de parcerias produtivas rurais. Marcantes também são as Unidades Produtoras de Leite (UPLs) do município, nas quais os leiteiros são produtos de comercialização na região e também para fora do Estado (RS).

No município de Santo Cristo há estabelecimentos comerciais, pequenas indústrias e frigoríficos de nível municipal (suíno, bovino e avícola) e estadual (bovino), agroindústrias que possuem sua própria rede de abastecimento de leite, agroindústrias familiares (bolachas, melado, pães), redes de lojas de varejo, fábricas de móveis e aberturas e empresas do ramo financeiro. Desta forma, o comércio local se beneficia das atividades produtivas do agronegócio e também da atuação das agroindústrias.

Nesse sentido, conforme Henzel (2024) e verificações de campo em 2025, é possível considerar que a escala de avaliação do IDP para a variável “estrutura produtiva”, é reconhecida no nível 5 (conceito ótimo). Nessa classificação, a estrutura produtiva é considerada como um sistema produtivo local, caracterizado por: concentração em PMEs, instituições de apoio e P&D; inovação tecnológica e organizacional; existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações.

Dando sequência à análise, em relação à variável “mudança técnica e processo de aprendizado”, as cooperativas de crédito do município representam uma parcela significativa e fomentadora para as atividades rurais, promovendo melhoria habitacional para as famílias rurais. As associações comercial, industrial e serviços (ACISA), dos criadores de suínos (ACSSC) e dos produtores de leite (SC Leite) promovem eventos em prol da aprendizagem e de melhorias das iniciativas locais, demonstrando a importância da integração entre as iniciativas público e privada. Nesse sentido, as ações são ativadas através dos eventos, tais como: Expoagro, que é uma iniciativa de exposição voltada à divulgação das atividades produtivas rurais e urbanas do município; “*Milch Fest*” e “Porco no Rolete”, que são festas realizadas anualmente com o objetivo de integrar os produtores da pecuária de leite e da suinocultura, respectivamente.

Nas falas dos atores sociais observa-se a importância das entidades para o desenvolvimento produtivo municipal, com destaque para a atuação da prefeitura nas questões de infraestrutura, como estradas e transporte escolar, apoio aos agricultores com programas de melhorias à logística dos produtos comercializados e também de inseminação artificial. As cooperativas e as entidades associativas são importantes para o desenvolvimento produtivo do município, promovendo a confiança de investidores externos e incentivando os jovens a se envolverem no cooperativismo.

A Feira Expoagro é importante feira de divulgação das atividades produtivas do município, gerando oportunidades de negócios, apresentando criativas soluções tecnológicas e integrando entidades representativas em diversos segmentos públicos e privados. Já a associação comercial ACISA atua em prol do desenvolvimento com ações voltadas ao fortalecimento dos empreendimentos comerciais, industriais e de serviços do município.

Considerando os aspectos ressaltados, é possível atribuir o nível 5 (conceito ótimo) para a escala de avaliação na variável “mudança técnica e processo de aprendizado”, estando presente a positiva integração entre as iniciativas empreendedoras, empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D.

Por fim, tem-se a variável “governança e organização interinstitucional”, na qual se destaca que em Santo Cristo, diferentes estruturas de governança apresentam-se pela integração dos gestores de instituições públicas e privadas que participam ativamente das atividades que ocorrem no município. A integração com as lideranças locais fortalece os laços de parceria e de confiança em prol de um objetivo comum, beneficiando toda a comunidade.

Observou-se que gestores de empresas do município são atuais influentes representantes em associações comerciais, como a Acisa, e em nível estadual, como a Federasul, por exemplos. Há presença ativa também dos representantes sindicais nas atividades do município. Os conselhos municipais estão ativos na sociedade santocristense e muitos gestores de entidades públicas e organizações privadas envolvem-se em atividades de coordenação para fortalecer a integração e as parcerias interinstitucionais. Os atores sociais apontaram questões importantes a respeito do papel das lideranças. Assim, tem-se presente que as lideranças são vistas como motivadoras de ações e são inspiradoras para as pessoas. Destaca-se a presença de mulheres liderando as atividades rurais e empreendimentos no município.

Elas também são as responsáveis pela organização e implantação do núcleo de mulheres empreendedoras, iniciativa realizada através da ACISA.

É oportuno mencionar, como destaca Henzel (2024), que as lideranças também são essenciais para fortalecer as iniciativas comunitárias, promovendo ações de melhorias na infraestrutura dos espaços sociais e coletivos das comunidades. Dessa forma, a escala de avaliação do Índice IDP para esta variável, “governança e organização interinstitucional”, é reconhecida pelo nível 5 (conceito ótimo), existindo a positiva integração da coordenação entre empresas, instituições de apoio e redes e parcerias.

A análise realizada no município, através do primeiro componente, apresenta indicativos de destaque, considerando o fortalecimento de suas estruturas produtivas, com a integração das iniciativas produtivas existentes e com a governança e organização interinstitucional.

2.2 O COMPONENTE SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS E/OU AGROSSILVOPASTORIL (C2)

O segundo componente “Sistemas Agroalimentares Locais e/ou Agrossilvopastoril” representa os elementos que possuem também interfaces com a avaliação de outras dimensões do Patrimônio territorial, pois apresentam aspectos histórico-culturais do município, que convergem com as variáveis presentes no componente que são: (i) existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris; (ii) mudança técnica e aprendizado, e (iii) governança e organização interinstitucional.

Considerando a variável “existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris”, a história do município evidencia a existência de um povo com características religiosas enraizadas pela cultura missioneira. A colonização é marcada pela aquisição de terras, abertura de mato para lavouras e pela construção de abrigos, casas, galpões, igrejas, escolas e comunidades, apresentando características de um povo unido pelo trabalho e pelo esforço coletivo. Observa-se um movimento de pessoas em diferentes agrupamentos sociais, com forte presença de valores de seus antepassados e propriedades rurais que se constituíram principalmente em torno das famílias (Henzel, 2024).

Estas ações são ativadas nas comunidades rurais por meio dos produtores, que articulam as iniciativas em prol da contínua manutenção de atividades sociais, religiosas e recreativas, as quais recebem apoio das Cooperativas existentes no município, tanto das financeiras quanto das comerciais e de agronegócios. Pôde-se evidenciar através da fala dos atores sociais que a identidade do município apresenta aspectos histórico-culturais relevantes para o desenvolvimento territorial, com a valorização do trabalho caprichado, influenciado pela cultura germânica. A presença marcante da fé e da religião na organização das comunidades desde o início da colonização, foi determinante para o fortalecimento da vida familiar e do trabalho rural.

Diante do exposto, valida-se a Atribuição de Henzel (2024), que culmina no nível 5 (conceito ótimo) no IDP em relação à variável “existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris”. Presença positiva da existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.).

No que se refere à variável “mudança técnica e aprendizado”, destaca-se que as cooperativas de crédito atuantes no município têm um papel de destaque no crescimento econômico no meio rural, fomentando as atividades produtivas locais e melhorando a qualidade de vida das famílias que vivem neste meio. Os eventos locais realizados em cada comunidade e a Feira do Produtor Rural (espaço para que os produtores rurais promovam a venda de seus produtos) demonstram a importância da integração entre as iniciativas públicas e privadas.

Os atores sociais entrevistados mencionaram diferentes iniciativas integradoras, a exemplo da atuação das cooperativas do agronegócio, que são voltadas à compra e comercialização, das cooperativas financeiras, fundamentais para o acesso ao crédito pelos produtores rurais e da importância de políticas públicas, como o PRONAF e o PNHR, que também contribuem no apoio socioeconômico das famílias, sendo que a diversificação da produção no meio rural é incentivada pelas entidades associativas.

A escala de avaliação do Índice IDP para esta variável, “mudança técnica e aprendizado”, portanto, foi reconhecida pelo nível 5 (conceito ótimo), pela positiva integração das iniciativas empreendedoras e dos empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e de Pesquisa e desenvolvimento (Henzel, 2024).

A última variável, “governança e organização interinstitucional”, tem sua importância voltada aos relacionamentos e articulações entre as comunidades, fomentando as atividades produtivas e fortalecendo as parcerias em prol do desenvolvimento. Na fala dos atores sociais tem-se presente a importância das entidades para o desenvolvimento produtivo municipal, com destaque para a atuação da prefeitura em programas de melhorias em infraestrutura, tanto urbanas quanto rurais e no apoio aos agricultores e empreendedores, incluindo programas para novos investimentos no município.

As cooperativas e as entidades associativas são importantes para o crescimento produtivo do território, assim como o sindicato dos trabalhadores rurais. As associações dos suinocultores (ACSSC) e da pecuária de leite (SC Leite) são presença ativa no município e, nesse sentido, a escala de avaliação do Índice IDP para esta variável confirma Henzel (2024) que é reconhecida pelo nível 5 (conceito ótimo), apresentando positiva integração da coordenação entre produtores e instituições de apoio, redes e parcerias. Nesse sentido, o município apresenta um nível de desenvolvimento qualificável, confirmado através do perfil de seus produtores e da sinergia refletida nas ações que contribuem para integração das iniciativas produtivas, da governança e da organização interinstitucional.

2.3 O COMPONENTE CESTA DE BENS OU SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST) E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (C3)

O terceiro componente do IDP, referente a “Cesta de Bens ou Serviços Territoriais (CBST) e Indicações Geográficas”, apresenta-se uma única variável: “multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais com especificidade territorial”.

De acordo com os dados da pesquisa, o município de Santo Cristo apresenta alta multifuncionalidade agrícola, quando consideradas as propriedades rurais com produção de grãos, suinocultura, pecuária de leite, pecuária bovina e agroindústrias fortalecidas pela produção leiteira com logística e industrialização próprias. As especificidades paisagísticas e a multifuncionalidade nas atividades rurais, são representadas por empreendimentos turísticos, como por exemplo Hotel Fazenda Três Cascatas e Parque Aquático Lago Azul. Também se destacam as paisagens rurais com a presença de

pequenos sítios e balneários. A escala de avaliação do Índice IDP para esta variável, “multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais com especificidade territorial”, foi reconhecida como de nível 4 (conceito Bom), por apresentar alta multifuncionalidade agrícola e presença de recursos e ativos com especificidade territorial (Henzel, 2024).

Em Cazella et al. (2020) tem-se presente que a CBST vem ocupando espaço nas discussões em torno da abordagem do desenvolvimento territorial. A mobilização deste enfoque em realidades sociais brasileiras aponta a necessidade de uma maior reflexão sobre os temas da inclusão social, geração de renda de qualidade territorial, sustentabilidade e sistemas de governança em prol do desenvolvimento territorial. Para Milano e Cazella (2021) as indicações geográficas vêm sendo reconhecidas por favorecer sistemas de produção mais sustentáveis e promover o desenvolvimento territorial. No caso de Santo Cristo, existem potencialidades de produtos com especificidade territorial, a exemplo do melado de cana, que possam vir buscar o reconhecimento futuro como Indicação Geográfica. No entanto, ainda não há iniciativas neste sentido, apenas se manifestando como potencialidade.

Estas constatações convergem na análise futurista sobre “Cesta de Bens ou Serviços Territoriais (CBST)”, não sendo ainda uma realidade concreta, confirmam a pontuação atribuída para a variável do componente. Resumindo, em geral, Santo Cristo apresenta potenciais de recursos e ativos territoriais com especificidade territorial, podendo no futuro se constituir em novas iniciativas socioprodutivas do município.

2.4 O COMPONENTE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS E COOPERATIVOS (C4)

Para a descrição do quarto componente, referente aos “Empreendimentos Sociais e Cooperativos”, tem relação com as potencialidades do município, sendo que a análise se sustenta em três variáveis: (i) autonomia e autogestão; (ii) solidariedade e cooperação, e (iii) inserção no mercado.

Na variável “autonomia e autogestão”, destaca-se que, apesar das ações e atividades do município estarem voltadas às organizações locais e ao seu fomento, existe uma pequena parcela de cidadãos que se envolvem com as organizações de economia social e solidária. Nesse sentido, as ações ativadas ficam em torno da Feira do Produtor

Rural (espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar) e do Brique da Praça (iniciativa voltada para a promoção e divulgação do trabalho dos artesãos), existindo poucas iniciativas voltadas à economia social.

Na fala dos atores sociais não foram evidenciadas ações ou iniciativas em prol da economia social e solidária. Um dos entrevistados, que atuou como professor de história, apresentou inúmeros elementos relacionados à constituição das primeiras comunidades e à atuação dos grupos religiosos em atividades e iniciativas solidárias, considerando o acolhimento dos primeiros moradores, a formação de comunidades rurais e o combate à vulnerabilidade social. Dessa forma, a escala de avaliação do Índice IDP nessa variável “autonomia e autogestão” foi reconhecida pelo nível 3 (conceito regular), justificada pela média existência de organizações de economia social e solidária, com limitada autonomia e processos centralizados.

Considerando a variável “solidariedade e cooperação”, no município destaca-se a atuação de cooperativas em ações e atividades locais, assim como a cooperação nas comunidades, que se organizam em torno de iniciativas para a melhoria dos espaços sociais de recreação, lazer e religiosidade. Destaca-se, também, a existência da cooperação em diversas iniciativas voluntárias do município. Tais ações são evidenciadas através das seguintes iniciativas: Programa Cooperativo “A União Faz a Vida”, Grupo de Bombeiros Voluntários, Grupo Mobiliza e grupo das pessoas com deficiência. Contudo, são poucas as iniciativas voltadas para empreendimentos sociais.

Um dos atores sociais, ressalta a atuação do Grupo Mobiliza, que é um movimento de mulheres que visa o embelezamento dos espaços públicos do município, em prol do “bem estar e bem viver dos cidadãos do município”. Também fica evidente a atuação das cooperativas, como afirmado por outro entrevistado: “considero relevante a atuação das cooperativas de produção e de crédito no município, as quais contribuem na liberação de recursos e na comercialização dos produtos agrícolas que são cultivados nas propriedades”. Assim, a escala de avaliação do Índice IDP nessa variável, “solidariedade e cooperação”, foi reconhecida como de nível 3 (conceito regular), por ter sido considerada média a existência de iniciativas solidárias e de cooperação.

No que tange a variável, “inserção no mercado”, o município tem seus empreendimentos fortalecidos através de parcerias institucionais e de cadeias produtivas, que ocupam espaço no mercado local, regional e estadual. Dessa

forma, existem iniciativas voltadas aos empreendimentos sociais e cooperativos no mercado local, porém são poucos os empreendimentos sociais direcionados à economia solidária.

Evidencia-se nas falas dos atores sociais que as empresas privadas são fundamentais para o desenvolvimento do município, com destaque para aquelas relacionadas ao agronegócio. O cenário de agregação de valor foi sinalizado como importante, pois muitas empresas iniciaram suas atividades na agricultura e, aos poucos, foram migrando para outros setores, como, por exemplo, as pequenas agroindústrias, que se transformaram em empresas de laticínios, e os pequenos açougues, que se transformaram em empreendimentos frigoríficos.

Assim, justifica-se a avaliação do Índice IDP para essa variável, “inserção no mercado”, como de nível 3 (conceito regular) pela média existência de articulação das organizações da economia social e solidária e média integração às estruturas do mercado (Henzel, 2024).

A partir da análise e ponderações de potencialidades, detalhadas em Henzel (2024), acrescidas da observação das potencialidades de ativação local do patrimônio territorial nestas variáveis, justifica-se que na variável “Empreendimentos Sociais e Cooperativos” a atribuição da pontuação atribuída nas três variáveis. Consideram-se positivas as iniciativas de cooperação existentes no município, todavia com possibilidade de importantes avanços nos níveis de ativação. Reforça-se que, quanto maior a representatividade plural de organizações, melhores são os aspectos de cooperação intra e interinstitucional, as quais possibilitam que novas estruturas e iniciativas produtivas sejam empreendidas.

2.5 O COMPONENTE TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO (C5)

O último componente “Trajetória Socioeconômica do Território” tem relação com os elementos históricos na variável sobre o processo de colonização, formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos. Também contribuiu na análise qualitativa das variáveis de geração de trabalho e renda e, dos aspectos socioecológicos do município (Henzel, 2024).

Na variável “processo de colonização, processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos”, tem-se que a colonização do município apresenta características jesuíticas e europeias, a qual se deu pelo surgimento de pequenos movimentos produtivos, motivados pela fé e perseverança, fortalecidos pelos movimentos comunitários locais e pelas pequenas cooperativas que surgiram e se fortaleceram com o passar dos anos.

A formação socioeconômica no município é voltada às atividades rurais, com ações ativadas principalmente através da pecuária de leite. Esta atividade produtiva impulsionou articulações, parcerias integrativas e iniciativas empreendedoras também em outros setores produtivos do município. A exemplo disso, tem-se as empresas de laticínios instaladas no município que possuem gestão própria de recolhimento da matéria-prima, da produção fabril e comercialização dos produtos em nível municipal, regional e estadual.

Evidencia-se que o sistema de agricultura familiar, que existia na época com pequenas propriedades de aproximadamente 25 hectares, permitiu a diversificação de culturas, a produção para a subsistência e também para a comercialização. Essa estrutura agrária, aliada à instalação de serrarias e moinhos movidos pela força da água, impulsionaram as primeiras iniciativas produtivas do município. Assim, ao longo do tempo o município evoluiu de um setor primário para a formação de um setor secundário, com a instalação de fábricas, frigoríficos e indústrias de móveis. O setor terciário também se fortaleceu, com a criação de serviços públicos, escritórios de contabilidade, advocacia e assistência técnica.

A participação do poder público foi fundamental para o fortalecimento das estruturas sociais, econômicas e políticas do município. O município se desenvolveu a partir de uma combinação de fatores físicos, naturais e humanos, com atuação marcante da Igreja na organização social, cultural e econômica das comunidades (Henzel, 2024).

Atribuiu-se, portanto, a escala de avaliação do Índice IDP para esta variável, “processo de colonização, processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos”, no nível 5 (conceito ótimo), pela expressiva e positiva articulação local na formação socioeconômica e o histórico do surgimento de setores produtivos, avaliados por Henzel (2024) e confirmados pelas observações de campo realizadas em 2025.

Na variável, “geração de trabalho e renda”, destaca-se que são inúmeras as iniciativas rurais e urbanas para a geração de emprego e renda. A integração entre as entidades públicas e privadas fortalecem essas iniciativas através das parcerias em prol de oportunidades de primeiro emprego e de formação para atividades rurais. Para tanto, estas ações são ativadas por um conjunto de iniciativas, tais como, Programa Jovem Aprendiz, Formação para Jovens no Campo e Programa Invista Mais, voltadas a ofertar serviços de infraestrutura e licenciamento ambiental para ampliação dos empreendimentos atuais, para novos investimentos e também a implantação da área industrial.

Há uma diversidade de pequenos empresários rurais que atuam na produção de leite, grãos e suínos. Destaca-se também a presença de empreendedores e líderes empresariais, que fortalecem o planejamento, a gestão e o sistema produtivo do município com os empreendimentos, inclusive fora do Estado do RS. É crescente o protagonismo de mulheres empreendedoras e a presença de grupos de empresários e incorporadoras que atuam no mercado financeiro e no ramo imobiliário do município.

Considerando as questões mencionadas, tem-se afirmações por parte dos atores sociais, como, por exemplo, a fala de um entrevistado, afirmando que “o município para desenvolver precisa gerar emprego e, por isso, as empresas são fundamentais. O setor público deve ser incentivador e fomentador para que novas as empresas surjam”. Nesta direção e considerando o exposto anteriormente, a escala de avaliação do Índice IDP para esta variável, “geração de trabalho e renda”, foi reconhecida pelo nível 5 (conceito ótimo), pela positiva integração entre iniciativas empreendedoras e iniciativas de geração de trabalho e renda (Henzel, 2024).

Por fim a variável, “aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos)”, destacam-se as parcerias público-privadas para a recuperação de espaços territoriais urbanos, paisagísticos e de embelezamento das praças (urbano e rural), o apoio da entidade pública quanto ações de conscientização nas escolas sobre recursos naturais do município e o estímulo ao desenvolvimento de projetos socioecológicos nas escolas locais. Um dos exemplos, em Santo Cristo há ações como a presença do Grupo Mobiliza, com projetos ambientais em parcerias com empresas fornecedoras de produtos agrícolas, cooperativas e a coleta seletiva do lixo urbano e rural realizado pela prefeitura.

Assim, a escala de avaliação do Índice IDP para esta variável, “aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos”, foi reconhecida no nível 5 (conceito ótimo), justificada pela integração entre iniciativas, projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos (Henzel, 2024).

O desenvolvimento territorial sinaliza a necessidade de considerar os rendimentos sociais gerados pelas diferentes atividades coletivas no território, tanto por parte dos atores locais quanto pelas suas organizações, a partir das constatações realizadas em Santo Cristo, confirmam as análises realizadas sobre a “Trajetória Socioeconômica do Território” e atestam a pontuação atribuída nas três variáveis acima, reafirmando a articulação socioeconômica dos setores produtivos, integrando iniciativas empreendedoras e projetos voltados aos aspectos socioecológicos (Henzel, 2024)

A distribuição qualitativa em torno dos parâmetros de análise para se apurar o IDP no município, apresentados neste tópico sinaliza elementos produtivos que resgatam conceitos do desenvolvimento territorial, tais como: sistemas produtivos locais, sistemas agroalimentares localizados, economia social e solidária, cesta de bens e serviços territoriais, dentre outros. No entanto, reconhece-se que a escala atribuída em cada componente não abrange a totalidade de elementos presentes no município, o que aponta para a possibilidade de outros olhares para as variáveis apresentadas para a mensuração do IDP.

A seguir será apresentado o Quadro 2, com a distribuição dos indicativos do território por componentes e variáveis, para a mensuração do Índice IMAP no município de Santo Cristo. A mensuração atribuída para cada componente do IDP é resultante da análise interpretativa do que os atores sociais sinalizaram como destaque no contexto da dimensão produtiva do patrimônio territorial. Ao mesmo tempo, é fruto das observações realizadas em campo pelos pesquisadores. Contudo, a composição aqui apresentada parte dos indicadores já existentes (dados secundários), assim como dos indicadores interpretados para viabilizar o índice (dados primários).

Quadro 2 - Quadro resumo sobre a Dimensão Produtiva

Componente/ Variável	Indicativo territorial descritivo	Ações ativadas no território	Escala IMAP (0 A 5)
C1 - Sistemas Produtivos Territoriais (SPT)			
Variável: (i) Estrutura produtiva	O município apresenta sistemas produtivos fortalecidos com a pecuária de leite e a suinocultura (destaque estadual); as entidades públicas, as associações de produtores e as cooperativas desempenham papel de apoio em P&D, fortalecendo os elos de relacionamento.	Emater, Cooperativas e o STR promovem ações para o fortalecimento e engajamento das mulheres nas atividades rurais (Clube de Mães, Palestras), estímulos à formação de jovens no campo (Casa Familiar Rural) e estímulos à renovação de atividades produtivas no campo.	5- Ótimo - Sistemas produtivos locais (concentração em PMEs, instituições de apoio e P&D, inovação tecnológica e organizacional, existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações).
Variável: (ii) Mudança técnica e processo de aprendizado	As Cooperativas de Crédito são fomentadoras das atividades rurais, promovendo melhoria habitacional às famílias rurais; as associações comercial e de atividades produtivas (leite e suíno) promovem eventos para melhoria das iniciativas locais, demonstrando a importância da integração entre as iniciativas públicas e privadas.	Expoagro, espaço de divulgação das atividades produtivas rurais e urbanas, “ <i>Milch Fest</i> ” e o “Porco no Roletê” eventos realizados anualmente com o objetivo de integrar os produtores.	5- Ótimo - Integração entre iniciativas empreendedoras, empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D.

Variável: (iii) Governança e organização interinstitucional	A governança é destaque através da integração dos gestores de instituições públicas e privadas, que participam ativamente das atividades que ocorrem no município; e da integração das lideranças locais, que fortalece os laços de parceria e de confiança em prol de um objetivo comum, beneficiando a comunidade e promovendo o desenvolvimento territorial.	Os gestores de empresas são os representantes de associações comerciais (ACISA, Federasul); há presença ativa de representação sindical e conselhos municipais ativos, membros das entidades públicas e privadas se envolvem em coordenações.	5- Ótimo - Integração da coordenação entre empresas às instituições de apoio e às redes e parcerias.
C2 - Sistemas Agroalimentares Locais e/ou Agrossilvopastoril			
Variável: (i) Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris	A história de um povo com características religiosas enraizadas pela cultura missioneira; propriedades rurais que se constituíram em torno das famílias; presença de elementos histórico-culturais marcaram o início da aquisição da terra, abertura de mato para lavouras, construção de abrigos, casas, galpões, igrejas, escolas, comunidades; características de um povo unido pelo trabalho e pelo esforço coletivo, num movimento comunitário das pessoas em seus diferentes agrupamentos sociais, forte presença de valores dos antepassados.	Nas comunidades rurais os produtores articulam ações em prol da contínua manutenção de atividades sociais, religiosas e recreativas, apoiados pelas cooperativas de crédito e de agronegócio.	5- Ótimo - Existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.).

Variável: (ii) Mudança técnica e aprendizado	As cooperativas de crédito representam uma parcela significativa para o meio rural, fomentando as atividades produtivas do território e melhorando a qualidade de vida das famílias.	Os eventos locais realizados nas comunidades e as feiras demonstram a importância da integração entre as iniciativas públicas e privadas.	5- Ótimo - Integração entre iniciativas empreendedoras, empreendimentos cooperativos e/ou associativos; de crédito e P&D.
Variável: (iii) Governança e organização interinstitucional	A governança tem sua importância quanto aos relacionamentos e articulações entre as comunidades, fomentando as cadeias e fortalecendo as parcerias em prol de um objetivo comum.	As associações dos suinocultores e da pecuária de leite, são presença ativa no município.	5- Ótimo - Integração da coordenação entre produtores às instituições de apoio e às redes e parcerias.
C3 - Cesta de Bens ou Serviços Territoriais (CBST) e Indicações Geográficas (IGs)			
Variável: (i) Multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais com especificidade territorial	Alta multifuncionalidade agrícola, considerando as propriedades rurais com produção de grãos, a suinocultura, a pecuária de leite e de gado de corte; as agroindústrias fortalecem a cadeia do leite com logística e industrialização; as especificidades paisagísticas são ativadas pelo turismo.	Há produtores rurais com máquinas próprias e para prestação de serviços, agroindústrias de laticínios e panificação, frigoríficos de bovinos, suínos e aves, balneários e hotéis. Há recursos com especificidade, no entanto, com pouco reconhecimento ainda.	4- Bom - Alta existência de multifuncionalidade agrícola e alta existência de recursos e ativos com especificidade territorial.
C4 -Empreendimentos Sociais e Cooperativos			
Variável: (i) Autonomia e Autogestão	Ações e atividades do município voltadas às organizações locais e ao fomento, média participação dos cidadãos às organizações de economia social e solidária.	Feiras de produtor, Brique da Praça são algumas das iniciativas existentes no município. Poucas iniciativas voltadas a economia social.	3- Regular - Média existência de organizações de economia social e solidária, com limitada autonomia e processos de tomada de decisão centralizados.

Variável: (ii) Solidariedade e Cooperação	Atuação das cooperativas em ações e atividades locais; cooperação da população em suas localidades com comunidades organizadas ativamente em iniciativas de melhorias dos espaços sociais de recreação, lazer e religiosas; cooperação da população em iniciativas voluntárias.	Programa “A União Faz A Vida”, Grupo de Bombeiros Voluntários, Grupo Mobiliza, Grupo das pessoas com deficiência. Poucas iniciativas voltadas aos empreendimentos sociais.	3- Regular - Média existência da solidariedade e média existência de cooperação.
Variável: (iii) Inserção no Mercado	Os empreendimentos fortalecidos com parcerias institucionais e cadeias produtivas ocupando espaço no mercado local, regional e estadual.	Iniciativas locais com inserção no mercado, Feira do Produtor Rural e Brique da praça. Poucos os empreendimentos sociais voltados à economia solidária.	3- Regular - Média existência de articulação das organizações da economia social e solidária e média integração às estruturas do mercado
C5 - Trajetória Socioeconômica do Território			
Variável: (i) Processo de colonização; Processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos	A colonização traz evidências de formação socioeconômica voltadas às atividades rurais, com o surgimento de pequenos movimentos produtivos que apresentavam características jesuíticas e europeias, motivados pela fé e perseverança, fortalecidos pelos movimentos comunitários locais; pequenas cooperativas surgiram e se fortaleceram com o passar dos anos.	A pecuária de leite e a suinocultura se fortaleceram através de expressiva articulação local, contribuindo para constituição de unidades de recolhimento dos produtos e para comercialização fora do município.	5- Ótimo - Expressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos_

Variável: (ii) Geração de trabalho e renda	Iniciativas rurais e urbanas; a integração entre as entidades públicas e privadas fortalecem estas iniciativas através das parcerias; jovens com oportunidades de primeiro emprego e de formação para atividades rurais, mobilizadas pelas cooperativas e entidades locais.	Implantação de área industrial, Programa Jovem Aprendiz, Formação de Jovens no Campo, Programa Invista Mais.	5- Ótimo - Integração entre iniciativas empreendedoras e Iniciativas de Geração de trabalho e renda
Variável: (iii) Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos)	Parcerias público-privadas para a recuperação de espaços territoriais urbanos, paisagismo e embelezamento de praças, apoio da entidade pública nas ações de conscientização nas escolas sobre recursos naturais do município; estímulo ao desenvolvimento de projetos socioecológicos nas escolas locais.	Grupo Mobiliza; projetos ambientais em parceria com as empresas fornecedoras de produtos agrícolas e com as cooperativas; coleta seletiva do lixo urbano e rural realizado pela prefeitura.	5- Ótimo - Integração entre iniciativas e Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos

Fonte: Henzel (2024)

Para obter o resultado do IDP do município foi realizada a somatória de cada componente, especificados anteriormente no Quadro 2. Dessa forma, o Quadro 3 é a demonstração dos resultados obtidos com a média de cada Componente (C1, C2, C3, C4 e C5) e suas respectivas variáveis (i, ii, iii).

Quadro 3 - IDP do município de Santo Cristo/RS

Componentes	Variáveis	Pontuação da variável	Pontuação/ componente
C1	Estrutura e coordenação produtiva	5	5
	Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D	5	
	Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias	5	
C2	Estrutura das propriedades e produtores	5	5
	Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D	5	
	Coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias	5	
C3	Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial	4	4
C4	Autonomia e autogestão	3	3
	Solidariedade e cooperação	3	
	Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado	3	
C5	Processo de formação socioeconômica	5	5
	Iniciativas de geração de trabalho e renda	5	
	Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos	5	
Média dos Componentes			4,4

Fonte: Henzel (2024).

Portanto, a média dos componentes é 4,4, conforme exposto no Quadro 4. Isso significa que o município tem o IDP do patrimônio produtivo relativamente bem ativado, com suas potencialidades produtivas em constante ativação e transformação. Nesse sentido, apesar de haver poucas iniciativas voltadas à economia solidária, considera-se

que o nível de desenvolvimento do município é positivo, principalmente quanto aos sistemas produtivos territoriais, aos sistemas agroalimentares locais, ao conjunto multifuncional de recursos e ativos territoriais, às iniciativas de cooperação e à trajetória socioeconômica do território.

Quadro 4 - Somatório final do IDP para o município de Santo Cristo/RSFonte: Henzel (2024)

$$\text{IDP} = C1 + C2 + C3 + C4 + C5/5$$

$$\text{IDP} = 5 + 5 + 4 + 3 + 5/5$$

$$\text{IDP} = 4,4$$

O conteúdo para a aplicação do IDP, foi aplicado pela primeira vez em uma realidade empírica. Assim, as referências para compreender o território municipal apresentam elementos de um ensaio de testagem do modelo teórico de mensuração e ativação, ao passo que as evidências observadas de forma participante conduziram à compreensão em torno do fenômeno estudado e dos indicativos territoriais produtivos do desenvolvimento do município.

Contudo, destaca-se a necessidade de revisitar de forma periódica as atividades do coletivo do município, bem como analisar se o movimento destas ações está ocorrendo no sentido de promover melhorias e oportunidades, ou se está simplesmente atribuído a um determinado calendário ou cronograma pré-estabelecido. As oportunidades refletem as potencialidades, ao passo que as fragilidades dão ênfase à pouca ou média representação coletiva.

Salienta-se que não cabe aqui registrar de forma detalhada cada uma destas ações ou movimentos que são realizados no município, mas sim, apresentar as que sinalizam as perspectivas dos atores sociais em seus espaços e na execução em prol do desenvolvimento do município. Na próxima seção serão apresentados indicativos qualitativos reflexivos que poderão aprofundar análises para o aprimoramento do desenvolvimento do município.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo presente o processo de aplicação sido realizado no município de Santo Cristo, oportuniza lembrar que os componentes, variáveis, instrumentos e indicadores utilizados para a mensuração e delimitação da escala de avaliação do Índice da Dimensão Produtiva, são adequados e permitem contribuir com a constituição, em conjunto com as demais dimensões, do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio (IMAP).

Aduz o diagnóstico empírico para a validação da metodologia da Dimensão Produtiva, o que recomenda ser utilizada de forma articulada e conjunta com as demais dimensões que compõem o IMAP. Alerta-se que o uso individual do referencial metodológico, sem as observações e inferências das demais dimensões, poderá gerar um diagnóstico limitado e fragmentado. O estudo em profundidade de Henzel (2024), focado na Dimensão Produtiva, indica para a agregação necessária de componentes e variáveis que são compartilhados também nas demais dimensões do patrimônio territorial, quando da aplicação do IDP e do IMAP.

A combinação dos dois processos metodológicos de verificação empírica, seja através da realização da pesquisa doutoral, que resultou na Tese “A Dimensão Produtiva do Patrimônio Territorial e suas interfaces no Desenvolvimento do município de Santo Cristo/RS”, da Doutora Marjana Eloiza Henzel (Henzel, 2024) e as complementares verificações de campo realizadas no 1º semestre de 2025, confirmam com eficácia, a validação empírica do conjunto do referencial epistêmico-teórico-metodológico, na Dimensão Produtiva, resultando na indicação da sua efetiva validação para a consolidação e a possibilidade de replicação da mesma em outros estudos de aplicação da Metodologia do IMAP em outros territórios. Mesmo assim, a continuidade dos estudos poderá avaliar a possibilidade de fazer revisões, no sentido da qualificação e operacionalidade deste referencial metodológico.

A integração, revisão e avaliação conjunta das contribuições da Dimensão Produtiva, com as das demais Dimensões, resultando no conjunto das seis dimensões, espera-se que possam gerar contribuições, reconhecendo a melhoria contínua e avanços produzidos pela pesquisa, resultando no aprimoramentos e consolidação do IMAP.

Equipe de elaboração do referencial epistêmico-teórico-metodológico:

António Manuel Alhinho Covas

Carlos Otávio Zamberlan

Elaine Cristina de Oliveira Menezes

Estevan Bartoli

Laiane Frescura Flores

Marjana Eloisa Henzel

Pedro Luís Büttendörfer

Capítulo 6

DIMENSÃO SOCIAL: EVIDÊNCIAS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

Edemar Rotta	Marcelo Ordesto Rodrigues
Carlos Eduardo Ruschel Anes	Rodrigo Job Magalhães
Bruna Olegário Mughiuti	Rodrigo Magnos Soder
Cléber Magalhães Tobias	Tárcio Ricardo Thomas
Douglas Schmidt	Victor Alexandre Auler
Eduardo Anschau	Vinicius Tiago Schmitt
Fagner Fernandes Stasiaki	(Equipe envolvida na aplicação)

DOI 10.46550/978-65-6135-178-2.135-157

1 O QUE SE ENTENDE POR DIMENSÃO SOCIAL

A dimensão social do patrimônio territorial busca compreender as relações e estruturas construídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza, através do estudo de três componentes interligados: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades; (ii) as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas; e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que “moldam” e dão consistência às diferentes sociedades (Andrade et al., 2023).

2 OS COMPONENTES DA DIMENSÃO SOCIAL

2.1 COMPONENTE: RELAÇÕES DE TRABALHO E ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS

Para este componente tomou-se como referência as bases estruturais de organização de uma sociedade, entendendo que as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços dispostos por dada organização social são essenciais para que os indivíduos possam ter condições dignas de vida e seus direitos garantidos. Não se quer afirmar um determinismo material, mas sim que os aspectos materiais estruturais são condicionantes expressivos da vida e da dinâmica social. Neste sentido é que se construiu a matriz de variáveis e os elementos referentes para a coleta e análise dos dados do território.

Quadro 1 - Matriz metodológica utilizada no primeiro componente

Componente da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise	Escala
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Trabalho formal e informal	- CAGED - <u>Refer. p/ a análise</u> : % da população economicamente ativa exercendo atividades em trabalho formal no território	5: 80 a 100% da PEA (ótimo) 4: 60 a 79% da PEA (bom) 3: 50 a 59% da PEA (regular) 2: 40 a 49% da PEA (ruim) 1: 1 a 39% da PEA (péssimo)

Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Distribuição da renda	- Índice de Gini - <u>Refer. p/ a análise</u> : níveis de concentração de renda no território	5: 0 a 0,30 (ótimo) 4: 0,31 a 0,40 (bom) 3: 0,41 a 0,50 (regular) 2: 0,51 a 0,60 (ruim) 1: 0,61 a 0,80 (péssimo)
	Indicadores de vulnerabilidade social	- Índice de Vulnerabilidade Social – IVC - <u>Refer. p/ a análise</u> : nível de vulnerabilidade social da população no território	5: 0 a 0,200 – muito baixa (ótimo) 4: 0,201 a 0,300 – baixa (bom) 3: 0,301 a 0,400 – média (regular) 4: 0,401 a 0,500 – alta (ruim) 1: 0,501 a 1 – muito alta (péssimo)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

a) Variável 01 - Trabalho formal e informal

Na análise do item trabalho formal e informal, quanto às técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise, a sugestão foi a utilização do CAGED, tendo como referência para análise o % da população economicamente ativa exercendo atividades em trabalho formal no território. Deste modo, realizou-se o levantamento da População Economicamente Ativa (PEA), conforme dados do quadro 02. O PEA, trata-se de um conceito adotado pelo IBGE para caracterizar pessoas da faixa etária de 15 a 64 anos classificadas como ocupadas ou desocupadas.

Quadro 02 - População Economicamente Ativa (PEA)

Faixa	Homens	Mulheres
Faixa etária 100 ou mais	0	1
Faixa etária 95 a 99	3	7
Faixa etária 90 a 94	13	36
Faixa etária 85 a 89	58	102
Faixa etária 80 a 84	129	175
Faixa etária 75 a 79	191	261
Faixa etária 70 a 74	314	361
Faixa etária 65 a 69	435	490
Faixa etária 60 a 64	552	569
Faixa etária 55 a 59	618	604
Faixa etária 50 a 54	550	551
Faixa etária 45 a 49	536	468
Faixa etária 40 a 44	532	527
Faixa etária 35 a 39	532	538
Faixa etária 30 a 34	555	555
Faixa etária 25 a 29	511	478
Faixa etária 20 a 24	455	451
Faixa etária 15 a 19	389	382
Faixa etária 10 a 14	437	365
Faixa etária 5 a 9	405	402

Faixa	Homens	Mulheres
Faixa etária 0 a 4	394	388
Total da população: 15.320	7.609	7.711
PEA: 10.353	5.230	5.123

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados Censo IBGE 2022 (IBGE, 2025).

Conforme Censo IBGE 2022, a População Economicamente Ativa totalizava 10.353 pessoas, sendo 5.230 homens e 5.123 mulheres. A população total do Município se constituía de 15.320 pessoas 7.609 homens e 7.711 mulheres. Assim, analisou-se o percentual da PEA exercendo atividades em trabalho formal no território.

Quadro 03 – Trabalho Formal em relação à População Economicamente Ativa

Ano	PEA	Número Empregados (CAGED)	%
2022	10.353	3.343	32,29
2024	10.580	3.540	33,46

Fonte: CAGED e IBGE (2025).

Os números apresentados no GAGED de 2022 foram de 3.343 empregados, o que representou 32,29% da população economicamente ativa empregada formalmente. Ainda, foi possível projetar dados para 2024, sendo que o IBGE estimou uma população total de 15.656 pessoas, crescimento de 2,193%, considerando esse mesmo aumento para a PEA 2024, e sendo que os dados do CAGED 2024 apresentaram o total de 3.540 empregados, o percentual de empregados em relação a PEA é de 33,46%. Aqui existe uma limitação, pois o CAGED fornece o número total de empregados não vinculando somente a PEA. Pode existir pessoas acima de 65 anos empregadas que não estariam sendo compreendidas na PEA e figuram nos dados do CAGED como empregados. Porém, essa análise não compromete o objetivo dos resultados para o item analisado.

Outro fator analisado, foi a relação dos dados relativo as Pessoas Ocupadas divulgado pelo IBGE referente ao ano de 2022 em relação a PEA, conforme quadro 04.

Quadro 04 - População Ocupada em relação a População Economicamente Ativa (PEA)

Ano	PEA	População Ocupada	%
2022	10.353	4.500	43,47

Fonte: IBGE (2025).

Salienta-se que pessoas ocupadas se refere à população empregada, ou seja, pessoas que trabalham ou que estão temporariamente afastadas do trabalho, mas que recebem remuneração. Considerando os dados do Trabalho Formal em relação à População Economicamente Ativa apresentados na escala de avaliação, tem-se o resultado do Quadro 5.

Quadro 5 - Trabalho Formal em relação à População Economicamente Ativa (%)

Escala	Nível	Ano 2022	Projeção Ano 2024
5 . 80 a 100% da PEA	Ótimo		
4. 60 a 79% da PEA	Bom		
3. 50 a 59% da PEA	Regular		
2. 40 a 49% da PEA	Ruim		
1. 1 a 39% da PEA	Péssimo	32,29	33,46

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Assim sendo, os resultados, tanto para 2022 como para a projeção de 2024, conformam na escala o nível 1, considerado como nível péssimo. Já considerando-se a População Ocupada em relação a População Economicamente Ativa, tem-se a situação descrita no Quadro 6.

Quadro 6 - População Ocupada em relação a População Economicamente Ativa (%)

Escala:	Nível	Ano 2022
5 . 80 a 100% da PEA	Ótimo	
4. 60 a 79% da PEA	Bom	
3. 50 a 59% da PEA	Regular	
2. 40 a 49% da PEA	Ruim	43,47%
1. 1 a 39% da PEA	Péssimo	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Assim, os resultados quando considerado a População Ocupada atingem o nível 02 da escala, portanto, um nível ruim. Constata-se que os resultados obtidos se configuram como potenciais fatores ou indicadores para a análise da variável relativa ao trabalho formal e informal.

No que tange especificamente à informalidade, a utilização do número total de pessoas ocupadas pode revelar-se mais apropriada, uma vez que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) contempla exclusivamente indivíduos inseridos em atividades formais. Ainda, considerando a referência de análise - % da população economicamente ativa exercendo atividades em trabalho formal no território – os dados apresentados pelo CAGED são referentes a todos os trabalhadores formais com vínculo ativo naquele período. Desta forma, para o atingimento de um nível com 100% de acerto da referência, seria necessário baixar as planilhas de dados agregados do Novo CAGED e manipular os dados em um software complementar, a exemplo do Software R, e separar os dados somente das faixas etárias da PEA que exercem atividades de trabalho formal, porém acredita-se que a variação seria mínima no resultado de classificação da escala.

b) Variável 02 - Distribuição da renda

Em relação ao item Distribuição de renda, referente as Técnicas/instrumentos de coleta de dados e referentes para a análise, a sugestão foi a utilização do Índice de Gini e como referência para análise os níveis de concentração de renda no território.

Conforme o quadro 07, o Município de Santo Cristo apresenta os seguintes índices.

Quadro 07 – Índice de Gini do Município de Santo Cristo

Município	1991	2000	2010
Santo Cristo	0,5259	0,4984	0,4453

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>

Deste modo, considerando a escala para esse componente de análise para o ano de 2010, apresenta-se o nível de enquadramento demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 - Situação quanto à distribuição de renda

Escala	Nível	2010
5. 0 a 0,30	Ótimo	
4. 0,31 a 0,40	Bom	
3. 0,41 a 0,50	Regular	0,4453
2. 0,51 a 0,60	Ruim	
1. 0,61 a 0,80	Péssimo	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Verifica-se o atingimento no nível 3 da escala de avaliação para a variável Distribuição da renda, considerado regular. Uma observação: talvez seja possível através das planilhas de dados agregados do Novo CAGED, com apoio de software para manipulação dos dados, aferir a renda média da população em atividade formal e utilizar como um indicador complementar. No caso da renda média, o IBGE (2025) aponta para 2,3 salários mínimos como média mensal para os trabalhadores formais. Porém, também refere, com base nas informações do Censo de 2010, a existência de 28,7% da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo. Os baixos índices de trabalho formal podem comprometer o processo de distribuição de renda entre as classes e estratos de classe.

c) Variável 03 - Indicadores de vulnerabilidade social

Sobre o item indicadores de vulnerabilidade social, no que se refere às técnicas e ou instrumentos de coleta de dados, além dos referentes para a análise, a sugestão foi a utilização do Índice de Vulnerabilidade Social (IVC) e como Referência para análise: nível de vulnerabilidade social da população no território. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do *Atlas do Desenvolvimento Humano* (ADH) no Brasil, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários¹.

Considerando os dados encontrados para o Município de Santo Cristo o Indicador de Vulnerabilidade Social (IVC) é de 0,191 para o ano de 2010. Deste modo, considerando a escala para esse componente de análise para o ano de 2010, apresenta-se o nível de enquadramento descrito no Quadro 9.

1 Fonte: Costa e Margutti (2015).

Quadro 9 - Situação quanto ao Índice de Vulnerabilidade Social

Escala	Nível	Ano 2010
5. 0 a 0,200	Muito baixa (ótimo)	0,191
4. 0,201 a 0,300	Baixa (bom)	
3. 0,301 a 0,400	Média (regular)	
2. 0,401 a 0,500	Alta (ruim)	
1. 0,501 a 1	Muito alta (péssimo)	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Verifica-se o atingimento no nível 5 da escala de avaliação para a variável Indicadores de vulnerabilidade social, considerado ótimo. Estes indicadores de baixa vulnerabilidade social também são perceptíveis quando se olham as informações relativas ao acesso aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social, constantes no Censo Escolar, no Datasus e no Observatório do Censo SUAS.

Em relação à análise dos indicadores do componente Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços, o Quadro 10 apresenta um resumo.

Quadro 10 - Resumo das escalas em relação ao primeiro componente da Dimensão Social

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Indicador	Escala	Média
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Trabalho formal e informal	Péssimo	1	3
	Distribuição da renda	Regular	3	
	Indicadores de vulnerabilidade social	Ótimo	5	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Portanto, a análise referente ao componente Relações de trabalho e acesso a bens e serviços, apresenta uma média geral de 3. Considerando uma escala de 1 a 5, atinge 60% no nível de ativação.

2.2 COMPONENTE: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E INTERAÇÃO

Para este componente se toma como base de análise os processos de organização da estrutura e das relações sociais e como os indivíduos se vinculam a elas e manifestam seus sentimentos de pertencimento (ou não) às mesmas. Se poderia falar aqui que há uma concentração na identificação do capital social existente no território e como este se manifesta nas percepções dos indivíduos que vivem neste território. Neste sentido, os indicadores deste segundo componente podem ser vistos no quadro abaixo.

Quadro 11 - Matriz metodológica utilizada no segundo componente

Dimensão social			
Componente	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	ESCALA - (1 a 5)
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	- Questionário estruturado, com base no Questionário Integrado para medir Capital Social (QI_MCS)	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Redes de relações	- Questionário estruturado, com base no Questionário Integrado para medir Capital Social (QI_MCS)	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)

Formas de organização e interação	Formas de cooperação e associação	- Questionário estruturado, com base no Questionário Integrado para medir Capital Social (QI_MCS)	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
-----------------------------------	-----------------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Para o estudo deste componente e de suas variáveis foi aplicado um questionário estruturado a partir de referencial proposto pelo Questionário Integrado para Medir o Capital Social². Um questionário validado internacionalmente. A partir dele foram selecionadas algumas questões, sendo adaptada a sua linguagem para o contexto local. Em um primeiro momento se fez um pré-teste do questionário com 3 pessoas, sendo duas com formação de nível superior e uma com formação de primeiro grau completo. O pré-teste evidenciou a necessidade de rever o questionário, o que foi realizado, tanto para diminuir o número de questões, quanto para adaptar a linguagem e associar questões semelhantes. Novamente se aplicou um pré-teste desse novo questionário (não em Santo Cristo, mas em um município com características semelhantes) e se percebeu que ele gerava maior efetividade e compreensão.

Este questionário reestruturado foi aplicado a 105 indivíduos da cidade de Santo Cristo, por escolha aleatória, entre os dias 07 a 28 de março de 2024. A aplicação seguiu os requisitos éticos de pesquisa com seres humanos, tendo o projeto básico aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIJUI, via Parecer nº 6.148.318/2023. Destaca-se que essa primeira aplicação do questionário estruturado a respeito da dimensão social, tendo como referência os componentes 2 e 3, foi realizada no âmbito do projeto de pesquisa apresentado pelo professor Edemar Rotta junto à UFFS, denominado *Patrimônio Territorial como referência no processo de desenvolvimento dos*

2 O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) é uma ferramenta desenvolvida pelo Grupo Temático sobre Capital Social, do Banco Mundial a fim de indicar um conjunto de questões essenciais para todos os interessados em gerar informações sobre as várias dimensões do capital social. O questionário aponta seis dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e autoridade e ação política. Foi testado a campo em diversos países e tem gerado diversos estudos com adaptações a territórios específicos (Anése, 2009).

territórios: estudo da dimensão social em um município da Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, aprovado no âmbito do Edital nº 89/ GR/UFFS 2022, de fomento à Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação e Fomento à Pesquisa com ênfase na Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Por ocasião das discussões do grupo de trabalho da dimensão social, visando a aplicação de projeto piloto em Santo Cristo, tendo como referência as seis dimensões, em 2025, houve a decisão de retomar o questionário mais amplo definido pelo grupo de trabalho, a fim de manter coerência com a proposta original. Este questionário foi revisto apenas em termos de substituição de algumas expressões que pudessem comprometer o entendimento. Este questionário mais amplo foi aplicado a indivíduos no município de Santo Cristo durante o mês de junho de 2025, obtendo-se 78 retornos de questionário preenchido para uma relação de 100 questionários entregues. Como anexo a este relatório estão as duas proposta de questionários aplicadas.

Portando, a análise desse componente vai tomar como base as respostas aos dois questionários aplicados, aproximando as questões similares a fim de produzir entendimento.

a) Variável 01 – Grupos sociais e estratos de classe organizados

Para o estudo desta variável se tomou como referência a “existência de vínculo com organizações formais ou informais” entre os respondentes dos questionários. A preocupação era identificar as organizações mais presentes no território e os vínculos que as pessoas possuíam com as mesmas. A unidade de medida da escala propunha considerar em nível ótimo (5), quando de 90 a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário estruturado apresentassem, pelo menos, um vínculo com organizações formais ou informais representativas de seus interesses de grupo, classe ou estrato de classe; de nível bom (4), quando se encontrar vínculo em 70 a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50 e 69%; de nível ruim (2) quando se encontrar vínculo em apenas 30 a 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

Considerando os resultados obtidos, percebeu-se que as organizações predominantes foram organizações religiosas, recreativas, cooperativas, sindicatos e associações de moradores. O indicador de participação foi regular (3), considerando que 62% dos respondentes evidenciaram vínculo com organizações formais e/ou informais.

b) Variável 02 – Rede de relações

Nesta variável se tomou como referência o “nível de satisfação dos indivíduos com as redes de relações existentes no território”, considerando de nível ótimo (5), quando de 90 a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário manifestarem estar satisfeitos com as redes de relações existentes em seu território; de nível bom (4), quando esta satisfação for 70 a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50 e 69%; de nível ruim (2) entre 30 e 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

Coerente com o manifestado na variável 01, percebeu-se que o nível de satisfação com as redes de relações ficou em torno de 60% dos respondentes, gerando um indicador regular (3).

c) Variável 03 – Formas de cooperação e associação

Nesta variável se tomou como referência o “nível de participação dos indivíduos nas organizações formais ou informais presentes no território”, considerando de nível ótimo (5), quando de 90 a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário participaram, de forma voluntária, em, ao menos, duas organizações formais ou informais sediadas no território; de nível bom (4), quando se encontrarem vínculos em 70 a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50 e 69%; de nível ruim (2) quando se encontrarem vínculos em 30 a 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%. Neste caso, a participação foi identificada pela ocupação de algum cargo, participação em reuniões ou eventos periódicos, compromissos associativos em dia e envolvimento nas atividades rotineiras da organização.

Neste quesito as respostas evidenciaram que a maioria dos respondentes (mais de 60%) possui vínculo com organizações, mas participa e se envolve pouco com as mesmas, o que gerou um indicador de menos de 30% que se envolvem e participam efetivamente das organizações, produzindo um nível péssimo quando se tomou como critério a participação em, ao menos, duas organizações. Considera-se que este nível poderia mudar se o critério fosse apenas uma organização, mas aí se compromete o entendimento do que efetivamente seja cooperação e associação.

Olhando para o conjunto deste segundo componente pode-se inferir que existe um nível regular de vínculos dos indivíduos com organizações comunitárias, associativas e de classes/estratos de classe. Porém, os indicadores de participação e envolvimento nas mesmas é pouco efetivo. Se pode dizer que estejamos diante de uma mudança de padrão no território investigado, que possui marcas históricas de trabalho e envolvimento comunitário, associativo e de organizações de classe/estratos de classe, aspecto que merece maiores investigações e/ou uma análise integrada com as demais dimensões. Assim, em termos de valores agregados das três variáveis do segundo componente, o Quadro 12 apresenta um resumo.

Quadro 12 - Resumo dos resultados das variáveis do segundo componente

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Indicador	Escala	Média
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	Regular	3	2,33
	Redes de relações	Regular	3	
	Formas de cooperação e associação	Péssimo	1	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

2.3 COMPONENTE: VALORES, NORMAS E ESTRUTURAS SOCIAIS

Para este componente, o foco de análise se volta para o conjunto de valores e normas presentes nos diferentes grupos sociais e como estes exercem papel decisivo na configuração das estruturas sociais e vice-versa. Ou seja, se trata de entender como se dá a inter-relação entre os indivíduos (com suas concepções, liberdades e valores) e as instituições que são moldadas e moldantes no território. O quadro base a seguir facilita se perceber essa inter-relação.

Quadro 13 - Matriz metodológica utilizada no terceiro componente

Componente	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	ESCALA - (1 a 5)
Valores, normas e estruturas sociais	Valores	- Questionário estruturado	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Normas e Moral	- Questionário estruturado	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 8 - 7 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Densidade Institucional	- Questionário semiestruturado com base em 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

a) Variável 01 – Grupos sociais e estratos de classe organizados

Nesta variável se tomou como referência a adesão aos valores coletivos, de acordo com a escala de Schwartz et al. (2012). Foi apresentada uma escala de 19 valores básicos, identificados como: (i) Auto-orientação de Pensamento; (ii) Autodireção Ação; (iii) Hedonismo; (iv) Estimulação; (v) Realização; (vi) Poder de Domínio; (vii) Poder sobre Recursos; (viii) Segurança Pessoal; (ix) Segurança Social; (x) Tradição; (xi) Conformidade com Regras; (xii) Conformidade Interpessoal; (xiii) Benevolência Dependência; (xiv) Benevolência Cuidado; (xv) Universalismo Compromisso; (xvi) Universalismo Natureza; (xvii) Universalismo Tolerância; (xviii) Face; (xix) Humildade.

Os termos foram traduzidos para uma linguagem mais acessível e apresentados aos respondentes, que deveriam assinalar dez com os quais mais se identificavam. A partir dessa opção, se fez a análise para ver a predominância de identificação com valores com foco no social, sendo considerado de nível ótimo (5) quando o respondente assinalou de 9 a 10 valores com foco no social; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 valores com foco no social; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 valores com foco no social; de nível ruim (2) quando identificados apenas 3 a 4 valores com foco no social; e péssimo (1) quando se identifica com 1 a 2 valores com foco no social.

Considerando os dois momentos de aplicação do questionário, se percebeu, entre os respondentes a identificação média em torno de 5 a 6, gerando um nível regular de identificação com valores com foco no social.

b) Variável 02 – Normas e moral

Nesta variável se tomou como referência o nível de adesão aos princípios universais previstos em tratados e acordos internacionais, tais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho (Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho), Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Selecionou-se 10 princípios fundamentais identificados com a ideia de normas e moral coletivas e se alternou com dez contrárias a estas referências, gerando um quadro de 20 opções a serem enumeradas, em ordem de importância, pelos respondentes.

Os 10 princípios universais de interesse da coletividade, especialmente relacionados à dignidade humana, o acesso ao trabalho decente e ao ambiente saudável, que é uma qualidade comum a todos e deve ser afirmação normativa com condições para se desenvolver e ser exercida nos territórios foram: (i) Universalidade e Inalienabilidade; (ii) Igualdade e não discriminação; (iii) Participação e Inclusão; (iv) Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (v) Abolição efetiva do trabalho infantil; (vi) Meio ambiente ecologicamente equilibrado; (vii) Desenvolvimento sustentável; (viii) Função social da propriedade; (ix) Participação popular e; (x) Transparência.

Na primeira aplicação do questionário se fez duas colunas, dispondo, em linhas separadas, as opções, dando ao respondente a alternativa de assinalar apenas um em cada linha. No segundo processo de aplicação do questionário, as opções foram dispostas em apenas uma coluna, sendo solicitado ao respondente que realizasse o preenchimento numerando por ordem de prioridade.

A constatação da equipe que foi à campo denota que a primeira forma (aplicada na primeira experiência) foi mais efetiva e de melhor compreensão para os respondentes. Com isso, para traduzir os resultados se utilizou o primeiro processo de aplicação, considerando o segundo como contraprova caso apresentasse resultados muito dissonantes, o que não ocorreu.

Sendo assim, a partir das respostas obtidas, considerou-se como de nível ótimo (5) de ativação do território, quando de 9 a 10 dos princípios fossem identificados nas opções dos respondentes ao questionário; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 princípios; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 princípios; de nível ruim (2) quando identificados de 3 a 4 princípios; e péssimo (1) quando não fossem identificados, ou fossem entre 1 e 2 princípios universais.

Assim, para esta variável o resultado contatado foi de nível regular (3), com os respondentes se identificando, em média, com 5 a 6 princípios universais de interesse da coletividade.

c) Variável 03 – Densidade Institucional

Nesta variável se tomou como referência a estrutura organizativa do território para a superação dos dilemas ou das mudanças de comportamento dos atores nas relações sociais e produtivas. Para isso, a base da elaboração das questões do questionário estruturado foi a reflexão estabelecida por Dallabrida e Fernández (2006), ao se referirem à estrutura organizativo-funcional de um território, produzida com base na presença de um número significativo de instituições direta ou indiretamente vinculadas ao processo produtivo e do nível de interação entre os atores institucionais e o conjunto de atores territoriais. Os autores apresentam que é comum analisar a qualidade dessa “densidade institucional, como o padrão de relacionamentos utilizado pelas redes de ação coletiva local, a partir das interações cooperativas geradas entre os atores públicos e privados”. No entanto, consideram-se duas questões fundamentais: a quantidade de atores institucionais vinculados às atividades da cadeia de valor, o desenvolvimento “das ações de cooperação, diferenciando-se as mesmas de acordo com sua modalidade, sua morfologia e o destino da ação de cooperação” (p. 18), bem como a relação de confiança, de reciprocidade e bem-estar coletivo.

Neste sentido, selecionou-se 10 critérios que são capazes de produzir um perfil das instituições, das relações entre estas instituições e dessas com os indivíduos que as integram no território: (i) Interação entre as instituições; (ii) Participação dos indivíduos; (iii) Respeito a liberdade individual; (iv) Espaços de deliberação democrática (conselhos, entre outras); (v) Participação das instituições na construção da opinião pública; (vi) Respeito das instituições com o ambiente; (vii) Liberdade de associação; (viii) Liberdade de manifestação religiosa, política, dentre outras; (ix) corrupção; (x) e Inovação e tecnologia social.

Para a produção do questionário, na primeira experiência de aplicação estes princípios foram dispostos, com seus respectivos contrários, em um quadro, separados por linhas, dando a opção de o respondente assinalar aquele com o qual mais se identificava, em cada linha.

Na segunda rodada de aplicação do questionário, os dez princípios foram disponibilizados, com seus respectivos contrários, gerando um quadro com 20 opções, a partir das quais se solicitava ao respondente que “Pensando na sua

comunidade ou município, quais aspectos você percebe com mais frequência nas instituições locais? Coloque em ordem, começando pelo que mais se destaca”. Novamente, a percepção da equipe de aplicação foi de que a primeira experiência de aplicação do questionário foi de mais fácil compreensão dos respondentes e, com isso, sendo utilizada para aferir o nível da variável, considerando a segunda aplicação como contraprova, caso as informações fossem dissonantes, o que novamente não ocorreu.

Para esta variável considerou-se de nível ótimo (5), quando de 9 a 10 dos critérios de densidade institucional forem identificados na média das respostas; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 dos critérios; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 critérios; de nível ruim (2) quando identificados de 3 a 4 critérios; e péssimo (1) quando for de apenas 1 a 2 dos 10 critérios selecionados.

Assim, o que se contatou na experiência de aplicação dos questionários no território de Santo Cristo foi uma média de 7 a 8 critérios, perfazendo um nível bom em termos de densidade institucional para a ativação do patrimônio territorial. No Quadro 14, estão descritos os valores agregados das três variáveis deste componente. Já no Quadro 15, está o resumo da avaliação dos três componentes e variáveis da Dimensão Social.

Quadro 14 - Resumo dos resultados das variáveis do terceiro componente

Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise	Indicador	Escala	Média
Valores, normas e estruturas sociais	Valores	Regular	3	3,33
	Normas e Moral	Regular	3	
	Densidade Institucional	Bom	4	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Quadro 15 - Resultado da avaliação da Dimensão Social

Componentes	Variáveis	Escala	Médias	
			Equação	Valor
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Trabalho formal e informal	1	$\frac{T1 + T2 + T3}{3}$	3
	Distribuição de renda entre as classes ou estratos sociais	3		
	Indicadores de Vulnerabilidade Social	5		
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	3	$\frac{O1 + O2 + O3}{3}$	2,33
	Redes de relações	3		
	Formas de cooperação e associação	1		
Valores, normas e estruturas sociais	Valores	3	$\frac{V1 + V2 + V3}{3}$	3,33
	Normas e moral	3		
	Densidade Institucional	4		
Índice que representa a Dimensão Social (IDS)			$\frac{T+O+V}{3}$	2,89

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo presente o processo de aplicação piloto, realizado no município de Santo Cristo podem ser feitas algumas deduções.

- A matriz metodológica utilizada para a compreensão da dimensão social é adequada para um diagnóstico do território em termos de realidade social.
- Na matriz da dimensão social se poderia ainda acrescentar informações sobre as principais áreas sociais (considerando o que a CF/88 define como políticas sociais, em seu Art. 6º: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados). Se tem presente que a opção do grupo da dimensão social que elaborou esta matriz foi de que parte destes indicadores poderiam estar nas outras dimensões, exigindo uma parametrização das seis dimensões para se identificar duplicidades e/ou carências.
- As duas experiências de aplicação da matriz foram muito positivas, pois identificaram resultados muito semelhantes, mesmo que tenham sido resultantes de processos um pouco diferentes.
- Ficou evidente que a aplicação de um questionário estruturado pode ser o instrumento efetivo de obtenção das informações a respeito dos componentes 2 e 3 da matriz da dimensão social, mas o mesmo precisa ser simplificado, como foi o realizado na primeira experiência de aplicação. O questionário simplificado pode ser revisto em alguns aspectos, mas ele se mostrou mais efetivo, prático e aceito para resposta dos sujeitos participantes da pesquisa.
- Os resultados aferidos para a dimensão social do patrimônio territorial em Santo Cristo são coerentes com a realidade local, a partir de evidências da literatura e de manifestações dos indivíduos do território.

Por fim, se tem presente que uma avaliação integrada das seis dimensões poderá apontar, ainda, aspectos que devam ser incorporados à dimensão social, vindo a qualificar a matriz proposto. Está previsto, na sequência da

aplicação, a revisão geral da matriz metodológica utilizada nas seis dimensões, quando será avaliado quais adequações serão necessárias.

Equipe de elaboração do referencial epistêmico-teórico-metodológico:

Aurea Andrade Viana de Andrade

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Diomar Augusto de Quadros

Edemar Rotta

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas

Tiago Roberto Alves Teixeira



SEGUNDA PARTE

SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DO IMAP

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO REFERENCIAL METODOLÓGICO

1 APRESENTAÇÃO

Neste item do documento, apresenta-se o resultado de uma avaliação em relação ao referencial metodológico, sintetizado no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), a partir de questões que, em resumo, se referiam a indicar os aspectos positivos e negativos, além de possíveis sugestões para sua melhora e/ou revisão. Envolveu toda a equipe de professores e estudantes que se envolveram nas atividades de pesquisa, na fase do trabalho de campo para aplicação piloto da metodologia.

2 DESTAQUE FEITOS NA AVALIAÇÃO

O relatório de pesquisa de opinião sobre a metodologia IMAP revela uma série de percepções que podem ser categorizadas em pontos positivos e negativos, oferecendo uma visão geral do projeto. A análise abaixo destaca os principais aspectos levantados pelos pesquisadores.

Aspectos Positivos

- **Inovação e Relevância do Projeto:** O projeto foi amplamente elogiado por sua natureza inovadora, desafiadora e replicável. Os pesquisadores o consideram um avanço significativo para o campo científico e um aporte importante para a criação de políticas de desenvolvimento territorial. A construção do referencial epistemológico e metodológico é vista como algo de grande relevância.

- **Comprometimento e Coesão da Equipe:** Apesar das dificuldades, o relatório destaca a forte coesão e o comprometimento da equipe de pesquisadores. Muitos mencionam o envolvimento, a dedicação e o trabalho conjunto como fatores essenciais para o avanço do projeto.
- **Receptividade do Público-Alvo:** Em geral, o público-alvo foi considerado receptivo e o processo de agendamento prévio das entrevistas funcionou de forma prática e organizada. A metodologia foi bem-sucedida em envolver pessoas que possuem conhecimento prático e teórico das instituições locais.
- **Avanços e Resultados:** O relatório aponta que os resultados alcançados representam avanços significativos para o aprimoramento do método. O projeto já produziu e publicou materiais relevantes e o índice desenvolvido é visto como uma ferramenta valiosa para entender o município.

Aspectos Negativos (Dificuldades e Desafios)

- **Dificuldades Metodológicas e Conceituais:** A pesquisa aponta para a complexidade da metodologia interdisciplinar e multidimensional. Os desafios incluem a sobreposição de variáveis, o risco de analisar a mesma variável de formas diferentes em distintas dimensões e a dificuldade de articular os dados para criar sinergia. Também há a necessidade de desenvolver competências para projetos coletivos, já que muitos pesquisadores estão acostumados a projetos individualizados.
- **Problemas Operacionais e Administrativos:** A pesquisa foi voluntária e sem recursos para custear deslocamentos, o que dificultou a coleta de dados em campo. Outros problemas práticos incluem a dificuldade de sincronizar agendas e o tempo limitado de dedicação, especialmente para professores universitários.
- **Instrumental Metodológico com Falhas:** O instrumental de coleta de dados é considerado muito extenso e de difícil compreensão para quem não participou de sua elaboração. Há uma crítica específica à escala de avaliação (escala Likert), que é vista como pouco clara e com uma “mistura” de atributos que torna a

mensuração subjetiva e contraditória. Alguns pesquisadores sentiram a necessidade de ajustar o cálculo de índices.

- **Comunicação com o Público-Alvo:** Apesar da receptividade geral, houve relatos de dificuldades de comunicação. O público-alvo, acostumado à linguagem falada, tem problemas para entender a linguagem e os instrumentos de pesquisa. Em alguns casos, houve resistência em responder a perguntas sobre diversidade cultural, com preconceito e racismo sendo citados como fatores.
- **Sugestão para Superação de Desafios:** Um dos pontos mais destacados, e que engloba as críticas metodológicas, é a sugestão de adotar **lógicas não clássicas**, como a **Lógica Paraconsistente Anotada**, para superar as limitações da lógica clássica na mensuração do índice. Essa abordagem permitiria lidar com as incertezas e contradições inerentes à pesquisa, tornando o método mais robusto e inovador.

3 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

No Quadro 1, apresenta-se a sistematização das respostas descritas pelos atores envolvidos na pesquisa, destacando (i) os principais aspectos abordados pelos avaliadores, (ii) os principais desafios e (iii) a sugestão de possíveis soluções.

Juntamente com o resumo executivo aqui transcrito, esta sistematização tem o propósito de servir como indicativo para o processo final de validação do referencial metodológico do IMAP, levando em consideração a aplicação piloto realizada no município de Santo Cristo.

Portanto, são referenciais a serem considerado na revisão da metodologia, seja fazendo correções, ou ajustes, a fim de que, na sequência, possa ser feita a publicação em revista científica, com isso, disponibilizando à comunidade acadêmica e a todos que queiram fazer uso, em processos de planejamento e prospecção territorial, em municípios regiões ou territórios.

Quadro 1- Sistematização e síntese das respostas descritas na pesquisa

Aspecto	Desafios	Possíveis Soluções
Equipe de Pesquisa	Pesquisadores sentem dificuldades na construção de projetos coletivos de investigação, pois estão acostumados a desenvolver projetos individualizados.	É indispensável realizar um processo de formação robusto e presencial para todos os pesquisadores que trabalharão na aplicação prática do instrumental, abrangendo os fundamentos, dimensões e operacionalização do IMAP.
	Equipe não tem uma base conceitual e metodológica comum, gerando dificuldade em relação ao domínio das diversas bases teóricas que fundamentam cada uma das dimensões do Patrimônio Territorial.	
	Percebe-se estranheza e demonstram dificuldades em trabalhar com metodologias complexas, que trabalham com diversas variáveis.	
	A natureza coletiva da pesquisa, a diversidade de linguagens e compreensões entre os pesquisadores, com suas bases disciplinares distintas, são desafios para o estabelecimento de um ambiente verdadeiramente interdisciplinar e multidisciplinar na pesquisa, o que pode influenciar os resultados das análises.	
	A variedade de pesquisadores, com suas características e idiosincrasias, combinada com um instrumental limitadamente harmonizado, leva a respostas com forte influência das características individuais, dificultando a unidade, o alinhamento e o foco final na integração do índice multidimensional.	

Questões metodológicas e/ou conceituais	Em casos de grupos sociais pequenos (municípios), há o risco de as mesmas pessoas ou grupos serem “pesquisados” mais de uma vez por distintos pesquisadores.	A amostra deve ser definida coletivamente para evitar a replicação de consultas aos mesmos atores sociais, buscando respostas diversas e ampliando o alcance da pesquisa.
	Há limitada literatura produzida, ou referências epistêmico-teórico-metodológicas sobre investigações de caráter interdisciplinar e multidimensional	
	Há dificuldade em compreender a objetividade de certas variáveis mensuradas, exigindo uma análise mais aprofundada de documentos para capturar indicadores.	
Desafios na operacionalização da Pesquisa	O desafio executar uma de pesquisa, sem recursos para itens de custeio.	Este é um desafio que deve ser administrado internamente em cada instituição.
	Uma das dificuldades mais evidentes é a restrição de tempo, com o que professores não conseguem dedicar-se efetivamente à pesquisa.	
Questões técnicas na coleta e análise dos dados	A disponibilidade e a qualidade dos dados são pontos críticos, com a ausência ou precariedade de informações oficiais.	É essencial criar um plano de gerenciamento de dados, incluindo um ambiente de arquivamento de dados brutos, padrão de nomenclaturas e um repositório de acesso para todos os membros da equipe, além de um protocolo de memória dos documentos para evitar perdas de dados e histórico.
	Há instrumentos de coleta de dados muito extensos.	Sugere-se a criação de modelos de instrumento de coleta de dados para cada dimensão que sejam replicáveis, facilitando futuras aplicações.

Quanto ao Instrumental Metodológico	Há sobreposição dos temas investigados entre as diversas dimensões analisadas, além da sobreposição de variáveis entre as dimensões	É fundamental ajustar o instrumental com base nas lições aprendidas durante a aplicação piloto, incluindo (i) a redução de variáveis e (ii) a correção de sobreposições entre elas em diferentes dimensões, tornando-o mais sintético e menos extenso.
	Quanto à estrutura e clareza do instrumento, percebe-se que o instrumental é considerado muito extenso e de difícil compreensão para quem não participou de sua construção desde o início.	
	Percebeu-se dificuldade em converter algumas variáveis em indicadores mensuráveis.	*Deve-se buscar maior clareza e objetividade na métrica e na definição da metodologia. *Algumas variáveis e escalas precisam de ajustes para melhor captar a “medida” pretendida, com escalas de avaliação mais diretas e menos contraditórias.
	Algumas variáveis apresentam opções de respostas que incluem mais de um fator para análise.	
	Existe dificuldade em “enquadrar” algumas informações, dentro das categorias ou variáveis predefinidas.	*Uma sugestão inovadora é a incorporação de conceitos de lógicas não clássicas, tais como, a Lógica Fuzzy, ferramenta poderosa para criar sistemas que podem lidar com a incerteza e a complexidade do mundo real de uma forma mais intuitiva e humana. *Outra inovação é a Lógica Paraconsistente Anotada (Etal), proposta para lidar com informações contraditórias ou imprecisas, permitindo a análise em cenários de incerteza. * Sugere-se o uso de ferramentas modernas (Power BI para <i>dashboards</i> – painel de controle), para melhorar a apresentação dos resultados finais e dos indicadores.
	Quanto à compreensão e objetividade, há necessidade de ajustes para melhor captar a “medida” pretendida e compreender a objetividade das variáveis.	
	A aplicação das escalas de avaliação (de 1 a 5) é complexa e não está clara, devido à “mistura” de atributos definidos para cada variável, dificultando calcular a escala.	
	Escalas de medida com caráter subjetivo e subjetividade na interpretação de algumas variáveis.	

Relação com o público alvo	Há ainda resistência por parte de alguns entrevistados em discutir temas sensíveis, como diversidade cultural.	Manter a dinâmica de agendamento prévio com os respondentes, o que se mostrou eficaz para evitar dificuldades na interação, além de modelar a linguagem com o público alvo.
	Há uma lacuna entre a linguagem acadêmica da pesquisa e a linguagem popular do público-alvo	
	Constata-se a importância de planejar a interação com o público-alvo, considerando suas características e limitações, a fim de garantir uma coleta de dados eficaz e ética.	Sugere-se considerar a demografia e a estrutura de governança de cada município, como ponto de partida para ponderar os percentuais do score, evitando a universalização e permitindo uma avaliação mais justa e contextualizada.
	As questões utilizadas nas fontes primárias, são consideradas complexas para serem entendidas pelo público e respondidas com clareza.	
	A própria natureza multidimensional do estudo é um obstáculo, pois a visão dimensional ou disciplinar prevalece para o público.	
Acompanhamento da execução da pesquisa de campo	É importante se ter uma equipe responsável pela aplicação do levantamento de campo, que atue em todas as dimensões.	Implementar um controle de campo mais rigoroso (visitação), para complementar a avaliação, que não deve depender apenas de dados subjetivos e as vezes escassos. É importante ter uma coordenação geral, para acompanhar e assessorar as todas as equipes.

Relevância, reconhecimento da metodologia e recomendações	Há o reconhecimento em relação ao engajamento e o comprometimento dos pesquisadores, evidenciando que, mesmo diante dos desafios, há um esforço contínuo para aprimorar as aprendizagens e assumir uma abordagem interdisciplinar.
	O instrumental metodológico, embora fundamental, apresenta desafios significativos relacionados à sua concepção, clareza, aplicabilidade prática na coleta de dados e à sua capacidade de integrar diferentes perspectivas da equipe.
	As sugestões apontam para um aprimoramento contínuo do IMAR, que vai desde ajustes finos no instrumental e maior capacitação da equipe, até a adoção de metodologias mais sofisticadas e inovadoras para lidar com a complexidade dos dados e das relações sociais.
	O projeto é amplamente reconhecido como muito interessante, desafiador e replicável. Sua inovação no processo de construção de um referencial epistemológico, teórico e metodológico para a leitura de um território, com foco no patrimônio territorial, é destacada como um avanço significativo no campo científico. Ele é visto como um aporte importante para o desenvolvimento de políticas territoriais e para a elaboração e implementação de políticas públicas com impacto territorial.
	Conclusão final: Fica evidente que o projeto é visto como um marco importante, mas com grande potencial para aprimoramento e consolidação de suas metodologias e resultados.

Fonte: Elaboração própria – Valdir Roque Dallabrida – agosto de 2025.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. A. V. et al. Abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão social: proposta metodológica para mensuração. *Desenvolvimento em Questão*, ano 21, n. 59, p. 1-25, 2023.
- ANÊSE, R. L. R. Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.
- BUTTENBENDER, P. L.; HENZEL, M. E.; ANES, C. E. R. **Enfoque territorial do desenvolvimento!** Patrimônio territorial, cooperativismo e inovação territorial. Santo Ângelo: Ilustração, 2025.
- BÜTTENBENDER, P. L. et al. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão produtiva e seus componentes. **Revista Desenvolvimento em Questão**. v.21, p.e14525, 2023.
- CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, 2020.
- COSTA, M. A.; MARGUTI B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.
- COSTAMAGNA, P. et al. Transversalidade e multidimensionalidade como foco da ação territorial: a experiência de Rafaela na Argentina e o Projeto ProPAT no Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, ano 22, n. 61, Edição Especial, e15851, p. 1-21, 2024.
- DALLABRIDA, V. R. et al. **Abordagem Territorial do desenvolvimento:** proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial - IMAP. Cruz Alta (RS): Editora Ilustração, 2023a.
- DALLABRIDA, V. R. et al. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: Uma proposta de

referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e14586, 2023b.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem Territorial do Desenvolvimento e o desafio de um Instrumental Metodológico Multidimensional: apresentação de dossiê. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan-abr/2022.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./junho/2021.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. densidade Institucional. In: SIEDENBERG, D. R. (org.). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 67-69.

GUMIERO, R. G. et al. A dimensão institucional na formação do IMAP. In: DALLABRIDA, V. R. et al. (Orgs.). **Abordagem territorial do desenvolvimento: proposta epistêmico-teórica-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial**. Cruz Alta: Ilustração, 2023. p. 215-246.

HENZEL, M. E. **A dimensão produtiva do patrimônio territorial e suas interfaces no desenvolvimento do município de Santo Cristo/RS**. Tese Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. Ijuí: Unijuí. 2024.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Environmental effects of geographical indications and their influential factors: A review of the empirical evidence. **Current Research in Environmental Sustainability**, v.3, 100096, 2021.

SANTO CRISTO. **Lei nº 4.814, de 7 de janeiro de 2025.** Dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa do Poder Executivo do município de Santo Cristo e dá outras providências. Organograma da estrutura administrativa. Santo Cristo, 2025. Disponível em: <https://www.santocristo.rs.gov.br/site/conteudos/676-pestrutura>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTO CRISTO. **Lei municipal nº 4.349, de 06 de julho de 2021.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências. Santo Cristo, 2021. Disponível em: <https://www.santocristo.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7886&cdDiploma=20214349&NroLei=4.349&Word=0&Word2=>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTO CRISTO. **Lei municipal nº 4.787, de 30 de setembro de 2024.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025. Santo Cristo, 2024. Disponível em: <https://www.santocristo.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7886&cdDiploma=20244787&NroLei=4.787&Word=4787&Word2=>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTO CRISTO. **Lei municipal nº 4.799, de 28 de novembro de 2024.** Estima receita e fixa a despesa do município de Santo Cristo para o exercício financeiro de 2025. Santo Cristo, 2024. Disponível em: <https://www.santocristo.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7886&cdDiploma=20244799&NroLei=4.799&Word=4799&Word2=>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTO CRISTO. **Município de Santo Cristo – RS.** 2025. Disponível em: <https://www.santocristo.rs.gov.br/site>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SCHWARTZ, S. H. et al. Refining the theory of basic individual values. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 103, n. 4, p. 663-688, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Professores pesquisadores

Airton Adelar Mueller: Doutorado em Sociologia pelo Freie Universität Berlin, Alemanha, Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Carlos Eduardo Ruschel Anes: Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo-RS.

Edemar Rotta: Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS), Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo-RS.

Evandro Pedro Schneider: Doutorado em Fruticultura de Clima Temperado- PPGA pela Universidade Federal de Pelotas (RS), Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo-RS.

Ivann Carlos Lago: Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo-RS.

Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho: Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo-RS.

Livio Osvaldo Arenhart: Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo-RS.

Marjana Eloiza Henzel: Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Monica Franchi Carniello: Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora Titular da Universidade de Taubaté (SP).

Nelson José Thesing: Doutorado em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas, Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Ney Fett Júnior: Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral.

Pedro Luís Büttgenbender: Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Professor Titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Rafael Gonçalves Gumiero: Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (SP), Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Reneo Prediger: Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Professor Assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo (RS).

Rodrigo Prante Dill: Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Professor Associado I da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo (RS).

Valdir Roque Dallabrida: Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Professor e Pesquisador Aposentado, Coordenador Geral da Rede Ibero-Americana em Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança-REDETEG.

Estudantes da Graduação, Mestrado e Doutorado

Anélia Franceli Steinbrenner: Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS e Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professora titular do Instituto Federal Farroupilha.

Bruna Olegário Mughiti: Mestranda em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria e Graduada em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS.

Carlos Thomé: Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, é assistente em administração no Instituto Federal Farroupilha.

Cléber Magalhães Tobias: Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, também é Secretário Executivo na mesma instituição.

Douglas Schmidt: Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, Mestre em Gestão Estratégica das Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/SÂ).

Eduardo Anschau: Graduando em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, e Bolsista de Iniciação Científica.

Fagner Fernandes Stasiaki: Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS.

Juliana Felix Gomes Araujo Montenegro: Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Luiza Motta Klöckner: Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, e Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Marcelo Ordesto Rodrigues: Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, e professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino na cidade de Santa Rosa/RS e Santo Cristo/RS.

Marisete de Mattos Moraes: Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Maria – RS.

Marjorie Bier Krinski Corrêa: Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS.

Odair Leandro Krinski Corrêa: Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Cálculo Estrutural e Fundações.

Paula Ester Sebastiany: Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas e Graduada em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS.

Rebeca Oliveira Assis: Graduada em Publicidade e Propaganda e mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional, ambos pela Universidade de Taubaté (UNITAU).

Rodrigo Job Magalhães: Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, e graduado em Direito pela Universidade Franciscana (UFN).

Rodrigo Magnos Soder: Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente no Instituto Federal Farroupilha.

Tárcio Ricardo Thomas: Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, atualmente é contator da Prefeitura Municipal de Bozano/RS e professor dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação nas áreas de Administração e Ciências Contábeis.

Tiago Velasque Nunes: Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, graduado em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Victor Alexandre Auler: Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS, graduado em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) – Santa Rosa/RS.

Vinicius Tiago Schmitt: Graduado em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo-RS. Bolsista de Iniciação Científica no desenvolvimento do Projeto ProPAT/UFFS.

O presente Relatório é fruto de um esforço coletivo de pesquisa desenvolvido no âmbito da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), consolidando uma trajetória iniciada em 2020. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS – Campus Cerro Largo, o estudo integra o subprojeto *Patrimônio Territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social no município de Santo Cristo/RS (2023-2025)*. Resultado de uma ampla cooperação entre universidades do Brasil, Portugal, Espanha, Argentina e Inglaterra, a investigação parte da compreensão de que o desenvolvimento territorial requer abordagens integradas, sustentadas em bases epistêmico-teóricas e metodológicas sólidas. Nesse contexto, foi concebido o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), um instrumento inovador para diagnosticar, mensurar e projetar alternativas de desenvolvimento territorial sustentável. Este relatório apresenta a aplicação piloto do IMAP no município de Santo Cristo/RS, revelando a potência do patrimônio territorial, em suas dimensões social, cultural, produtiva, institucional, natural e humano-intelectual, como motor de desenvolvimento. O estudo oferece subsídios concretos para o planejamento estratégico local e reafirma o compromisso da pesquisa acadêmica com a construção de territórios mais autônomos, equitativos e sustentáveis.

